

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA**

Joércio Pires da Silva

**O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: uma análise sobre o território
quilombola de Santa Rosa dos Pretos**



SÃO LUÍS

2019

Joércio Pires da Silva

**O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: uma análise sobre o território
quilombola de Santa Rosa dos Pretos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientador(a): Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín

Coorientador(a): Dra. Patrícia Maria Portela Nunes

**SÃO LUÍS
2019**

Silva, Joércio Pires da.

O tambor como herança dos pretos: uma análise sobre o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos / Joércio Pires da Silva. – São Luís, 2019.

100 f

Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

1. Tambor de crioula. 2. Identidade. 3. Santa Rosa dos Pretos. 4. Maranhão.
I.Título

CDU: 911.3(=013)(812.1)

JOÉRCIO PIRES DA SILVA

O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: uma análise sobre o
território quilombola de Santa Rosa dos Pretos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Aprovada em ____/____/____

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín (Orientadora)

Profa. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes (Coorientadora)

Profa. Dra. Raquel Mombelli (Avaliadora 1)

Profa. Dra. Cíndia Brustolin (Avaliadora 2)

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior (Avaliador 3)

À minha mãe, que foi fundamental para a construção deste trabalho e para minha vida sempre.

À minha família pela força e união sempre em momentos de extrema luta.

Às histórias de Santa Rosa, que são uma riqueza de narrativas.

Aos mestres e mestras do Tambor de Crioula pelos ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é um momento fácil quando se tem em vista a dimensão de pessoas que contribuíram com seu trabalho e que, de alguma maneira, sempre estiveram apoiando e torcendo por você em momentos de baixas e altas da vida.

Agradeço primeiramente aos deuses e deusas da natureza, que guiam os passos de cada ser.

À minha mãe Anacleto, que foi peça fundamental para que eu chegasse neste momento, principalmente naquelas horas de desespero foi ela quem sempre disse: “bora lá!” “dá teu jeito!”.

Ao meu pai, Jorge Luís, amante do futebol, que sempre apoiou de sua maneira.

Às minhas irmãs, Jose, Zica e Dália, que sempre estiveram do meu lado e sempre me deram o prazer de viver em família

À vida em nome de meus amores Verônica, Julia, minha filha, que me dá o prazer de ser pai mesmo distante, mas saiba que te amo; Henzo Sebastian, meu garoto, Hiandro, meu gordo, que serviu de terapia nas horas difíceis de trabalho e Ágatha, que está se desenvolvendo e logo estará entre nós.

Agradecer às pessoas que a vida me deu, em especial Day, que é de fato a responsável por tudo isso, por todos os momentos que compartilhamos e que vamos compartilhar.

À professora Cíndia Brustolin, minha eterna orientadora.

Aos amigos que a vida me deu, são tantos que não dá para por todos, mas em nome de Mateus, meu gostoso; Carla, Uriel, Ricardo e Gabi, obrigado pela contribuição genial. Agradeço cada um e meu sincero obrigado!

À turma do futebol e à família Palmeiras: Moca, Jonas, Gustavo, Bel Brow, Cabral, Tambá, Zé Preto, Negão e tantos outros que fazem parte do melhor da região.

Quero agradecer aos meus amigos de curso, que dividimos aprendizados e trocamos conhecimentos durante esses anos de mestrado: Joana, grande companheira, que trouxe muito aprendizado e muitas contribuições para a vida; Meire Rabelo, mulher forte e determinada; Regiane, mulher valente; Vanessa, nossa organizadora, a pessoa que não deixava nos perdermos em meio a tantas coisas; Felipe, sempre alegre e nos contando sobre suas experiências de vida; Juliene, companheira quilombola do Pará que veio contribuir com a gente nessa caminhada; Kate, sempre muito forte em suas reflexões e de uma potência nas análises; Erika Tinoco, nossa companheira da Colômbia, que trouxe discussões precisas aos trabalhos e deu alegrias à turma; e, em especial, à Cristina Bezerra, que abriu suas portas para minha pessoa em um momento bem complicado do trabalho e que me fez companhia virando madrugadas para que pudéssemos dar conta do trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pela viabilização da bolsa sem a qual não seria possível o deslocamento, alojamento e estadia em São Luís, assim como o investimento em livros e xerox, dando a tranquilidade necessária para a dedicação aos estudos frente a tantas disciplinas.

Aos movimentos sociais aos quais me envolvo e, sempre que posso, estou contribuindo na luta: UNIQUICTA, MOQUIBOM, Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais, Centro de Cultura Negra (CCN), Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, Rede Justiça nos Trilhos (JnT), entre outros.

Agradeço imensamente ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), pelo prazer de poder trocar aprendizados e ensinamentos que serão fundamentais na construção do eu/intelectual.

Às contribuições de cada um dos professores que foram de extrema relevância em minha vida, agradeço a todos em nome do Professor Alfredo Wagner e do Professor Emmanuel, grande companheiro de luta.

Quero aqui deixar meu agradecimento mais que especial à minha professora orientadora, Rosa Acevedo, e minha coorientadora, Patrícia Portela, principalmente pela

paciência em lidar com um caboclo todo desorganizado e pelas orientações pontuais que deram sentido ao trabalho.

Agradeço em especial ao vô Libânio, grande guerreiro que doou a vida pela defesa do território. Ele que é uma enciclopédia viva e estudar o corpo vivo é e foi fundamental para a construção deste trabalho.

À minha querida vó Albelina (*in memoriam*), que sei que onde ela esteja, está torcendo por mim. Te amo, vó!

À mulher da minha vida, vó Adalgisa, você é meu tudo!

Aos meus parentes, ti@s e prim@s.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus interlocutores que, sem eles, não seria possível a realização dessa pesquisa. Cada momento de conversa e de trocas foram fundamentais para se construir este resultado: Elias; comadre Pixita; tia Dalva, mãezona; mãe Severina; José da Jussara; Seu Justo, um guerreiro; pai João Batista, um sábio; tio Paulo; tio Juvêncio (*in memoriam*), super mestre; e seu Joca (*in memoriam*).

“Se algum dia você cegar, cegue da vista, mas não cegue da consciência”.

Libânio Pires

RESUMO

Neste trabalho, busca-se mostrar a importância do projeto Tambor de Crioula como instrumento de luta e resistência frente à chegada de grandes empreendimentos em Santa Rosa dos Pretos, território quilombola que está localizado no município de Itapecuru-Mirim, Maranhão. Através das narrativas dos anciões e minha própria vivência enquanto quilombola, faço uma breve revisão da história do território e dos usos atribuídos ao tambor na teoria para apontar como ele passa de “expressão cultural” a instrumento de resistência. Para isso, reconstruo os processos de resistência e enfrentamento negro, bem como a formação da identidade quilombola e das lutas travadas em prol do reconhecimento do território diante de todo processo de negação colocado pelo Estado. O Tambor de Crioula figura, desta maneira, como foco deste estudo e análise privilegiada para compreender o papel da ancestralidade na luta destes quilombolas. Para tanto, o processo de ouvir os “mais velhos”, considerados como anciões, deram-me embasamento necessário para entender a historicidade desse território negro que tem muito a nos ensinar.

Palavras chaves: Tambor de Crioula; Santa Rosa dos Pretos; Identidade; Resistência; Grandes Empreendimentos.

ABSTRACT

In this work I seek to show the importance of Tambor de Crioula as an instrument of struggle and resistance in the face of the arrival of large companies in the quilombola territory of Santa Rosa dos Pretos, located in Itapecuru-Mirim, Maranhão. Through narratives of elders and my own experience as quilombola, I briefly review the history of the territory and the uses attributed to tambor in theory to highlight how it passes from "cultural expression" to an instrument of resistance. To this end I reconstruct the processes of black resistance as well as the formation of quilombola identity and the struggles hindered on behalf of the recognition of the territory in the face of the process of negation put in place by the State. Tambor de Crioula appears in this way as the focus of this study and a privileged analysis in order to understand the role of ancestry in the struggle of these quilombos. For this purpose, the process of hearing the "older people" considered to be elders gave me the foundation necessary to understand the historicity of this black territory that has much to teach us.

Keywords: Tambor de Crioula. Santa Rosa dos Pretos. Identity. Resistance. Large Companies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Senhor Paulo Leonel Pires rodeado de tambozeiros na sala da associação (de frente, camisa branca).	29
Figura 2 - Adalgiza Pires Lavando roupa no Satuba.	30
Figura 3 - Caminho centenário na altura do quilombo Fugido, usado pelos moradores para irem à Vila do Itapecuru.	39
Figura 4 - Forno de cobre com mais de 120 anos.	40
Figura 5 - Seu Joca mostrando o ponto de canto do território Santa Rosa dos Pretos, em um corte feito na palmeira do babaçu.	46
Figura 6 - Cartografia Social do território e dos empreendimentos que o atravessam.	59
Figura 7 - Dona Maria atravessando a BR-135, Imagem retirada do documentário o mundo preto tem mais vida.	60
Figura 8 - Trabalhador do DNIT dentro do território, acompanhando o desmatamento de áreas.	63
Figura 9 - Máquina do DNIT, desmatando área no território Santa Rosa dos Pretos Quilombo Picos II.	64
Figura 10 - Máquina do DNIT após fazer desmatamento e entupir um Igarapé.	66
Figura 11 - Libânio Pires na antiga área de roça – os linhões de energia da Cohebinha e a fazenda de Dilenio dentro de Santa Rosa dos Pretos.	68
Figura 12 - Linhões de energia da Eletronorte, que atravessam o território de Santa Rosa dos Pretos.	70
Figura 13 - Ferrovia Carajás em vias Duplicada dentro de Santa Rosa dos Pretos.	71
Figura 14 - Tambor tocado em cima dos trilhos em ocupação de 2014.	76
Figura 15 - Tambor de Crioula RTID de Santa Rosa dos Pretos.	77
Figura 16 - Coreiros e Coreiras do Tambor de Crioula em apresentação.	77
Figura 17 - Manifestação na BR-135 no dia 17 de maio de 2016. Ato contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff	80
Figura 18 - Crianças se protegendo das bombas de gás lacrimogêneo e Tropa de Choque da PRF lançando bombas nos manifestantes.	81
Figura 19 - Tambores sendo esquentados.	82
Figura 20 - Manifestantes na BR-135 protestando contra a votação do impeachment e Elias carregando um tambor para ser tocado naquele ato.	83

Figura 21 - Homens da Polícia Federal, em estado de vigilância, circulam entre os manifestantes.	83
Figura 22 - Roda de tambor ao lado da Ferrovia Carajás em ocupação de 2014.	85
Figura 23 - Foto dos tambores de Crioula, instrumento de luta usado pelos quilombolas de Santa Rosa dos Preto.	87
Figura 24 - Crianças esquentando tambores, um dos meios de aprendizagem da arte.	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CCN	Centro de Cultura Negra
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CMF	Comissão Maranhense de Folclore
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FCP	Fundação Cultural Palmares
GEDMMA	Grupo de Estudos Desenvolvimento e Modernidade do Maranhão
GPS	Sistema de Posicionamento Global (<i>Global Positioning System</i>)
IMVF	Instituto Marquês de Vale Flor
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JNT	Justiça nos Trilhos
MOQUIBOM	Movimento Quilombola do Maranhão
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PGC	Programa Grande Carajás
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PPGCSPA	Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

UFMA

Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pessoas entrevistadas.....	25
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. ENTRADA NA ACADEMIA	20
1.2. O TAMBOR EM MINHA VIDA	21
2. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS: NARRATIVAS HISTÓRICAS DO LUGAR DE PERTENCIMENTO	29
2.1. TECENDO ENTENDIMENTO SOBRE O LUGAR	36
2.2. FUGIDO: LUGAR DE LIBERDADE	38
2.3. TERRA DE HERANÇA [DOADA AOS PRETOS]: PENSANDO TERRITÓRIO A PARTIR DE DIVERSOS OLHARES	43
2.3.1. Visita ao Fugido	45
2.4. TERRITÓRIO SAGRADO A GENTE SENTE, POIS, TERRITÓRIO É VIDA, VAI PRA ALÉM DE TERRA	49
3. UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA: O TERRITÓRIO FRENTE A UM CORREDOR	55
3.1. IN CASUA RODOVIA BR-135	60
3.2. O CASO DOS LINHÕES E SEUS IMPACTOS	68
3.3. FERROVIA CARAJÁS EM TERRAS DE SANTA ROSA	71
4. O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: O TAMBOR É O ALIMENTO DA ALMA, ALGO QUE SUSTENTA O SER, POIS ATÉ QUEM TÁ DOENTE QUANDO ESCUTA O SOM DO TAMBOR, SE LEVANTA E VAI BRINCAR	76
4.1. SANTA ROSA DOS PRETOS, DIA 17 DE MAIO DE 2016	79
4.2. EU SÓ VOU DE MANHÃ, TAMBOR GRANDE TÁ DIZENDO, EU SÓ VOU DE MANHÃ	88
4.3. PENSANDO SOBRE AS ORIGENS	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

1. INTRODUÇÃO

Pensar a realização de uma etnografia do quilombo de Santa Rosa dos Pretos nos leva a um universo de possibilidades analíticas que trazem consigo uma série de acontecimentos e fatos que fazem rememorar as coisas de antigamente, a vida dos quilombolas, o trabalho na roça, nas marombas¹, a produção dos alimentos de consumo e de renda, as brincadeiras, as festividades e, sobretudo, a vivência quanto a quilombolas autodeclarados².

Contudo, aqui busco discutir e entender quais foram os processos usados pelos negros como forma de resistência e enfrentamento, como eles se constituíram enquanto quilombolas e quais as lutas que travam para serem reconhecidos.

Para tanto, trago como área de estudo, de análise e de questionamentos o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim/MA, a fim de compreender sua historicidade a partir das narrativas dos quilombolas e, em especial, dos anciões do território. Essa pesquisa visa entender, em uma linha diferente das concepções da maioria dos teóricos que versam nessa perspectiva, a relação do Tambor de Crioula com a identidade negra e quilombola daqueles agentes.

Trabalho aqui com uma abordagem teórica que se contrapõe à perspectiva homogeneizante de uma “história única” branca e eurocêntrica (ADICHIE, 2013). Busco refletir sobre a historicidade de Santa Rosa dos Pretos enquanto um território negro, caracterizado por sua ancestralidade e pela coletividade presente entre os quilombolas, que são meios de enfrentamento aos conflitos e demais mazelas que se apresentam no quilombo desde a sua formação.

Ao falar sobre o Território Santa Rosa dos Pretos, falo de um lugar único, encantado, repleto de lutas que trazem em suas manifestações culturais a essência de sua resistência. A noção de resistência cultural, discutida por Amílcar Cabral (1969), juntamente com a perspectiva de processos de resistência disseminados no cotidiano dos sujeitos submetidos ao regime escravista, permite avançar numa problemática sobre o tambor: poderíamos pensar o tambor inserido num cotidiano de significações e práticas de um sujeito que resiste ao processo de poder e de negações? Ou seja, pensar o tambor como construção de afirmações de sociabilidades transgressoras, seja pela construção identitária, seja pelo alargamento das

¹ Mutirões.

² Usamos aqui este termo para falar dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e dos territórios vizinhos que fizeram parte deste trabalho, pelo fato de todos se autodeclararem quilombolas e de produzir a escolha de uma categoria que pudesse englobar os diferentes agentes.

possibilidades de falas, constantemente silenciadas e negadas? Da mesma forma, podemos perguntar sobre os significados da presença constante do tambor em atos de protesto e luta?

Nascido e criado em Santa Rosa dos Pretos, sou filho de Anacleto Pires da Silva, mulher negra forte e guerreira, importante liderança do movimento negro no Maranhão e do território. Professora aposentada, pedagoga, lavradora e, como ela mesma gosta de se apresentar, defensora de direitos humanos sociais e ambientais. Meu Pai é Jorge Luís Brito da Silva, pedreiro, carpinteiro e, sobretudo, amante de futebol, que veio de Fincapé, povoado do município de Presidente Vargas/MA.

O fato de ter nascido e criado em Santa Rosa dos Pretos me permite uma apropriação importante sobre meu lugar de fala, pois falo de dentro, de um lugar onde estou inserido. Isso faz com que eu assuma um protagonismo naquilo que pretendo tratar neste trabalho, a saber: as histórias do lugar; as relações com os processos sociais de manutenção do território; as lutas pela terra, pela natureza e pela vida; bem como as formas de resistência usadas pelas lideranças e quilombolas deste respectivo território.

Ainda quando criança, acompanhando as idas e vindas da minha mãe às reuniões, palestras, seminários, conferências, entre outros, comecei a participar das atividades que os quilombolas amigos, parentes e vizinhos, articulam como meio de organização no processo de luta do território.

Juntamente ao sentimento de pertencimento ao lugar, minha militância enquanto quilombola e negro me permitiram estar em lugares e espaços que são restritos àqueles que têm raízes em Santa Rosa, ou seja, eu estava e estou diretamente inserido no processo de diálogo que ocorre constantemente com a própria dinâmica associativa de Santa Rosa: reuniões, assembleias, articulações comunitárias, seminários, formações, rodas de conversas, jogos, festas, tensões internas, entre outros.

Autores como Bourdieu (1962) e Velho (1977) contribuem sobre a aproximação com o “campo” e como essa aproximação pode ser importante para a reflexão e análise. No entanto, procuro pensar como, a partir das narrativas do meu “povo”, podemos mostrar as potências de suas ontologias nativas para analisar problemas como os conflitos territoriais. Dessa forma, como trabalhar nas fissuras de relações sociais perpassadas por um sistema altamente violento? Como traduzir coisas da nossa cultura que muitas das vezes não tem tradução? Como trazer a potência das falas sem silenciá-las na escrita? Como não diminuir as narrativas dos quilombolas frente aos conflitos territoriais impostos que provocam o rebaixamento da vida? Como acionar a memória coletiva de moradores de Santa Rosa?

Esses são alguns dos questionamentos que me guiam à luz de outros pontos de partidas para que eu possa tecer um entendimento coerente sobre nosso território, nossa identidade, nossa autonomia. Para isso, é preciso, antes de tudo, refletir com eles sobre os problemas que incidem sobre o nosso território.

Posso adiantar, nesse sentido, que o território de Santa Rosa está sob ameaça desde a década de 1940, quando fora colocado o primeiro pico da BR-135. Foi a leva para a entrada de outros empreendimentos, como: Estrada de Ferro Carajás (EFC), linhões de energia da Eletronorte e da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR); estrada de ferro Transnordestina. Esses empreendimentos tomaram grandes extensões de terras e vêm gerando conflitos nos mais diferentes contextos dentro do território, como tratarei no segundo capítulo.

Os questionamentos e dúvidas aqui colocados servem para repensar meu lugar enquanto pesquisador e, também, para repensar meu lugar de fala. Essas inquietações aparecem por conta do meu sentir e do meu viver. Destaco isso pelo fato de que, por muito tempo, os autorreconhecidos quilombolas de Santa Rosa foram vistos como objetos de pesquisa por uma série de outros pesquisadores que vinham com um olhar de fora, desenvolviam seus respectivos trabalhos e, simplesmente, iam embora sem dar retorno do resultado das pesquisas. Poderia destacar aqui uma série de nomes, mas esse não é o objetivo aqui pretendido, já que estamos em novas marés, sendo sujeitos de conhecimentos e contando nossa própria história.

Vale ressaltar que estes trabalhos aos quais me referi anteriormente eram norteados por duas relações: o ver e o ouvir/escrever, nos quais eles, os pesquisadores, olhavam a realidade do lugar, ouviam as pessoas, elaboravam/redigiam seus trabalhos e desapareciam.

Meu caso torna-se diferente pelo fato do ver, do ouvir e do sentir, pois este último é o sentimento de pertencimento que se torna o fator fundamental para o desenvolvimento deste trabalho que, querendo ou não, estarei falando de mim, da minha história, dos meus ancestrais e dos meus parentes. A noção do pertencimento faz com que eu tenha uma inserção diferenciada no cotidiano e na vivência do quilombo Santa Rosa dos Pretos.

Contudo, procuro mostrar que as lutas, a resistência negra e os processos que fazem o Tambor de Crioula ser o que é, são meios que permitem com que as pessoas vivam e (r)existam dentro de um sistema excludente, patriarcal e genocida que perpassa por uma política da morte, como aponta Mbembe (2003).

Tal política aparece nitidamente sem máscara com o governo federal que inicia em janeiro de 2019, no qual o presidente e seus ministros dão carta branca para matar em nome de uma política de segurança irresponsável. Porém, vale ressaltar que não é de agora que isso

acontece e os negros sempre usaram meios para se defender, enfrentando todo o descaso que assola suas vidas.

Entretanto, sigo discussões propostas por Paul Gilroy (2012) no livro *O Atlântico Negro*, no qual discute sobre o processo de construção da música negra e como ela torna-se elemento central na construção de uma identidade, assim como “a arte se tornou a espinha dorsal das culturas políticas dos escravos e de sua história cultural”.

Nos contornos do objeto de pesquisa, procuro explorar o tambor como parte de expressões artísticas que se inserem em espaços políticos importantes e se veem nas aberturas enunciativas, muitas vezes negadas em espaços formalizados. Para tanto, a resistência cultural que se opera e aciona a partir do manejo deste instrumento será um dos pontos centrais de observação e análise neste trabalho.

Não foi e não é fácil quando nos propomos a conversar com os nossos pais, avós, tios e parentes; sendo uma das dificuldades que tive. O fato é que eles supõem que eu já saiba sobre aquilo que indago e, em muitos casos, as dúvidas permaneciam sem respostas.

Outro ponto de destaque que às vezes incomodava era o fator relacionado ao tempo das entrevistas. Para conversar com outros pesquisadores eles tinham bastante tempo e reservavam o dia, enquanto o tempo para falar comigo era limitado, sempre às carreiras³, muito breve e contido. Apesar disso, não me assusta o fato de ser do lugar, pois, apesar das dificuldades encontradas, outras foram as maneiras que desenvolvi para conversar com meus interlocutores.

Recordo que algum tempo antes, por volta de 10 a 15 anos atrás, sempre que as pessoas chegavam do trabalho na roça sentavam-se em frente às suas casas para conversar, prosar, falar do dia-a-dia do trabalho, da vida. Atualmente, com o avanço dos meios de comunicações, como as televisões, rádios, internet, jornais; novelas, séries, esse modo de entretenimento perdeu um pouco daquela tradição.

Apesar disso, em vários lugares no quilombo ainda acontecem essas rodas de conversas que, geralmente, são às 18 horas, finalzinho do dia. Nesse momento, eu sempre me atentava para poder participar dessas conversas e, por conseguinte, obter informações e conhecer as novas histórias⁴. Esse espaço é riquíssimo e indispensável para a compreensão da vida dentro do território.

³ Rápido, apressado.

⁴ Nestas conversas ou rodas de conversas se falavam dos mais diferentes assuntos, desde a lavoura e produção, passando por festas, jogos de futebol até as situações políticas do país.

Desde criança, sempre gostei de escutar as histórias de Santa Rosa, sentar no meio dos mais velhos e ouvir suas histórias de luta, de vida, de trabalho, seus casos, seus romances e os desentendimentos. Por fazer parte de uma família de lideranças do quilombo e de militantes do movimento negro no Maranhão, tive a oportunidade de conhecer muito cedo outra história, a história não oficial, a história de meus ancestrais bisavós e bisavôs, tios e tias, que foram trazidos do continente africano em porões de navios negreiros.

Dessa forma, pude fazer a descolonização da minha mente, ou, usando as palavras de Amílcar Cabral (1976), a “reafricanização” das mentes, sabendo que a dominação do colonizador desenvolve a alienação cultural da população, por meio da aculturação aos valores do colonizador. Dessa maneira, interpretei com lucidez que se tornava:

[...] indispensável uma reconversão dos espíritos – das mentalidades – para a sua verdadeira integração no movimento de libertação. Essa reconversão – reafricanização, no nosso caso – pode verifica-se antes da luta, mas só se completa no decurso desta, no contato quotidiano com as massas populares e na comunhão de sacrifícios que a luta exige (CABRAL, 1976, p. 226).

Cabe ressaltar o quanto foi importante para mim essa entrada no movimento negro, “no contato cotidiano com as massas”, pois ali foi possível entender e aprender sobre essa outra história, a história “não oficial”⁵ (ADICHIE, 2013), afastando um problema essencial: “o problema de você conhecer somente uma mesma história é que ela viola a cidadania das pessoas, ele segrega, hierarquiza violenta e manipula os caminhos de dizer a verdade” (ADICHIE, 2013).

Sinto-me privilegiado de crescer em uma família na qual desde muito cedo essas discussões, problemáticas, foram tratadas e deram suporte para seguir adiante, mesmo inserido em um espaço majoritariamente branco e classista que é a academia, que historicamente exclui majoritariamente pessoas que pensam o mundo sob perspectivas diferentes.

Essas discussões que tive em família, dentro do movimento negro e dentro das formações que participei ao longo de minha caminhada e da minha militância, me fizeram compreender sobre meu lugar e me deram instrumentos para dialogar em diferentes espaços e produzir outras leituras críticas.

Sobre esse processo, Romão (2008, p. 63-90) sintetiza:

[...] o ultimo território colonizado de um povo é sua consciência, porque enquanto ele não se liberta dos referenciais teóricos de seu colonizador, enquanto não se lhe

⁵ Ver mais no vídeo de participação de Chimamanda Adichie o perigo de uma única história no TED Talk.

retiram todos os resquícios da Razão Oprimida que, na maioria das vezes, tem vantagens gnosiológicas e epistemológicas evidentes.

Posso, assim, afirmar que minha consciência não foi colonizada e, usando uma frase bem forte de meu avô Libânio Pires, “se um dia você cegar, cegue da vista, mas nunca cegue da consciência”. Interpreto que esta consciência é o que nos molda e nos faz acreditar numa sociedade onde todos tenham direitos e sejam plenos com potencial emancipatório radical.

1.1 Entrada na Academia

No ano de 2013 tive a oportunidade de conhecer e participar do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), que desenvolve pesquisas sobre conflitos ambientais e projetos desenvolvimentistas. Primeiramente, participei como aluno da primeira Escola de Formação Política do Corredor de Carajás, um projeto do GEDMMA e JnT. Essa turma de formação política era composta por jovens de comunidades impactadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) de vários municípios maranhenses: São Luís, Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Arari, Igarapé do Meio, Santa Inês, Buriticupu e Açailândia.

Na formação, reunia-se a cada dois meses para discutir diferentes temas relacionados às vidas das comunidades: direitos humanos, ética, cidadania, sexualidade, gênero, conflitos ambientais/sociais, entre outros. A maioria dos participantes dessa turma eram jovens entre 16 e 27 anos que traziam uma visão crítica sobre a sociedade ou sobre os modos que se é constituída tal sociedade.

A aproximação com esses jovens me possibilitou entender como é desencadeado esse processo de expropriação e apropriação de terras, ou seja, essa “pilhagem” que, segundo Mattei (2013, p. 17), é “propriedade roubada por meio de fraude ou da força”, meio muito usado por grandes empreendimentos nestas comunidades.

Percebi que, no Maranhão, nos mais diferentes contextos, esses territórios referidos às comunidades impactadas pela EFC são atravessados por grandes empreendimentos. Aqui destaco novamente o Programa Grande Carajás (PGC), que atravessa esses territórios tradicionalmente ocupados, trazendo uma série de outros empreendimentos a partir do final da década de 1970, conforme apontado por Silva, Ribeiro Júnior e Sant’Ana Júnior (2011, p. 3)⁶:

Foram implantados: estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense; o Complexo Portuário

⁶ Para mais detalhes sobre os referentes projetos, consultar *Guerra dos Mapas*, Almeida (1993).

de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (dirigido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária), da Ponta da Madeira (de propriedade da então Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S.A.) e da Alumar; oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar, subsidiária da Alcoa) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); a Termelétrica do Porto do Itaqui (em construção); projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho, eucalipto) no sul, sudeste e leste do estado; bem como, mais recentemente, a construção da Refinaria Premium da Petrobrás e a Usina Hidrelétrica de Estreito.

Reforço que a formação política e o encontro com estes jovens me possibilitaram ter maior entendimento sobre aquilo que, de fato, esses empreendimentos trazem às nossas comunidades e sobre as mazelas produzidas, mesmo antes de serem implantados os denominados projetos desenvolvimentistas dentro dos territórios tradicionais.

Como desfecho dessa formação, em outubro de 2017, tive a oportunidade de ir à Genebra, na Suíça, e fazer um discurso na sede da ONU (Organização das Nações Unidas), em defesa de nossos territórios frente às grandes empresas transnacionais que destroem nossas matas, igarapés, nascentes e rios sem serem responsabilizadas por tais danos.

Dentro deste campo de aprendizagem e conhecimento, também no ano de 2013, ingressei como aluno do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus de Bacabal.

A partir de minha inserção na academia e das aulas, tive contato com professores engajados em diferentes movimentos de defesa de direitos dos povos tradicionais, e comecei a entender sobre os processos que englobam a academia e a sociedade. Desse modo, tive acesso à aparatos teóricos para conhecer novas realidades, discuti-las, analisá-las, entender sobre diferentes assuntos e, por conseguinte, descrevê-los.

1.2 O tambor em minha vida

Desde muito pequeno eu sempre acompanhava as rodas de Tambor de Crioula em Santa Rosa dos Pretos. Lembro-me que tinha um desejo, sonho muito grande de me tornar um tambozeiro. Quando via aquelas rodas com Juvêncio, compadre Sebastião, tio Ilario, tio Paulo, vô Libânio, mãe Severina, Tia Dalva, Quelezinho, Louro, Catarina, Pedro Paulo e tio Godofredo, aquilo me encantava e continua movendo campos emocionais profundos do meu ser. Como costuma falar minha mãe, “o tambor é o alimento da alma” e ao acompanhar estas rodas eu me sentia alimentado.

Recordo-me das oficinas na porta de tio Juvêncio. Eram todos os dias às 18 horas e um monte de meninos aprendendo a tocar e a cantar tambor. Lá estava eu junto daquelas crianças. Quase aprendi a tocar, mas não foi possível, não sei o motivo. Por outro lado, aprendi a cantar, que não é fácil também, mas só de estar ali no meio da roda já me sentia contemplado e feliz.

Acredito que em outra vida fui um mestre tambozeiro, porque vai gostar de tambor assim em outro lugar! Sei que os tambores mexem comigo, com o meu ser e, quando tive a oportunidade de escrever sobre algo, não tive nenhuma dúvida sobre o que eu queria falar.

Lembro que, em setembro de 2014, estávamos em manifestação na Ferrovia Carajás em defesa de nosso território e lá aconteceu aquele que costumo chamar de tambor dos tambores. Ali, naquele momento de euforia, de luta e de resistência, o tambor guiava os passos dos manifestantes, pois nas noites frias que ali passávamos, os tambores nos aqueciam, animavam e emocionavam quando eram tocados. Todos expressavam seus sentimentos e suas vontades. Então, posso dizer que o Tambor de Crioula era o nosso combustível naquele momento de reivindicações e serviu para confirmar aquilo que eu já tinha definido.

No quinto e último dia de manifestação, quando vieram agentes do Governo Federal, os tambores ecoaram de tal forma que para onde você olhava tinham pessoas chorando. Dessa forma, me pego a pensar: como descrever isso? Como explicar isso? Como falar sobre o encanto do rodopiar das saias? Às vezes é fácil entender e sentir, mas, é complicado explicar e descrever.

Entendo que o meu papel com este trabalho é possibilitar que o pensamento e a reflexão que o Tambor de Crioula traz possa contribuir na compreensão da resistência negra dentro de Santa Rosa dos Pretos frente ao processo de negações de direitos.

Enquanto intelectual negro e quilombola, é necessário cotidianamente fazer a autorreflexão daquilo que eu desenvolvo, de quem eu vou falar e com quem eu vou falar para entender minha realidade e a realidade do meu quilombo. Desse modo, bell hooks (1995), ao falar sobre seu papel enquanto intelectual negra, aponta:

[...] optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. (HOOKS, 1995, p. 466)

Assim, acredito na relevância do conhecimento, principalmente, do conhecimento crítico. O trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação e fundamental

para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes. Ainda, sublinho o papel da pesquisa-ação nesse contexto.

Destaco que, como aluno do PRONERA já em fase de conclusão do curso no ano de 2017, tive o prazer de participar de uma viagem de campo à Canelatiua, Território Quilombola em Alcântara/MA, junto à equipe do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. Essa aproximação possibilitou conhecer um pouco sobre o Programa e suas linhas de Pesquisas, bem como seus trabalhos junto aos territórios tradicionalmente ocupados.

No primeiro contato ocorreu o interesse e busquei informações sobre os trabalhos e pesquisas realizadas pelo Programa. Dessa forma, ao ter conhecimento da abertura de edital para seleção do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, corri e realizei a minha inscrição. Após as etapas de provas, constava meu nome na lista dos aprovados. Estava realizado e desejoso para ingressar no mestrado.

Nesse intervalo, me encontro em uma nova fase da vida. Os dois intensos anos de estudos me ajudaram na construção do meu eu intelectual, pesquisador. A aproximação com o Programa de Cartografia Social e Política da Amazônia trouxe resultados e atualmente tenho a responsabilidade do cargo de Presidente da Associação dos Produtores Rurais Quilombolas, associação responsável pelo processo de regularização fundiária do território.

A partir de conversas com professores do Programa de Cartografia, surgiu a possibilidade de construção de cursos sobre mapas sociais e oficinas de Sistema de Posicionamento Global (GPS), que há tempos já era um anseio das lideranças que se sentiam aleijadas com um mapa do território feito por agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses deixaram em seus trabalhos cartográficos grande quantidade de terras de fora do território para transferi-las aos fazendeiros.

Atualmente, como resultado da parceria entre o Programa de Cartografia e o Quilombo Santa Rosa dos Pretos, estamos construindo o mapa social (vivo) do território e também um livro que está em fase de escrita sobre a autobiografia do senhor Justo Evangelista, um dos percussores da luta em Itapecuru-Mirim e reconhecido como importante figura da luta dos quilombos e sindicalistas do Maranhão.

Compreendendo que estou dentro de um campo de narrativas em disputa e, buscando manter a integridade dos entrevistados, optei em alguns momentos por não fazer a gravação da fala dos interlocutores, valendo-me algumas vezes apenas das anotações no caderno de

campo e daqueles pontos, trechos das falas que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

No meu trabalho de conclusão do curso *Tambor não é só tradição é também força e resistência: o tambor de crioula no território quilombola Santa Rosa dos Pretos* do curso de Pedagogia da Terra do PRONERA-UFMA, discuto como o Tambor de Crioula assume distintos significados relacionados aos contextos de interação em que é organizado: uma brincadeira, nas festas e festejos; um tambor de promessa, nos pagamentos de promessas, geralmente a São Benedito; um tambor de luta, em ocupações e protestos. Em distintos espaços, os versos tirados, as músicas, as intensidades de batidas, as expressões corporais diferenciam-se.

Naquele momento argumentei que o tambor não pode ser visto simplesmente como uma manifestação cultural ligada à ideia de brincadeira, como é constantemente apresentado. Sua prática quando inserida em rituais e espaços religiosos, como no caso do pagamento de promessas, exige condutas e compromissos distintos dos da realização de uma apresentação cultural ou de uma brincadeira num aniversário; apresentando especificidades também quando acontece em espaço de luta.

O Tambor está associado à força e resistência, como destacou seu Libânio Pires⁷ (informação verbal), liderança quilombola e ancião da comunidade Santa Rosa:

O tambor pra nós negros é uma segurança de vida. O negro não poderá se separar da sua maior herança. O tambor é uma afirmação da nossa identidade. Ninguém resistia ao que o negro resistiu branco nenhum resiste, não é à toa que você toca tambor a noite inteira e você não sente nada.

Nesse sentido, espero aprofundar discussões que possam responder algumas lacunas que ficaram abertas na monografia por conta do tempo e da proposta que objetivamos naquele momento. Dentro desta caminhada de construção da dissertação surgiram muitos desafios que envolvem as relações entre os processos de luta, as formas de enfrentamentos e tipos de resistência.

A própria forma de pensar ou desenvolver o trabalho aparece como desafio importante. Como relacionar as teorias aprendidas às práticas vividas? Pretendo responder esses e os demais questionamentos através da análise do Tambor de Crioula como fio condutor das práticas de resistência do quilombo.

Para pensar a resistência cultural desenvolvida pelos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos a partir do Tambor de Crioula é necessário pensar o processo histórico do território

⁷ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em entrevista em setembro 2016. Anotação registrada pelo autor no caderno de campo.

negro de Santa Rosa dos Pretos através de narrativas históricas do lugar, acionando a memória como nosso aporte teórico.

Seguindo o entendimento do historiador francês Pierre Nora (1984):

[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Assim, dialogamos com as histórias dos mais velhos, bem como suas lembranças e suas memórias que foram e são contadas em diferentes gerações e que prevaleceram sobre o tempo fazendo parte do baú de riquezas de Santa Rosa dos Pretos. Essas lembranças e essas memórias servem aqui para debulhar⁸ sobre a fazenda Santa Rosa desde o período do regime escravocrata, no século XVIII, até os dias atuais do território quilombola.

Em termos metodológicos, ao longo da pesquisa, entre novembro de 2017 e setembro de 2019, foram feitas entrevistas abertas e semiestruturadas com aqueles que se auto definem quilombolas e lideranças de Santa Rosa dos Pretos, Santa Maria dos Pretos e Jussara. Em Santa Rosa dos Pretos, foram entrevistadas 12 pessoas entre junho de 2017 e setembro de 2019, e mais uma pessoa que a entrevista foi feita em setembro de 2016, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Pessoas entrevistadas

Entrevistada(o)	Território/Quilombo	Função	Data
Anacleto Pires da Silva	Santa Rosa dos Pretos	Caixeira do divino, gestora do ensino médio, coreira, lavradora, liderança quilombola, defensora de direitos humanos e ambientais, pedagoga da terra, guardiã, cuidadora social, cantora popular e compositora popular.	17/06/2017 05/01/2018 06/07/2018 14/02/2019 20/03/2019 18/05/2019 10/09/2019
Libâneo Pires	Santa Rosa dos Pretos	Lavrador, líder quilombola e sindical, mestre Tambor de Crioula, ancião do território e guardião.	16/11/2018 27/03/2019 06/07/2019
Elias Pires Belfort	Santa Rosa dos Pretos	Lavrador, liderança	24/09/2019

⁸ Desfazer, desatar, tirar.

		quilombola, presidente da UNIQUITA e tambozeiro	26/07/2018
Juvêncio Pires	Santa Rosa dos Pretos	Mestre tambozeiro, lavrador e ancião (<i>in memorian</i>)	20/09/2016
Paulo Leonel Pires	Santa Rosa dos Pretos	Mestre de tambor, lavrador, ancião e guardião.	12/12/2018
Josiane do Espírito Santo Pires da Silva	Santa Rosa dos Pretos	Caixeira do divino, pedagoga da terra, liderança jovem e coreira.	03/07/2019
Josiclêa Pires da Silva	Santa Rosa dos Pretos	Pedagoga da terra, liderança jovem, guardiã do território e filha de santo.	15/09/2018
Ilario Pires	Santa Rosa dos Pretos	Mestre de tambor, lavrador, guardião do território.	07/06/2019
Seu Joca	Santa Rosa dos Pretos e Fugido	Lavrador, guardião do território e ancião (<i>in memorian</i>)	12/08/2017
José da Conceição	Monge Belo e Juçara	Lavrador, pescador, liderança quilombola, tambozeiro.	12/05/2019
Joao Batista	Santa Maria dos Pretos e Santa Joana	Lavrador, pai de santo, liderança quilombola, guardião do território e ancião.	14/07/2019
Lusitano Belfort	Santa Rosa dos Pretos	Mestre tambozeiro, lavrador e guardião.	16/11/2017
Maria Luísa [Pixita]	Santa Rosa dos Pretos	Lavradora, caixeira do divino, filha de santo, coreira e cozinheira	16/11/2017
Justo Evangelista	Tingidor e Alto da Esperança	Lavrador, sindicalista, liderança quilombola e ancião.	10/01/2018
Severina Silva	Santa Rosa dos Pretos	Mãe de santo, caixeira do divino, coreira, mestra de bumba meu boi (zabumba) e guardiã do território.	15/09/2019
Maria Dalva Pires Belfort	Santa Rosa dos Pretos	Caixeira do divino, lavradora, cozinheira, filha de santo, guardiã do território, coreira,	08/07/2019

		costureira, cantora e compositora popular.	
--	--	---	--

Elaboração: autor.

Nas entrevistas, os interlocutores dialogavam com diferentes perguntas que, na maioria, estavam relacionadas aos processos de construção dos territórios, suas origens, os primeiros moradores, os laços de irmandade ou aproximações entre os quilombolas dos diferentes quilombos, as relações de produção de manifestações e festividades e como que eles preservavam sua ancestralidade através da cultura.

Ao longo deste trabalho fez-se o acompanhamento de reuniões em Santa Rosa dos Pretos, em audiências na Defensoria Pública da União (DPU) e em rodas de conversas nas casas de alguns quilombolas. Nesses acompanhamentos, fez-se a observação participante com anotações no caderno de campo, pesquisa documental em arquivos das associações comunitárias e das lideranças, pesquisa bibliográfica acerca do Tambor de Crioula no Maranhão e nos quilombos, além de pesquisa em arquivos online de jornais, filmes, documentários, para assim ter maior embasamento teórico sobre aquilo que se pretende desenvolver. Porém, vale ressaltar que as entrevistas e falas dos quilombolas funcionam aqui como elementos principais de análise.

Trabalhando a perspectiva da memória como elemento de construção social das histórias do quilombo, orienta-se pelas leituras para Pollak (1986), que descreve a denominada “memória subterrânea”, interpelada como memória coletiva, como processo de construção social. Observa-se através da pesquisa e das entrevistas que isso está presente em Santa Rosa dos Pretos quando os moradores as acionam no processo de reafirmação identitária e de luta para permanecerem em suas terras de direito.

Dessa forma, fez-se necessário destacar o papel fundamental dos anciões do território para a vida dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos que, por várias vezes, foram ameaçados para sair de suas terras e que, somente devido à luta dessas pessoas, conseguiram permanecer em seu território de direito e continuam lutando para terem de fato a titulação de suas terras.

Consequentemente, poderiam dormir de cabeça fria pensando em um tempo passado no qual eles tinham o domínio do território e o sossego de fazerem aquilo que tinham vontade, em especial, o trabalho na roça, sem ser ameaçado por ninguém.

Esta dissertação compreende-se em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos: Narrativas Históricas do Lugar de pertencimento*, discuto sobre o processo histórico da fazenda Santa Rosa, hoje conhecida como Santa Rosa dos Pretos, e sobre o território de domínio do Barão Joaquim Raimundo

Nunes Belfort, o Barão de Santa Rosa, tendo em vista os diferentes quilombos que compõem o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos. Enfatizo a noção do território a partir das perspectivas dos moradores, bem como o sentimento de pertencimento e do se sentir parte do lugar.

No segundo capítulo, intitulado *Uma história de luta e resistência: o território frente a um “corredor”*, discorro sobre os processos de luta das lideranças do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos em meio à perda territorial, frente à implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, como: a EFC, a BR-135 e os linhões de energia elétrica, que entraram no território e usurparam parte significativa das terras dos quilombolas.

Tais projetos, atualmente, possuem discursos que afirmam que os moradores do quilombo são invasores⁹ de suas próprias terras de direito. Cabe destacar que, em episódio recente, os moradores estão sendo impedidos de construir suas casas e, sobretudo, vêm sendo proibido o acesso dos quilombolas a lugares de extrema relevância dentro de suas próprias terras, através de interdito proibitório, cercas e processos judiciais.

No terceiro capítulo, intitulado *O tambor como herança dos pretos: o tambor é “o alimento da alma”, “algo que sustenta o ser”, pois “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”*, enfatizo a importância que tem o Tambor de Crioula para os moradores de Santa Rosa dos Pretos, como que ele assume distintos significados, bem como ele é usado pelos moradores como instrumento de luta em momentos de manifestações e enfrentamentos, saindo da lógica de enfrentamento posta pelo Estado; e como este Tambor é considerado e tido como outros elementos que dão amplitude ao lugar e ao ser.

O Tambor é comunicação, é dança, é música, é “alimento da alma”. Remetemo-nos às entrevistas para fazer o registro etnográfico de um episódio, em maio de 2016, que os moradores resistiram às bombas de gás lacrimogêneo jogadas pela tropa de choque da Polícia Rodoviária Federal (PRF), tocando e dançando Tambor de Crioula.

⁹ Caso da duplicação da BR-135, nesse documento o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) afirma que os moradores de Santa Rosa são invasores da área de contenção da estrada.

2. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS: NARRATIVAS HISTÓRICAS DO LUGAR DE PERTENCIMENTO

“Santa Rosa tem história, aqui é um lugar com muitos acontecimentos, desde pequeno meus pais me contavam as histórias desse lugar”¹⁰ (Paulo Leonel).

O senhor Paulo Leonel Pires ou Tio Paulo, como costuma ser chamado pela maioria dos moradores de Santa Rosa, nos dá um panorama daquilo que é Santa Rosa¹¹ (informação verbal): uma terra que, “tem história, um lugar com muitos acontecimentos”. Quando ele começa a falar sobre tempos passados, rememorando de como era Santa Rosa antigamente, de quando “se entendeu por gente”, de quando era criança, conta animadamente¹² (informação verbal):

Santa Rosa tem história, aqui é um lugar com muitos acontecimentos, desde pequeno meus pais me contavam as histórias desse lugar e assim eu fui aprendendo, aqui era uma fazenda onde teve trabalho escravo, senzala e essas coisas, os pretos aqui não tinham vez, mas sempre resistiram e isso é que estamos aqui.

Dialogando com narrativas e memórias desses que são considerados como antigos guardiões e anciões de Santa Rosa dos Pretos, vamos tecendo entendimento sobre o território, a fim de compreender sua historicidade, suas dinâmicas, seus costumes e suas tradições.

Figura 1 - Senhor Paulo Leonel Pires rodeado de tambozeiros na sala da Associação (de frente, camisa branca).



Fonte: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) do Quilombo Santa Rosa dos Pretos. Lucchesi, 2008.

¹⁰ Trecho de uma entrevista feita com Paulo Leonel em 2018.

¹¹ Entrevista concedida por feita com o senhor Paulo Leonel ao autor em 2018.

¹² Entrevista concedida por feita com o senhor Paulo Leonel ao autor em 2018.

Figura 2 - Adalgiza Pires lavando roupa no Satuba.



Fonte: Arquivo fotográfico de Santa Rosa dos Pretos.

Tio Paulo nos conta sobre a história do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, sobre suas lembranças de criança, sobre as falas dos mais velhos. Seguindo nessa perspectiva, objetivamos nos debruçar sobre essas histórias, memórias que emergem a partir destas lembranças que nos são contadas (informação verbal)¹³ com atenção e entusiasmo:

Meu filho, aqui teve um Barão e teve trabalho escravo. Eram sete famílias¹⁴ que moravam aqui, tá bom? Eu tenho 96 anos no documento, mas, naquele tempo, era tirado errado. Sou irmão de leite de Severina e ela tá com 105 anos. Então, devo ter uns 104 anos de idade. Aqui tá muito diferente, aqui tinha os mais velhos meu pai, Urbano, Paulino, Gertrudes. Eu conheci esse pessoal tudinho, era aqui que se produzia para o Barão.

A historicidade de Santa Rosa dos Pretos está relacionada à vinda de sete famílias para o trabalho escravo na Fazenda Santa Rosa que, até 1898, pertenceu a Joaquim Raimundo Nunes Belfort [1820-1898], o Barão de Santa Rosa.

Segundo tio Paulo, o Barão deixou a fazenda Santa Rosa de herança para Américo, filho do Barão com uma senhora que havia sido escrava, a senhora América; e para os pretos que o serviram como escravos. Nesse sentido, tio Paulo lembra-se de um episódio que ocorreu em um tempo pretérito, numa época em que prevalecia a autonomia daqueles que receberam as terras em herança relativas à fazenda.

¹³ Entrevista concedida por Sr. Paulo Leonel ao autor em 12 de dezembro de 2018. Anotação registrada pelo autor no caderno de campo.

¹⁴ Sobre essas sete famílias ao qual o senhor Paulo faz referência, vale dizer que elas são anteriores a família do pai dele, aqueles que ele cita os nomes: Urbano, Paulino e Gertrudes, as sete famílias são dos escravizados que trabalharam na fazenda Santa Rosa no período do regime escravocrata. Ao longo do texto essas sete famílias serão tratadas com mais detalhes.

A despeito disso, aquele que é conhecido como Américo quis manter as relações de subordinação aos então chamados pretos. Tio Paulo descreve (informação verbal)¹⁵ esse episódio da seguinte maneira:

Foi tempo que teve a liberdade e, com isso, ele (Firmo) já arrumou os documentos tudinho, então foi a liberdade. Mas o Américo, Américo, ainda continuava escravizando essa gente que faz, mas Firmo sabia que não era mais isso aí quando era tempo de roçado ele (Américo) dizia, “Firmo vai chama esses meninos para trabalhar para mim”, tudo era no roçado. Cada dia de trabalho ele mandava era um que ia trabalhar para ele. Não tinha Estrada, estrada de ferro e não dava queixa, aí ia lá para o (Quelrú), perto do Rio (Rio Itapecuru) ia trabalhar para ele. Aí foi um dia, na hora de comer eles perguntaram: “Américo aonde bota o comer desse pessoal”. Aí ele (Américo) falou “ah bota aí no cocho”, então eles ouviram, e ali eles pararam e muitos vieram embora e não ficaram lá, aí ficar agarrado com isso e aconteceu uma coisa, aí ele mandou dizer para Firmo: “diz para Firmo que sábado eu vou lá, que vocês já foram embora”. Então, eles chegaram e disseram para Firmo, e na quinta-feira ele foi para Itapecuru. Aí chegando lá, Américo foi falar com Firmo. Eles estudaram juntos, “rapaz como é que tu tá?”, e se abraçaram. Aí ele encostou, aí Firmo perguntou e falou para Américo, e Américo disse “Firmo tu é besta tu estudou para quê rapaz, tu estudou comigo, tu aprendeu para quê, tu estudou para ser besta rapaz?”. Aí Firmo mostrou para ele “olha isso aqui a liberdade está aqui rapaz” (Lei Áurea) e Américo falou “ser besta rapaz você é besta rapaz”; aí quando chegou Firmo falou com eles tudinho, porque quando Américo chegava, eles iam lá tirava a cela do cavalo, quem lavava, lavava, as pretas iam lavar o pé dele, aí nesse dia quando eles botaram o olho, lá vem ele (Américo) dando “Bom dia! Bom dia! Bom dia!”, aí ele desceu do cavalo e Firmo já tinha falado com o pessoal “olha não tirem nada do cavalo de Américo”, aí ele disse “olha Firmo, é o seguinte, aproveite vou embora rapaz”. Aí Firmo falou, “o tempo de comer no cocho já passou. O tempo de comer no cocho, Américo, já passou. Hoje os meninos trabalham por conta deles, nós tudo trabalhamos por conta nossa acabou a escravatura. Olha, tá bem aqui o documento, tá aqui! Vem aí para te ver”. Aí ele leu, ficou assim, aí ficou. Ele foi, morreu e não veio para Santa Rosa.

Com essa narrativa posso dizer que as tentativas episódicas de imobilização da força de trabalho não lograram êxito após a abolição. Nesse momento, os pretos de Santa Rosa já não estavam mais sob o comando de um senhor, eles já trabalhavam por conta própria, como Firmo fez questão de enfatizar para Américo. A partir desse episódio, eles começaram a entender o sentido da autonomia e de ser dono do seu próprio trabalho. Assim, os pretos de Santa Rosa entenderam naquele momento que eles não eram animais para comer no cocho¹⁶, e este acontecimento serviu para darem um basta nas ações que eram feitas por Américo.

Nas narrativas encontro a notícia que o Barão teve outros filhos com a senhora América. Entretanto, ele só reconheceu Américo como filho. Segundo relatos daqueles que

¹⁵ Entrevista concedida por Paulo Leonel ao autor em 12 de dezembro de 2018.

¹⁶ Cocho é um objeto feito com um tronco de madeira, para colocar comida aos animais, como: cavalo, jumento, boi. A expressão *comer no cocho*, usada por Américo, simboliza uma prática de rebaixamento social e de inferiorização daqueles que eram descendentes dos pretos que foram escravizados.

detém a memória sobre o tempo da escravidão, um dos motivos do não reconhecimento era o fato de que elas eram mulheres.

Por outro lado, uma dessas filhas parece ter passado a exercer o controle de uma área de lavoura designada Sítio Velho, insinuando com isso que mesmo não tendo sido sua herdeira legal, a senhora Eleonor, conhecida como Dodô, passou a deter o controle de uma área de forma a nos permitir compreender que o território hoje reivindicado esteve livre das grandes plantações desde esse contexto.

Tio Paulo faz questão de ressaltar que a “velha Dodô era filha dele” [do Barão], mesmo não tendo sido registrada. Contudo, ele segue sua narrativa falando sobre a velha Dodô: “exatamente, ela era uma filha dele e ele mandou ensinar. Ela era uma preta sabida como que”. Além de destacar quem era Dodô, uma filha não reconhecida em documentos pelo Barão, rememora (informação verbal)¹⁷ uma Santa Rosa de antigamente:

Santa Rosa não era assim. A Santa Rosa que tinha não existe mais, quando eu conheci Santa Rosa aqui não tinha essas [...] Roçava só em um pedacinho de mata, e não tinha nem para quem vender a colheita, e para vender aqui em Santa Rosa, tinha que ir para a rua, para Boa Vista ou Itapecuru para poder vender, aí depois era assim, não tinha muito essas coisas assim, então surgiu o finado Ernesto que era que era quem tinha um comércio, aí depois que tinha um Engenho.

Temos diferentes narrativas sobre a historicidade da Santa Rosa. Cada interlocutor relata fatos de sua vivência, a partir do que eles ouviram contar ou conheceram. Tio Paulo ainda conheceu alguns escravizados, como ele nos fala: “Eu conheci sim, eu conheci o finado Felipe que era o pai de Urbano”.

Dialogando com a fala de tio Paulo, vô Libânio Pires, ancião e liderança do território, traz em sua narrativa (informação verbal)¹⁸ detalhes sobre as famílias que foram escravizadas, pontuando:

Esse território, ele começou com essas sete famílias, nós sabemos que foi essas sete famílias por que, isso foi a história que começa, essas sete famílias então foi o começo deste território, né, que aí pega o nome dos escravizados que foi Antônia, Judith, Amância, Felipe, Olímpio, Firmo, que era o feitor; Filete e América. Só que essa América poderia sair daí porque ela se juntou com o Barão; o Barão tirou ela daí e largou as outras, pois é por isso, as outras todas foram escravizadas assim diretamente e ela não, e ela não era esposa dele.

¹⁷ Entrevista concedida por Paulo Leonel ao autor em 12 de dezembro de 2018.

¹⁸ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 16 de novembro de 2018.

A senhora América não foi escravizada pelo fato dela ter ido morar com o Barão. Ela foi uma figura de extrema importância para a construção do território de Santa Rosa dos Pretos, pois foi a partir de seu relacionamento com o Barão e dos filhos que teve com ele que se abriu ou se reconheceram direitos aos pretos, como o testamento no qual deixou a terra como herança.

Tanto tio Paulo, quanto Libânio, destacam algo em comum: o caso da filha do Barão que não foi reconhecida por tal. Assim, Libânio diz (informação verbal)¹⁹:

Nós chamava Eleonor e essa não ficou na Boa Vista, veio pra cá, e esse outro que esqueci o nome agora, essa Eleonor era mãe de Argentina, Antônio Marques e Salu. Essa Dodô, que era filha do Barão, ela era a única aqui em Santa Rosa segura com o Belfort essa Dodô, porque ela era filha do Barão.

Libânio nos conta que Eleonor, filha do Barão, não ficou na Boa Vista, lugar de morada dos seus familiares. Ela foi morar na Santa Rosa, no quilombo Sítio Velho, onde moravam os escravizados e seus descendentes. Porém, ele lembra (informação verbal) que Dodô tinha um importante papel junto a eles, pois era na casa da senhora Eleonor (Dodô) que se cozinhava para os festejos: “lá na casa dela era a casa de cozinha, que se cozinhava para os dois festejos, o de Santo Antônio e o de Nossa Senhora da Conceição. A comidoria era na casa dessa Dodô que a gente chamava, mas, o nome dela era Eleonor”²⁰.

Libânio também ressalta (informação verbal)²¹ que existiram outros escravizados dentro de Santa Rosa, mas esses não constituíram famílias:

Agora tinha outros escravos também nesse meio, mas que não tinha família. Nós vemos Elvira, que é a Bibi, essa também era escrava, mas como ela não tinha família, não entrava aí, não entrou aí tá? E aí formou, formou esse território aí, com essas famílias, tá? Agora as famílias dos escravizados.

As sete famílias que dão origem ao território, segundo Anacleto (informação verbal)²², foram sequestradas da tabanca²³ Caiol²⁴, cidade de Cachêu, em Guiné Bissau, no ano de 1700. Ao relembrar sua ida ao continente Africano, em novembro de 2010, aduz (informação verbal):

¹⁹ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 16 de novembro de 2018.

²⁰ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 16 de novembro de 2018.

²¹ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 16 de novembro de 2018.

²² Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 06 de julho de 2018, registrada em anotações do caderno de campo.

²³ Nome nativo dado as aldeias, quilombos, pelos moradores de alguns países do continente Africano.

²⁴ Aldeia de origem das sete famílias do território Santa Rosa dos Pretos.

Ao chegar ao aeroporto, tinha uma equipe que nos esperava e, nesse grupo, tinha uma pessoa por nome Kaiblama, que ao ver a minha filha Josiane, que tem no seu nome e sobrenome Espírito Santo e Pires, ele me contava que ali existiam Tabancas com sobrenomes Espírito Santo e Pires e lembro que falei pra ele que Espírito Santo é nome, e somente Pires sobrenome. A conversa seguiu e ele me contou que iríamos visitar uma tabanca chamada Caiol que o sobrenome era Pires. Então no dia (...) visitamos esta tabanca e lá foi feita toda nossa afirmação familiar, a partir do reconhecimento feito pelos nossos parentes. Afirmo isso por conta das expressões, abraços, choros, lágrimas e das palavras. Onde os moradores diziam que não tinham como negar que éramos irmãos, apesar de que há tanto tempo sequestraram vocês de nós, mas vocês estão presentes em nós, corpo, alma e sentimento.

As marcas na alma de um passado violento e de dor não conseguiram apagar a força e a ancestralidade dos negros, que se religaram aos seus parentes mesmo do outro lado do Atlântico. Nas fronteiras da colonização que as almas dos pretos reincorporaram outras vidas em diferentes países das Américas. A historicidade em Santa Rosa dos Pretos mostra essa relação de ancestralidade e espiritualidade. A estética, as músicas, a cultura, as religiosidades, o sentimento de pisar no chão da África, as danças tradicionais, todas se encontram e é algo inexplicável.

A viagem inspirou Anacleta e aparece quando ela canta duas músicas²⁵ que remetem ao contexto da viagem à África e da resistência negra mantida até os dias atuais:

Música I

*Ei Mamãe África,
Somos seus filhos,
Mas você não nos criou” (2x)
Fomos arrancados dos vossos seios
e escravizados nos engenhos dos senhores. (2x).*

Música II

*Chegou, chegou, chegou,
Foi o carnaval que chegou,
este é o povo quilombola que veio mostra o seu valor,
Temos o tambor de Mina que festejamos Nagô,
Temos a festa do Divino,
Mas, a resistência do negro é
Tambor, dali dali tambor,
que a Crioula quer dançar,
a festa já começou e não tem hora para acabar.*

A primeira música nos mostra as marcas de um passado de dor e agonia em que milhões de pessoas foram tiradas, arrancadas do seio de sua terra mãe para serem usadas como mercadorias e força de trabalho por um senhor de cor branca e proprietário de terra. Terra essa adquirida através do genocídio de diversos povos.

²⁵ Músicas de autoria de Anacleta.

A segunda música afirma que “a resistência do negro é tambor”, porque eles tinham nos tambores uma segurança de vida para assim conseguirem suportar as violências sofridas e manter o equilíbrio da mente, do corpo e da vida.

Essa ida à África, da qual nos fala Anacleto, aconteceu no bojo do Projeto de Regresso às suas origens, financiado pelo Instituto Marquês de Vale Flor²⁶ (IMVF). O projeto foi pensado pela historiadora Glória Moura, em 1986, que andando pelo Maranhão e pelos quilombos ali constituídos durante seu trabalho de pesquisa de campo conheceu o Terreiro de Santo²⁷ da Mãe Georgina em Santa Rosa e viu, juntos aos moradores, a necessidade e anseios que o povo tinha de conhecer suas origens.

Anacleto²⁸ nos conta (informação verbal) que essa ida de volta à sua origem serviu para:

Compreender um processo de negação e violações de direitos, e para mostrar que a história aqui contada não condiz com a história verdadeira, não é a nossa história, é uma história contada por outros e nossa história está no sentimento, na memória e no corpo de nossos antepassados, de nossos anciões e no nosso, quero dizer, que fizemos várias visitas, encontramos vários marcos das maldades sofridas pelos nossos ascendentes, a exemplo a rota negreira, que acontecia nos rios da região, onde faziam o sequestro e levavam nossos pretos para a muralha de seleção²⁹, para serem comprados como mercadoria, e após a compra eles eram ferrados de acordo com cada “dono”, para serem embarcados e transportados nos navios negreiros.

Quando Anacleto tenciona a forma como a história está sendo contada, está fazendo uma crítica ao sistema de conhecimento adotado no país, levantando hipóteses de que é possível traçar novos meios de conhecimento que levem em conta as diferentes histórias e não inferiorizem ou invisibilizem a história de muitos povos em prol da valorização do povo branco.

A memória, o sentimento e o corpo são formas que nós quilombolas acionamos para falar em lugares onde nossos códigos e falas não são totalmente válidos, por exemplo, audiência, fóruns, assembleias.

Diante da situação falada e vivenciada pelos quilombolas que regressaram às suas origens, podemos dizer que Santa Rosa vive toda a perseguição do sequestro feito pelos colonizadores aos pretos do continente africano e que tem se propagado nos territórios a cada

²⁶ Ver mais em: <https://www.imvf.org/>

²⁷ Conhecido em Santa Rosa como Casa de Santo, Barracão de macumba ou Terreiro de Mina, é o lugar onde acontece a religião de Matriz Africana, os cultos aos encantados, aos voduns e Orixás.

²⁸ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 06 de julho de 2018, registrada em anotações do caderno de campo.

²⁹ Lugar onde deixavam os pretos presos, para serem selecionados, para o trabalho escravo, lugar descoberto ao vento, onde os pretos ficavam expostos ao sol e chuva.

dia, com as novas formas de escravidão contemporâneas ou, como diz a própria Anacleto, uma escravidão silenciada.

A perda das nossas terras para os grandes empreendimentos tem trazido consequências desastrosas para o povo quilombola, levando nossos parentes à cidade para integrarmos lixões humanos, favelas, presídios, tráfico, privando-os de uma vida digna. Cabe dizer que, a entrada desses grandes empreendimentos acontece com o total aval do Estado através de políticas de incentivos fiscais pautados na ideia de desenvolvimento e progresso, assegurados no Estado de Direito.

Tal Estado de Direito metamorfoseia-se de democracia em nome do bem comum para que as empresas multinacionais se façam presentes em nossos territórios com um projeto de modernização do país específico do estado do Maranhão, que traz fortemente para nossos territórios indústrias de bases, como as siderúrgicas, e deixa morrer os costumes preservados por nossos ancestrais, sendo aquilo que podemos chamar de invisibilização do corpo negro.

A “pilhagem”, que segundo Mattei (2013, p. 17) é “propriedade roubada por meio de fraude ou da força”, tem assim se efetivado. Neste caso, temos um exemplo significativo desta “pilhagem”, quando temos que sair de nossas terras para a passagem do dito desenvolvimento e somos constantemente alijados por conta desta Política de morte ou “Necropolítica”, usando-se o conceito de Mbembe (2003).

2.1 Tecendo entendimento sobre o lugar

As sete famílias de escravizados que constituíram a Santa Rosa – de Filete, de Antônia, de Olímpio, de Judith, de Felipe, de Olívia e de Amância – foram as primeiras que se constituíram na Fazenda Santa Rosa, no que se refere à área de lavoura, ou como colocado na época: Centro de Lavoura. Suas primeiras moradas foram no Sítio Velho, lugar em que, segundo os anciões, os escravizados viviam na senzala do Barão.

O Centro de Lavoura era onde eles desenvolviam a lavoura e a produção dos bens de consumo e de exportação. No início, as terras de Santa Rosa foram do tenente capitão de Milícia, Joaquim Raimundo Nunes Belfort, filho de Lourenço Belfort, patriarca da família Belfort. Este que foi almotacé em 1744, 1750 e 1754; vereador em 1753 e 1759 e Juiz de fora interino. Também foi precursor do bicho da seda no Brasil e fundou uma importante fazenda à margem do Rio Itapecuru, que recebeu o nome de fazenda Kylrue³⁰.

³⁰ Nome da propriedade feudal dos antepassados Belfort na Irlanda.

A fazenda era o local de moradia do Barão. Passados alguns anos houve uma divisão da fazenda Kylrue para os descendentes de Lourenço e, nos dias atuais, onde era a referida fazenda, existe um Projeto de Assentamento (PA) denominado Quelrú, que faz fronteira com outro importante lugar denominado de Boa Vista, local de moradia do Barão de Santa Rosa e sede da fazenda Santa Rosa.

Sobre o Centro de Lavoura, Libânio Pires³¹ nos conta (informação verbal):

Aqui era a área de lavoura, daqui era que lavrava todo tipo de mercadoria, pra ir pra lá, começava do fumo, né? O café tá é trigo, a mandioca mesmo, o arroz, o milho isso tudinho era o Centro de Lavoura. Era aqui nessa légua do fundo, que se produziam todas essas matérias, a cana-de-açúcar, o algodão, aqui se produzia de todo um pouco, mas quem fazia era os pretos escravizados.

Segundo relatos de interlocutores, além de área de lavoura no território Santa Rosa dos Pretos, também existia um Centro de Punições dos escravizados revoltos, tanto da fazenda Santa Rosa como das fazendas e localidades circunvizinhas. Na época, os Belfort eram donos de praticamente quase todas as fazendas da região da Ribeira do Itapicuru, então eram eles que mandavam. Como nos conta Josiane Silva (informação verbal)³², moradora de Santa Rosa dos Pretos:

Santa Rosa foi o Centro de Punição e execução de escravizados, que eram capturados, nos quilombos vizinhos e regiões. Era os senhores Belfort que mandavam, então aqui era onde eles pegavam os pretos e traziam para matar aqui, tudo isso provamos em nosso sentimento de dor compreensão e permanência na terra, pois aqui era onde tinha o dito pelourinho e onde os pretos eram massacrados, judiados e não foi pouco não, tiveram muitos, aqueles que não aceitavam o trabalho escravo e se rebelaram contra o sistema escravista, dizendo que preferiam ser mortos.

Foram nas fugas, nas rebeldias, nas insurreições e nos quilombos que nos reinventamos enquanto quilombolas e, assim, existimos muito antes do termo que é desenvolvido na academia e no campo jurídico. Como exemplo, temos dentro do Território de Santa Rosa dos Pretos um Quilombo chamado Fugido que, segundo os anciões e anciães do território, por meio dos seus conhecimentos histórico e ancestral, afirmam que ali era o lugar para onde iam os escravizados que fugiram do regime escravocrata em procura de espaços seguros e de liberdade. Lugar este onde podiam desenvolver seus trabalhos de forma harmoniosa e digna, sendo donos de sua produção e de seu trabalho, para assim manter a

³¹ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 16 de agosto de 2018.

³² Entrevista concedida por Josiane Silva ao autor em 18 de março de 2019.

relação de irmandade e a espiritualidade com a natureza. Era onde eles se sentiam bem longe de toda a maldade feita pelos senhores brancos que amavam sangue. Nesse contexto, Josiclêa Pires descreve que (informação verbal)³³:

o único legado que os brancos têm para a história desde a construção do mundo é o legado de assassinato, então se justifica alguém que gosta de sangue precisa matar, em resumo é isso, digo, eles não amavam, eles continuam amando é só a gente olhar para todas as guerras do mundo, eles nunca levam paz, é, tendo como exemplo o branco, que é paz, não, o branco é o causador da guerra, o que muitas pessoas não conseguem compreender, pois eles detêm a narrativa, a partir do olhar do assassino.

2.2 Fugido: Lugar de liberdade

Pode-se entender Fugido como uma afirmação da identidade negra dos moradores de Santa Rosa. Anaclea faz questão de enfatizar isso (informação verbal)³⁴, ao falar do significado que Fugido teve e ainda tem para os moradores e para a história do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos:

Dentro do que, da vivência que a gente tem hoje em decorrência das violações e negações de direitos, ele [Fugido] é uma afirmação para além da compreensão da sua própria identidade, a partir do massacre dito que fizeram com os nossos antepassados né, tragos da nossa mãe África, melhor dizendo do continente africano e Fugido é a reafirmação de que nós éramos um povo livre e sofremos ataques abusivos a partir do continente africano, então Fugido é isso, afirmação da nossa identidade e fortalecimento das forças para o enfrentamento da luta.

Quando Anaclea destaca que Fugido é afirmação da nossa identidade e fortalecimento das forças para a luta, aponta a forma como por muito tempo os quilombos foram colocados de forma negativa e pejorativa, tidos como lugares de escravos fugitivos, lugares de desobediência e de medo para os brancos.

Em contraposição, para nós negros, fugir foi antes de tudo uma forma de se rebelar contra o sistema vigente. Não aceitar morrer, estar vivo, enquanto corpo negro foi e é ainda hoje a afirmação da ancestralidade e a busca por autonomia e liberdade. Assim, Fugido é uma forma de “colocar o passado sempre entre parênteses” (MBEMBE, 2014), é uma maneira de se encontrar no lugar hoje.

Continua Anaclea (informação verbal)³⁵ que:

³³ Entrevista concedida por Josiclêa Pires ao autor em maio de 2017.

³⁴ Entrevista concedida por Anaclea ao autor em 2019.

³⁵ Entrevista concedida por Anaclea ao autor em fevereiro de 2019.

Fugido é quando a gente entende a Santa Rosa enquanto um corpo, ele é a memória e também o cartão postal da resistência de espaço livre e o início da luta para que as pessoas compreendessem que os seres humanos nasceram para ser livres, então, foi um novo espaço conquistado pelos nossos escravizados e serve para a Santa Rosa. A história viva da Santa Rosa ela perpassa pelo entendimento de compreender o que foi, o que é o Fugido. Então Fugido é isso, é o cartão postal da Santa Rosa e através dessa compreensão a gente tem muito respeito pelo sentimento.

Figura 3 - Caminho centenário na altura do Quilombo Fugido, usado pelos moradores para irem à Vila do Itapecuru.



Fonte: Equipe de mineração Itapecuru-Santa Rita (2017).

Sobre o porquê do nome Fugido, Seu Joca, um dos moradores mais velho do Quilombo nos explica (informação verbal)³⁶:

Isso foi no século XVIII, aí ficaram, ficaram, ficaram, foi no tempo que teve a liberdade né? E aí eles ficaram aqui dentro do mato, aí eles mandavam buscar os pretos e os outros vinham, chegava aqui os pretos davam neles e lá eles davam nos pretos, e aí começaram voltar, que eles se achavam sós lá. Foi tempo que teve a liberdade, aí eles diziam assim, vamos lá ao Fugido, mas Fugido quem chamava era os pretos que estavam aqui. Aí rumbora visitar os fugidos, aí veio pra cá e pegou este nome que estava aqui, mas não era assim não o nome do lugar, fugido eram os caras que vinham de lá, os pretos... Aí eles convidavam, rapaz rumbora lá visitar os fugidos, aí assim ficou o nome do lugar, Fugido, mas quem chamava era os pretos.

Em Fugido, constituía-se aquilo que podemos chamar de espaço de liberdade, onde os escravizados tinham autonomia do que faziam e produziam, tanto para a alimentação quanto

³⁶ Entrevista concedida por Joca ao autor em 11 de outubro de 2018.

para a troca ou para a venda. Em Fugido, os pretos de Santa Rosa estavam livres do sistema genocida da época. Assim, Fugido constituiu-se como uma parte importantíssima da historicidade do território de Santa Rosa dos Pretos.

Hoje, neste Quilombo, ainda existem descendentes dos pretos que foram escravizados e, por isso, dentro do contexto da pesquisa de campo realizamos entrevistas e conversas informais com eles para entender um pouco de toda essa complexidade. Importante ressaltar que aqui estamos descrevendo minimamente um vasto campo histórico que permanece vivo dentro da memória de cada um daqueles que tivemos contato no decorrer do trabalho.

Figura 4 - Forno de cobre com mais de 120 anos.



Fonte: Família de Seu Joca 2017.

Para entender a dinâmica do território Santa Rosa dos Pretos, cabe dizer que estamos falando de uma porção, área de terra de uma légua e meia. Essa légua era denominada légua sesmarias e, segundo os moradores, tem uma metragem de 6.600,0000ha, no caso uma légua de fundo com meia de frente, tem uma totalidade de 9.900,0000ha de terra. Cabe sublinhar que, no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) de Santa Rosa, segundo Lucchesi (2008), aparece outra metragem ou noção de tamanho:

Cumpre ainda registrar que há dois entendimentos com relação à área deixada pelo Barão para usufruto perpétuo. Para os moradores de Santa Rosa, “uma légua de fundo e meia légua de frente” significa uma légua sesmaria ao fundo, ou seja, 4.356,0000 ha, e meia légua sesmarias na frente, sendo que a légua de fundo seria a dos escravos (LUCCHESI, 2008, p. 53).

Aqui ressalto que os processos de entendimentos territoriais não são algo linear que adquirem somente uma forma pronta e acabada. Eles estão sempre em processo de mudança. Com o entendimento da história e com a visão crítica de todo o processo histórico, de negação de direitos e da desumanização feita aos negros é possível contrapor a história que nos é contada e pensar novas formas de contá-la.

Quando os Pretos de Santa Rosa perderam o domínio do testamento deixado pelo Barão, começou um processo avassalador de perda das terras. Abaixo podemos ver como se aconteceu este episódio:

Segundo história anotada no livro *Estratégias Territoriais de Desenvolvimento das Comunidades Negras Rurais de Itapecuru-Mirim e Vargem Grande* (2002), o documento (do testamento) deveria ter sido passado ao descendente mais velho, no caso Júlio Belfort, Filho do segundo casamento da escrava Judith. Este, entretanto, sofria de uma doença mental. Os papéis foram passados, então, para Urbano (...) Buscando resolver a situação com o posseiro, Seu Urbano passou uma procuração a João da Silva Rodrigues em julho de 1952. Além de dar poder de representação para propor ação de despejo contra Teodoro Moreno, a procuração dava poderes ao “dito procurador propor outra qualquer ação contra o citado Teodoro Moreno, bem como promover a demarcação do dito imóvel [Santa Rosa]”. (...) Assim, ao invés de constituir uma área de usufruto de América seus filhos e mais os que haviam servido ao Barão como escravo e todos seus descendentes, a área passa a ser denominada como dos “filhos e demais Herdeiros de América Henriques”. Para proceder à demarcação da Data, seu Urbano entregou ao seu procurador a cópia do testamento do Barão que estava sobre sua custódia. A entrega do documento coletivo foi um episódio dramático da história da comunidade de Santa Rosa. As escrituras da comunidade saíram da comunidade em poder do senhor Urbano, que a cavalo, se dirigiu até a Boa Vista para entrega-las a Zeca Pires que ao avistá-lo com um “pacote nas mãos”, foi logo perguntando o que era aquilo e ele respondera: “trago os documentos da Santa Rosa por que os mais velhos me respeitam, mas os mais novos são um bando de moleques” (LUCCHESI, 2008, p. 44-47).

Ainda sobre este fato da perda do testamento, Seu Joca nos fala (informação verbal)³⁷:

Aí nós fomos lá, eu e papai olhar este documento e ele disse, “rapaz eu não vou mostra papel rapaz papel tá guardado”, e nunca ele mostrou pra nós, né? Pra nós saber como era o negócio das terras, como era que passava, eles nunca mostraram pra nós de jeito nenhum, ele perguntava “papel tá guardado rapaz, pra quê que criança quer papel?”, o negócio era esse, aí ele pegou e deu pra Zeca Pires, e Zeca Pires passou a mão e vendeu as terras. Tem certeza que não sabia como era o negócio, né? Eles nunca mostraram pra saber como era o negócio como era o papel como que andava, nera, eles nunca deram pra nós ver.

Seu Joca faz questão de enfatizar que, apesar do seu interesse e do seu pai em conhecer os documentos do testamento, eles foram impedidos de ver. Aquilo que seria um bem de todos, acabou sendo motivo de grandes dificuldades para os moradores. Urbano, filho

³⁷ Entrevista concedida por Seu Joca ao autor em 19 de agosto de 2017.

do velho Felipe, ficou com o domínio do testamento por ser o mais velho da época e foi responsável por essa passagem crítica na historicidade de Santa Rosa, como descreve Seu Ilario (informação verbal)³⁸:

Ele fez tudo errado porque esse documento era de nós todos, não tinha nada que levar pra Zeca Pires. Isso dificultou nossas vidas e hoje traz sofrimento, a luta pela terra hoje é grande, sabe, né? E isso, por causa desse documento, meu filho, meu avô era irmão de Urbano e como pode ele ter parte e meu avô não, por isso que eu digo que tá tudo errado, isso num pode acontecer não.

Quando Seu Ilario questiona aquilo feito por Urbano, ele mostra que se sente alijado e prejudicado por uma decisão que foi tomada apenas por ele, sem o consentimento dos outros, considerando que aconteceu de forma irresponsável. Cabe dizer que o pai de Seu Ilario era Paulino, irmão de Urbano, e esta decisão tomada por este vem prejudicando os moradores do território até os dias atuais, pois a partir desse momento começou-se a venda de terras em Santa Rosa.

Outro fato de relevância que aqui destacamos é o processo de divisão territorial de Santa Rosa. No ano de 1952, foi dividido em sete Quinhões, como podemos observar a seguir:

A data Santa Rosa foi dividida em sete quinhões: 1) “Quelrú (154,2040 ha.), para Cia.”. Babaçu Ltda.; 2) “Boa Vista” (3.098,0000 ha.), para Marcolina Pires Belfort; 3) “Barreiras” (726,0000 ha.), para José Lopes Macedo; 4) “Frexeiras” (500,0000 ha.) para Maria Anunciação; 5) “Santa Rosa” (2.178,0000 ha.) para Urbano e Outros; 6) “Santa Rosa” (1.269, 6000 ha.), para Marcolina Pires Belfort; 7) quinhão “Picos” (894,8400 ha.), para Joaquim Nogueira da Cruz (LUCCHESI, 2008).

Destaca-se que, com essa divisão, Urbano ficou apenas com um quinto quinhão de terra e essa mesma só foi registrada em 1995 pelos senhores Libânio Pires e Domingos da Conceição Belfort, que descobriram que as terras não eram registradas depois de tentarem fazer uma aposentadoria rural para o senhor Juvêncio Pires, no momento que lhe foi pedido uma declaração do proprietário da terra.

Ainda sobre a divisão da terra, Anacleto aponta que a mesma significou a desnaturalização das famílias e isso acirrou conflitos internos, tendo como consequência o autoritarismo e o individualismo para dentro do território, que era um espaço de uso comum e organizado pelos moradores. Em entrevista ela traz (informação verbal)³⁹:

³⁸ Entrevista concedida por Seu Ilario em 07 de junho de 2019.

³⁹ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 05 de janeiro de 2018.

essa divisão fez foi desnaturalizar os laços familiar a partir da terra. É, então isso individualizou... não é a terra, eles não partiram terra, né! Eles partiram é... fizeram uma divisão de partir assim é... sentimentos de pertença e isso acirrou conflitos, conflitos familiar, e também ele deu poder de autoritarismo, as pessoas compreenderem que eles mandavam na terra é que eles eram donos de terras, então foi o individualismo em primeiro lugar e em segundo lugar enfraquecer a autonomia da resistência das lideranças tratadas anciões dentro do território.

Isso foi um segundo ataque, é... e esse ataque era para o esquecimento da história que perpassa e que até hoje é a história verdadeira fora do papel que é a história do nosso povo. É a história da nossa resistência. É a história das nossas riquezas. Então a partir daí, foi uma segunda tentativa para que as pessoas entrassem em desespero e não dominasse a história memorial que é a sustentabilidade de todo processo histórico guardado pelos nossos anciões e também já hoje nas gerações existentes.

Anacleto (informação verbal)⁴⁰, ao dizer que “este ataque era para o esquecimento da história que perpassa e que até hoje é a história verdadeira fora do papel que é a história do nosso povo” nos possibilita pensar sobre o processo de silenciamento das histórias negras e isso gera conflitos, acirra a violência, pois aos quilombolas é negado o direito da fala e, consequentemente, os outros falam a seu favor.

Nas linhas que seguem, farei uma discussão sobre território em diferentes perspectivas no intuito de abordar as noções que mais se aproximam daquela pensada pelos moradores de Santa Rosa, entendendo que são diversos os saberes e que estes sujeitos de saberes e conhecimentos têm todos os aparelhos práticos de entendimento daquilo que desbulham, sendo foco desta dissertação.

2.3 Terra de herança [doada aos pretos]: pensando território a partir de diversos olhares

Santa Rosa é uma terra de herança. Foi doada aos pretos pelo Barão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, não podendo em tempo algum ser vendida ou alienada por se tratar de seu patrimônio perpétuo, como registrado em seu testamento:

[...] deixo para uso e fructo de América Henriques e todos os seus filhos a data de terras dita no logar Santa Rosa, lado esquerdo do rio Itapicuru, na segunda légua ao fundo, onde tive o último estabelecimento de lavoura, com uma légua de fundos e meia legua de frente, podendo roçar nas mesmas terras, sem ônus algum, todos aquelles que me serviram como escravos, durante sua vida e a dos seus, não podendo em tempo algum serem vendidas, alienadas, ou dadas a pagamento as ditas terras que constituem um patrimônio perpetuo aos acima declarados e seus descendentes (LUCCHESI, 2008).

⁴⁰ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 05 de janeiro de 2018.

Essa é uma história contada de geração em geração pelos moradores e descendentes do território, como destacado por Silva, J.P, (2017, p. 29):

O Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos está situado à margem esquerda do Rio Itapecuru. O espaço territorial foi legado aos trabalhadores escravizados por meio de doação feita pelo Barão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, filho do capitão Joaquim Raimundo Nunes Belfort e neto de Lourenço Belfort, que ganhou domínio da terra através das capitânicas hereditárias, criadas no período imperial. Com a abolição da escravatura e o término formal do regime escravocrata; e com a partida do Barão, o território foi deixado de herança para os pretos que o serviram como escravos, para criar filhos, netos e seus descendentes; não podendo em tempo algum ser vendido ou alienado por ser seu patrimônio perpétuo.

Contudo, após receberem a doação das terras e com o falecimento do Barão, os moradores da Santa Rosa se articularam e organizaram formas e acordos para a preservação e manutenção das terras. Um desses acordos de responsabilidade foi deixar o testamento da doação aos cuidados da pessoa mais velha do território, como mostra Silva, Anacleto (2017, p.32): “O documento na doação do Barão passaria de geração a geração tendo sempre o mais velho dos descendentes direitos dos ex-escravizados como seu curador”.

Desta forma, cabe dizer que as terras de Santa Rosa eram preservadas a partir do respeito pelos seus anciões e pelos acordos de convivência que ali existiam. Eram mantidos por cada sujeito que ali moravam, que entendiam seus direitos e deveres e eram responsáveis pelo território na perspectiva de cuidar das novas gerações.

Deste modo, destacamos a fala de Seu Libânio Pires, liderança quilombola e ancião do Território de Santa Rosa dos Pretos, que diz (informação verbal)⁴¹:

Camarada nós somos fortes, mas nossa força vem da natureza. É a natureza que nos dá, é onde plantamos a mandioca, o milho, o arroz, onde tiramos nosso sustento, a nossa força vem da natureza, porque nós não vive sem ela, mas ela vive sem nós, então a gente tem que preservar a natureza, porque ela é nossa mãe e nossa vida, e não pode ficar solto não, tem que ter regra no convívio na vivência da gente, se não vai ser tudo destruído, esses acordos é que fundamenta a gente pra não destruir, é assim camarada.

A partir dessa fala de Seu Libânio podemos notar que, de certo modo, estas regras e acordos são mantidos para ajudar os moradores no cuidado e na preservação de seus modos de vida e, acima de tudo, na preservação da natureza que para eles é tida como primordial, seja para a conservação do território, para o bem-estar do povo ou para suas vidas enquanto parte do lugar.

⁴¹ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 16 de novembro de 2018.

Buscando entender mais sobre como se dava essa relação sujeito, natureza e território, em agosto de 2017 fizemos uma visita ao Quilombo Fugido para conhecer os marcos do Território e conversar com Seu Joca, que guardava na memória parte da história do lugar.

Como vimos anteriormente em trechos da entrevista, algo que é necessário destacar e que foi muito enfatizado por ele são os conflitos que se acirraram naquele Quilombo, muito por parte da negação ao conhecimento do testamento, como destacado, e também pela implantação do Projeto de Assentamento. Entroncamento em terras dos quilombolas, gerando indignação e desconforto familiar, e individualizando aquilo que era um bem comum de todos. Como consequência de toda essa indignação, Seu Joca ficou depressivo levando-o a óbito logo depois.

2.3.1 Visita ao Fugido

Éramos seis pessoas dentro de um Fiat Uno que caminhava em velocidade baixa. Saímos de Santa Rosa por volta das 8 horas da manhã de um dia ensolarado. Andamos pela BR-135 até chegar a Entroncamento onde pegamos a BR-222 sentido Itapecuru-Mirim.

Caminhamos por mais cinco quilômetros até chegar ao Povoado Cachoeira, onde pegamos a estrada de ramal que dá acesso ao Quilombo Fugido. Anacleta, que nos acompanhava na viagem, foi nossa interlocutora e guia de viagem. Durante a ida de Cachoeira para Fugido, ela mostrou-se preocupada com o que via a sua volta: as terras todas cercadas de arame farpado.

Seguimos viagem e Anacleta foi nos apresentando setores, comunidades, caminhos e construções. Estes foram abrindo espaços para perguntas e reflexões sobre alguns questionamentos que nós que ali estávamos, França, Yuri, Antônio José, Cíndia e eu⁴², tínhamos sobre diferentes assuntos, como a questão da regularização fundiária, a expropriação de terras pertencentes ao território quilombola Santa Rosa dos Pretos e a lenta regularização dessas terras já reconhecidas pelo Estado como pertencentes à comunidade.

Estávamos chegando ao Fugido, já bem próximo do nosso destino, quando Anacleta voltou nossa atenção para uma extensão territorial que vem sendo convertida em fazendas e loteamentos de terras. Novamente, Anacleta expressou (informação verbal)⁴³ sua preocupação com aquela situação e com o descaso das autoridades responsáveis que deixam isso acontecer:

⁴² As pessoas citadas são pesquisadores do Grupo de Estudo Desenvolvimento, Modernidade e Meio ambiente (GEDMMA), da Universidade Federal do Maranhão, e estavam em pesquisa.

⁴³ Registro em caderno de campo de conversa com Anacleta Pires em agosto de 2017.

É preocupante essa situação. Nós que somos donos não temos um palmo de arame e a gente ver nossa terra toda cercada nos deixa bem triste, nossa luta é pela vida e não há vida entre cercas, como fica nossa liberdade? Isso é um descaso muito grande, essas mazelas que são feitas diariamente contra nós, contra nossa mãe terra, contra nosso existir. É muito ruim ver tudo isso.

Em grande parte daquela paisagem são os arames que compõem as cercas – utilizadas para dividir e delimitar terras transformadas em grandes desertos verdes e que foram tomadas através de práticas espoliativas – e marcam a presença da valorização, ideológica e econômica, do capital imperialista que se faz hegemônico e nega os modos de produção da existência e outras dimensões das relações sociais que existem nessas comunidades.

Um aspecto relacionado aos modos de produção e organização da vida social dos que vivem na comunidade de Santa Rosa dos Pretos é a inexistência de cercas e divisórias entre as casas, ligado à noção de “uso comum da terra” discutida por Almeida (2006), no qual aponta que:

um aspecto frequente ignorado da estrutura agrária brasileira refere-se às modalidades de uso comum da terra. Analiticamente, elas designam situações na quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. (ALMEIDA, 2006, p. 101).

Essas normas específicas regem as formas de uso da terra e aparecem em Santa Rosa como meios de se preservar a vida. Contudo, essas normas são aqui pensadas como um aparelho de interligação e de controle social de uso das terras.

Cabe sublinhar que, apesar das normas serem acordadas pela grande maioria dos quilombolas, sempre há exceções. A utilização de cercas, no caso, ocorre quando esta envolve a criação de animais: boi, porco, cavalo. Sobre o atual descaso, Anacleto⁴⁴ diz: “Nós que somos donos não temos um palmo de arame”.

⁴⁴ Registro em caderno de campo de conversa com Anacleto Pires em agosto de 2017.

Figura 5 - Seu Joca mostrando o ponto de canto do território Santa Rosa dos Pretos, em um corte feito na palmeira do babaçu.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No território ainda são mantidas formas tradicionais de uso e, a partir das conversas com os interlocutores e da minha vivência no quilombo, constatamos que os principais meios de renda e produção do território dão-se através de roça no toco, aposentadorias rurais e criação de pequenos animais que servem para o consumo e para a venda, como: galinha, porco, patos, boi. Atualmente já existe a criação de peixes, além de programas sociais do governo, como: bolsa família, minha casa minha vida, entre outros.

Nas letras do cordel *Esses Pretos são danados*, descrevo como se dá o processo de economia e de manutenção da vida e da produção dos quilombolas:

Caminhando com a história,
 Pois queremos avançar,
 Pra falar da economia
 E da renda do lugar
 Falar de economia
 É falar de produção,
 Que vem da roça no toco,
 Onde fazemos a plantação
 Da mandioca, do arroz,
 Do milho e do feijão,
 Ainda tem a criação
 De pequenos animais,
 Que é pra aumentar a economia,
 Botar comida na mesa
 E não ficar de barriga vazia (SILVA, 2015).

A roça no toco ainda assume um papel de destaque dentro do quilombo porque é através dela que se faz a plantação dos alimentos. A roça no toco é feita da seguinte maneira: os quilombolas derrubam determinados espaços de mata, que quando seca, taca-se fogo.

Depois de tacar fogo e recolher, juntar a “coivara”⁴⁵, começa a plantação dos grãos e dos produtos da sua agricultura. Os principais produtos produzidos pelos quilombolas são arroz, mandioca e milho. Estes produtos, em sua maioria, são usados para a sua (re)existência.

Na minha perspectiva de trabalhar uma teoria nativa, dialoguei com lideranças e pessoas do Quilombo, e ainda com a noção de território de SILVA, J. P (2017, p. 32):

[...] no território vivem cerca de 750 famílias, em 14 setores ou áreas de moradias e produção. Foi reconhecido inicialmente pelo governo do estado e depois pela FCP [Fundação Cultural Palmares] como área de quilombo, também é reconhecido nacionalmente e internacionalmente, por preservar suas culturas, tradições e costumes; além de tudo, o quilombo mantém vivo o pertencer e o respeito pelo próximo num processo de manutenção do território.

E, em dados de sua dissertação, sobre o território Santa Rosa dos Pretos, Santos (2019, p. 45) aponta:

O território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim engloba um conjunto de núcleos comunitários chamados de quilombos, são eles: Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro Centro de Águia, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Curva de Santana, Alto São João, Tingidor do Campo, Colégio, Kelru, Santa Rosa dos Pretos, além de Matões, Fazenda Nova, Pindaíba, e Conceição (os quatros últimos são quilombos de dentro do território que foram tomados por fazendeiros).

Sobre a quantidade de famílias e moradores, não se tem um número concreto. Estima-se cerca de 800 famílias com uma base de quatro mil pessoas. Este número é trabalhado pelas lideranças dos territórios conforme em seus conhecimentos territoriais.

É relevante falar sobre como se deu o processo de territorialização de Santa Rosa, saindo do Sítio Velho para ocupar outros lugares dentro das terras. Para tanto, destacamos a fala de Libânio (informação verbal)⁴⁶, que conta:

Nós não morava só aqui, a família de meu pai morou muito além daqui, a família de Benedito grande morou muito além daqui, a família de Macário, é... Tomásia, Judith, é... como diz o outro Seu Júlio morou muito além daqui, tá? Então cada setor desses que ainda tem muitos lugares, que tem pés de limão aqui ou acolá, então era como diz o outro, ia fazer uma roça pra lá se agradava, passava de quatro a cinco anos lá naquele lugar, tá? Então não era uma coisa que nós todo tempo só morávamos X não, morava assim, como eu estou dizendo, oh! Porque aqui na beira dessa estrada aqui... que vai pro Quelrú, então tá lá no relatório, que tinha Boa vista, que tinha Santa Rosa aqui tá, ela pegava o centro de Águia aqui acolá com outra gente lá no interior, passava aqui pegava o centro de Madalena... Madalena

⁴⁵ Resto de madeira queimada.

⁴⁶ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 27 de março de 2019.

não...Mariana, que justamente morava outro povoado e a gente morava no Estirão Grande aonde tem os pequizeiros eu nasci lá.

Esse processo de ocupação territorial era prática comum usada pelos moradores de Santa Rosa na construção e reconhecimento territorial de suas terras. Mas essa prática de uso da terra começa a ser modificada por conta de inúmeros fatores que vão desde a perda de grandes partes do território até o aumento da população quilombola, que cresceu imensamente nos últimos anos.

Contudo, esse processo de territorialização que existia há algumas décadas foi acabando, assim como os espaços utilizados para fazer a roça, que passaram de vinte, dezoito, quinze linhas, para um número mínimo de quatro ou duas linhas. Isso se deu em grande parte por conta das perdas da terra e da proibição de acesso à determinadas áreas por parte de fazendeiros e grandes empreendimentos que adentraram as terras de Santa Rosa, como no caso da Estrada de Ferro Carajás, BR-135, linhões da Eletronorte, entre outros.

2.4 Território sagrado a gente sente, pois, território é vida, vai pra além de terra

Nosso Território é vida, vai pra além de terra, é falar com o vizinho, com o irmão, com o encantado, com a terra, com a natureza, o território é vida é sentimento e pertence, é onde tem umbigo enterrado, é onde preservamos nossas ancestralidades, nossa cultura e nossos costumes (Anacleto Pires)

Ao analisar aquilo que descrevem os sujeitos de Santa Rosa dos Pretos sobre a noção de território, compreendemos que território trata de algo que vai além do fato de terra e espaço. Percebe-se que o território está atrelado a um todo: é a relação sujeito/espaço, suas culturas, seus costumes, suas tradições, formas de manutenção da vida, relações sociais. Todavia, Dona Dalva (informação verbal)⁴⁷, filha de Santo, cozinheira, rezadeira e importante liderança feminina do Quilombo, ao falar do território e de suas lembranças, conta com alegria que:

O território de Santa Rosa dos Pretos é uma terra de encantarias, é lugar de fé e de Devoção, é aqui que a gente faz nossas atividades tudinho, aqui a gente se sente bem, aqui nós temos o contato com a natureza, com a terra com o lugar, sabe por quê? Porque a natureza é mãe, a terra é mãe, aqui fazemos nossos cultos para os nossos encantados, aqui conversamos com eles, a gente se orienta, faz o que tem que fazer, desde criança, estamos envolvido com a terra. A terra é quem dá e somente ela pode tirar, na terra a gente faz tudo, e na terra estão os encantados.

⁴⁷ Entrevista concedida por Dona Dalva ao autor em 15 de julho de 2018.

Desde a parte inicial deste trabalho viemos falando sobre território e cabe dizer aquilo que entendemos por território. Portanto, é necessário destacar autores que trabalham sobre o conceito, não nos prendemos somente naquilo que dizem aqueles, destacando também a importância da teoria nativa, ou seja, das falas de lideranças e quilombolas de Santa Rosa que tem seus próprios entendimentos sobre o território e que nas suas perspectivas expressam seus saberes.

Dentro das Ciências Humanas existem várias noções, definições e conceitos sobre “território”, mas usaremos aqui a elaborada por Santos (2011, p. 13), que pensa o território como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Também usaremos a definição usada pelo geógrafo Haesbaert (2007, p. 23), quando afirma:

[...] para muitos “hegemonizados” ou, como preferimos, subalternizados, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade. O território, neste caso, como defendem Bonnemaïson e Cambrèzy, não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser.

Mauri Martínez (2008, p. 89), por sua vez, aponta que “o conceito de território foi imposto para se referir às relações – simbólicas e materiais – que uma sociedade mantém com seu espaço, concretamente com suas terras”.

Destacamos essas noções, definições e conceitos, pois se aproximam e dialogam com a noção de território pensada pelos moradores de Santa Rosa dos Pretos, que o definem como *algo que vai além do fato de terra e “espaço”*.

Seguindo discussão proposta por Almeida (2006), podemos dizer que o território se constitui nas relações sociais envolvidas entre os sujeitos. Percebe-se que o território, neste contexto, está atrelado a um todo: é a relação sujeito/espaço, suas culturas, seus costumes, suas tradições.

Como diz Anacleto (informação verbal)⁴⁸:

Nosso Território é vida, vai pra além de terra! É o falar com o vizinho, com o irmão, com o encantado, com a terra, com a natureza, o território é vida, é sentimento e pertence, é onde tem umbigo enterrado, sangue e suor derramados, corpos mutilados e enterrados, é onde preservamos nossas ancestralidades, nossa cultura e nossos costumes e crenças através dos cuidados.

⁴⁸ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 15 de julho de 2018.

Pensando nessa perspectiva nativa do significado, dialogamos com diferentes lideranças de Santa Rosa dos Pretos para compreender a noção de território desenvolvida por eles e fizemos o questionamento: o que você entende por território e para você o que é território?

Anacleto (informação verbal)⁴⁹ nos responde:

Tratando de território enquanto espaço terra, ele é composto por diversos quilombos. Agora tratando da ancestralidade ele é uma forma da gente compreender comportamento, né? A partir do sentimento, podendo relacionar isso o sentimento com a própria natureza, então isso que faz a gente respeitar a cada comportamento, então isso aí é a compreensão do território enquanto ancestralidade porque se sabe que cada um de nós, a gente tem o seu dom natural da forma de fazer as coisas, compreendendo às vezes a necessidade, opções pra ter um norteamento da vida então tudo isso é uma forma de a gente tá entendendo a natureza como o instrumento principal da gente poder entender esse relacionamento da nossa ancestralidade a partir da potencialidade da água, do nosso verde, da nossa mãe terra e como a mente, como por exemplo, esse equilíbrio humano, ele perpassa de corpo fora do humano como, por exemplo, esse corpo tem cabeça membro e tronco... Corpo nenhum vive sem a cabeça, quem é a cabeça? A cabeça é a terra e os membros são o que? Os membros são os verdes que são as matas, é podendo detalhar isso melhor dentro da compreensão de território... O território é o processo que nos deixa bem claros, porque, como e porque a gente mantém a resistência, né? Nada podemos resistir sem compreender território como o pilar da sustentabilidade, humana ou sustentabilidade da vida, então território é tudo isso, meu filho. É o corpo da inspiração, sem esse corpo da inspiração quem seria essa matéria podre? Ninguém, tá? Então território é isso... Território é a fortaleza da vida, é por isso que a gente sempre luta por ela, respeitando a natureza, que ela nos fala 24 horas.

Para Josiclêa Silva, também conhecida como Zica, filha de Anacleto e liderança jovem do quilombo (informação verbal)⁵⁰:

Falar de território é entender a questão mesmo da permanência histórica. Não dá pra falar em território se não entender todo o sentido da ancestralidade que existe nele né? Porque, assim, pra mim, eu, pessoa só, não componho o território, a geração da minha mãe só não compõe o território, do meu avô, mais todas essas gerações juntas sim dão legitimidade para entender o sentido do território, a territorialidade na verdade é uma veia da ancestralidade, então é fundamental escrever isso, eu vejo desse jeito, uma coisa complementa a outra, pensar em território é pensar em ancestralidade, em união, em junção, em realmente (re)existir, é isso.

Falando sobre um território sagrado relacionado à religião de Matriz Africana, Dona Dalva (informação verbal)⁵¹ nos relatou em entrevista:

⁴⁹ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 24 de julho de 2018.

⁵⁰ Entrevista concedida por Josiclêa Pires ao autor em realizada no dia 25 de julho de 2018.

⁵¹ Entrevista concedida por Dona Dalva ao autor em 24 de julho de 2018.

O território é a matinha e o barracão e nós que estamos lá, porque eles têm uma brincadeira de dividir o território, tu ainda não viu eles passar o risco no chão? Quem tá do lado de lá não passar pro lado de cá e quem tá do lado de cá não passar pro lado de lá. Então o barracão ele é um território alheio, a matinha também, quando entra gente lá diferente, vocês já sabem várias coisas que a gente não pode fazer dentro do território da matinha, né? Só os guias de luz podem fazer e eles não fazem nada que afeta. A natureza é a maior mãe que tem eu já lhe disse isso várias vezes, meu filho.

Outra consideração é dada por Elias Pires (informação verbal)⁵², Coordenador da União das Comunidades Quilombolas de Itapecuru-Mirim (UNICQUITA), e para ele:

O território é o lugar aonde a gente brinca, faz nossas coisas e preserva a nossa história e a nossa identidade. É a afirmação do nosso ser, de nós quilombolas. É onde a gente se sente bem, aonde cuidamos um do outro, seja irmão, seja vizinho, seja parente, sabe? Aqui o território é nosso lugar de viver de ser e de fazer, isso é o território, entende?

Notamos, a partir da fala das lideranças, que o território em seu contexto macro faz parte do ser de seus moradores, lugar onde estabelecem relações de uso e respeito, pois, como vimos, o território é a relação que eles mantêm e preservam, seja com a natureza, tradições, costumes ou encantados.

Assim, as pessoas se organizam e mantem suas formas de ser, agir e lidar com o lugar, trabalhando e usufruindo daquilo que fazem e produzem, em uma constante luta pela (re)existência de suas formas de vida, e, como nos diz Libânio (informação verbal)⁵³:

A gente faz a roça de acordo com o que a gente pode, faz mutirão trabalha para nossa necessidade, aqui não pensamos só na gente, sabe por quê? Porque a gente divide com o vizinho, com o irmão, quem tem da pro outro e assim a gente vai vivendo, essa troca faz parte do nosso modo de vida. Não podemos tá bem se nosso companheiro não tá. É como se diz: onde come um come dois.

De acordo com Seu Libânio, existe uma diversidade de elementos que dão forma ao território quilombola e aparecem como força e resistência no processo de organização social do lugar.

Destaco o trecho “não podemos tá bem se nosso companheiro não tá. É como se diz: onde come um come dois”, no qual ele está em diálogo com a ideia de “terra de uso comum” (ALMEIDA, 2006), que se refere à ideia de que se tem um lugar onde as únicas fronteiras que existem são a do respeito, pois se planta e se coloca roça sempre pensando na necessidade das

⁵² Entrevista concedida por Elias Pires ao autor em 26 de julho de 2018.

⁵³ Entrevista concedida por Libânio ao autor em 15 de julho de 2018.

outras pessoas. Dessa forma, podemos dizer que, para estes sujeitos, o território é um lugar sagrado, algo que contém dimensões de reciprocidade entre o ser humano e a natureza.

Destaco ainda que a terra é o espaço onde eles exercem suas funções, suas religiões, onde plantam, colhem e produzem de acordo com suas necessidades. É o lugar onde preservam suas identidades, seus saberes, seus sentimentos e suas ancestralidades.

Terra de encantarias, lugar onde existem os espaços de socialização das pessoas, seja na conversa com o vizinho, seja nas reuniões de associações comunitárias, espaço este onde é pensada e articulada a resistência do território.

Compreende-se que em Santa Rosa, ao se sentirem alijados, os quilombolas resolvem se manifestar e buscar por direitos que lhes são negados constantemente por parte do Estado, na figura de seus órgãos de representação.

Cabe ressaltar que, quando os moradores de Santa Rosa se manifestam, eles usam suas práticas culturais e suas tradições como instrumentos de luta. Deste modo, acabam fugindo das formas de enfrentamento esperadas pelo Estado.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas desde o regime escravocrata – no qual trabalhavam para um senhor branco que usurpava suas forças de trabalho –, passando pela perda territorial de parte de seu território por conta da grilagem de terras, até os dias atuais com a grande ofensiva dos projetos desenvolvimentistas, a coletividade no Quilombo de Santa Rosa dos Pretos é constantemente fortalecida pela preservação e manutenção de seus costumes, de suas culturas e, principalmente, de sua historicidade. Como vimos anteriormente, está relacionada ao processo de autonomia e resistência dos moradores.

Essa coletividade só é possível pela maneira como as pessoas constituem seus próprios espaços, de acordo com seus anseios e suas necessidades. Assim, podemos afirmar que Santa Rosa existe porque (re)existe, preservando seus modos de vida e respeitando seus limites, mas, principalmente, as relações com a natureza que é tida como grande mãe: aquela que dá, que sustenta e que alimenta.

Do mesmo modo, destacamos as relações com os encantados e a preservação de sua cultura, que na fala de Mãe Severina (informação verbal)⁵⁴, mãe de terreiro, se refere:

A terra é que nos sustenta e é nela que vivemos. A terra e nossa cultura são fundamental pra nós. É onde que a gente se mostra, se sente. A cultura é onde mantemos nossa essência, nosso respeito com o próximo, com nosso passado, com a vida. É nela que a gente se ver, se encontra, se respeita e se aproxima como irmão, como ser. É nela que mostramos nossos saberes e fazeres, a cultura, o Tambor de Crioula é parte de nós. Nossa vida é luta, é resistência e os tambores é uma forma de

⁵⁴ Entrevista concedida por Mãe Severina ao autor em 15 de setembro de 2018.

nós resistirmos, sabe por quê? Porque é onde estamos unidos e falando a mesma língua, cantando a mesma música e dançando juntos e unidos.

Dá-se ênfase no povo que prevaleceu simplesmente porque sua cultura prevaleceu. Por isso Santa Rosa é referência. O lugar ganha forma e sentido por meio das relações das pessoas e do cuidado com suas ancestralidades, por meio da preservação de seus festejos e dos acordos de convivência. Acordos esses que orientam as pessoas sobre as formas de uso da natureza e dos bens territoriais. Dentre eles, destacam-se: ter um lugar para construir sua casa; manter a terra livre; fazer roças respeitando as nascentes dos igarapés e córregos; usar os bens da natureza de acordo com suas necessidades sem exageros; não cercar áreas de usos coletivos etc. Estes acordos de manutenção da vida e da natureza são mantidos até os dias atuais.

Contudo, é notável o importante papel desempenhado pelas lideranças de Santa Rosa dos Pretos, seja na política, na luta ou nas festas e brincadeiras. Dos muitos significados que dão sentido ao lugar, desde o tempo da escravidão até os dias atuais, o de vinculação com as práticas culturais parece ser um dos mais fortes.

O Tambor de Crioula aparece nesse contexto como elo forte de ligação comunitária, como descrito no terceiro capítulo deste trabalho.

3 UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA: O TERRITÓRIO FRENTE A UM CORREDOR

Vivemos hoje ameaçados. Estamos num chamado corredor da morte: se vai pra frente tem essa estrada, se vai pra trás tem a ferrovia, mais pra frente tem linhões e mais adiante outra ferrovia. Não temos mais para onde ir! Sem contar as fazendas dentro de nosso território, as áreas de produção foram destruídas. Nossa lavoura diminuiu, na hora que nosso povo cresceu, o que vamos fazer? Estamos à mercê da situação. Tá difícil! (Anacleto Pires)

O território quilombola Santa Rosa dos Pretos é conhecido nacional e internacionalmente pela luta e pela resistência que há tempos são pilares de força contra as grandes empresas transnacionais e órgãos governamentais que executam projetos desenvolvimentistas em seu território.

No ano de 1950, os pretos de Santa Rosa perderam o domínio do testamento deixado pelo Barão e, a partir desse episódio, houve sérias investidas do capital sobre suas terras. O primeiro empreendimento que atravessou as terras de Santa Rosa foi a Rodovia BR-135, nos anos 1940, período em que o testamento ainda se encontrava sob domínios dos quilombolas. A passagem dessa Rodovia Federal abriu as portas para a implantação de uma série de outros empreendimentos, como veremos adiante.

A construção, implantação e ampliação de inúmeros projetos desenvolvimentistas e a entrada de fazendeiros fizeram com que os modos de vida dessas pessoas do quilombo fossem modificados. Tais empreendimentos foram e são um grande desastre para a vida desses sujeitos.

O processo de desmonte, de inviabilização e de silenciamento, que já estava em curso pelo Estado brasileiro, ganhou maior contorno nos anos seguintes através da Lei nº 2.979/1969⁵⁵, conhecida como Lei de Terras do Sarney, que deu segurança a essas empresas para usurparem terras.

A instituição da Lei de Terras, em 1969, apresentou-se como suporte legal que reforçou a expropriação dos então chamados territórios negros⁵⁶, das áreas indígenas e do

⁵⁵ Lei estadual nº 2.979, de 17 de junho de 1969, concebida pelos planejadores do então governador José Sarney, que regulamentava a aquisição de terras devolutas (terras públicas) no Maranhão, que as disponibilizou para o mercado.

⁵⁶ Muitas comunidades que se colocam atualmente como comunidades remanescentes dos quilombos estão referidas nas chamadas terras tradicionalmente ocupadas. Nesse sentido, o território tradicionalmente ocupado de Santa Rosa dos Pretos passou a ter seus limites territoriais violados, seja pela ação de pretensos proprietários de terra, seja pelas ações de intervenções oficiais perpetradas pelo Governo do Estado do Maranhão, como forma de fomento às políticas de desenvolvimento do Maranhão. O que significa dizer que, em algumas situações, bem antes da Constituição de 1988, aqueles que hoje se autodefinem quilombolas já viviam há anos naqueles territórios.

campesinato, uma vez que destinava terras públicas do Estado para fins de exploração mineral, agropecuária e florestal. Transformou-se estas terras em foco de interesse de empresas e de grupos econômicos privados que recebiam incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁵⁷.

A ideal combinação terra e capital tornava-se o fio condutor para a expansão desenvolvimentista no Maranhão com a incorporação de grandes extensões territoriais a esses projetos. No rastro desse projeto, chamado Maranhão Novo⁵⁸, foi criada a infraestrutura necessária ao capital que possibilitou a entrada de empresas com ações predatórias a partir de médios, grandes e megaprojetos de desenvolvimento oriundos, principalmente, do Centro-Sul do país.

Segundo SILVA, RIBEIRO JUNIOR e SANT'ANA JÚNIOR (2018), essa ideologia desenvolvimentista objetiva o crescimento financeiro de corporações. Tem como resultado o detrimento de territórios tradicionais e como característica a distribuição generosa de grandes extensões territoriais para empresas.

Cabe destacar que, dizendo-se responsável e preocupado pela ocupação/utilidade dos espaços vazios amazônicos, o Estado tem acionado uma política governamental de integração nacional. Como exemplo, tem-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Em nome dos grandes projetos minerais e agropecuários, subsidiados por órgãos do governo, a grilagem tornou-se corriqueira nas regiões do estado do Maranhão, trazendo consigo inúmeras mazelas. Não foi diferente em Santa Rosa dos Pretos.

Contudo, Santa Rosa dos Pretos começou a sofrer impactos diretos de tais empreendimentos. Rotineiramente passou a conviver com o exterior, com o novo, que se diferenciava em tudo daquilo que era vivido por eles. Sob a ideologia do desenvolvimento econômico e da fundamentação técnica de agentes do estado de espaços vazios, territórios inteiros foram e estão sendo atravessados por projetos de morte no estado do Maranhão por décadas. Estes projetos de morte fazem-se presentes na vida de tais agentes que, em certa medida, não tem nem a proporção do tamanho dos impactos sofridos rotineiramente: impactos sociais, psicológicos e ambientais.

⁵⁷ A SUDENE e a SUDAM foram criadas com o intuito de amenizar as desigualdades regionais no Brasil.

⁵⁸ Projeto criado, em 1966, pelo governador José Sarney, com objetivo impulsionar o desenvolvimento do estado com um discurso modernizador e de facilidades econômicas.

Sobre isso, Libânio resgata que (informação verbal)⁵⁹:

[...] antes dessa estrada os nossos filhos comiam os queimados junto com nós. Depois dessa estrada isso separou as nossas famílias, foi cada um para um lugar. Antes da estrada não tinha fazendeiro para invadir as terras, nossos irmãos e nossos filhos ficavam aqui e não iam para as cidades [...]. É muito sério isso! Foi a estrada que trouxe isso, essas mortes pra dentro das nossas famílias. Trouxe a morte, são várias mortes [...].

O ato de comer queimado⁶⁰ ao qual Seu Libânio se refere, trata-se do estar junto em coletividade, algo presente na vida dos quilombolas e que a partir da entrada dos empreendimentos foi se perdendo. O arroz é um dos alimentos mais cultivados pelos quilombolas de Santa Rosa, e, ao entrar o desenvolvimento, perde-se grandes proporções de terra e se torna quase escasso, refletindo tendenciosamente na vida dos moradores. O ir para a cidade é outro elemento que passa a ser realidade do quilombo, muito por conta desta perda efetiva de seus meios de promoção da vida, presentes na produção dos alimentos.

Entretanto, os quilombolas de Santa Rosa começaram a viver a dualidade presente na implantação de tais projetos desenvolvimentistas: por um lado, os projetos de ampliação, construção, duplicação e propriedade privada que fazem parte dos projetos de desenvolvimento e modernização do país, fugindo de sua realidade vivida; por outro, a preservação e manutenção dos seus meios e formas de manutenção da vida assim como seus costumes e suas tradições que garantem a sua vivência.

O desenvolvimento econômico implantado no país, colocado como projeto de melhoria para o povo, acontece sem a consulta do povo e busca, em tese, garantir o crescimento econômico de uma parcela muito pequena de pessoas que possuem os meios de produção. Dessa forma, a exemplo da duplicação da Ferrovia Carajás, a construção de um novo Porto em São Luís⁶¹ e o massacre e expulsão do Povo Gamela⁶² se faz possível, necessário e desejado por essa parcela de pessoas.

⁵⁹ Fala extraída do relatório de impactos psicossociais causados pela BR-135 aos territórios quilombolas de Joaquim Maria, Santa Rosa dos Pretos e Santa Maria dos Pinheiros, no ano de 2018, em âmbito de discussão sobre os impactos de possível duplicação desta BR.

⁶⁰ Se refere à sobra do arroz que gruda no fundo do caldeirão e que, após ser molhado com caldo de carnes ou peixe, é raspado e comido por todos os familiares. Faz parte dos costumes dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Ainda está muito presente em seus festejos e promessas, mas atualmente vem perdendo a prática.

⁶¹ O Porto referido trata-se do Terminal Portuário São Luís, da empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais, que será implantado na comunidade do Cajueiro e ameaça fazer o deslocamento compulsório de dezenas de famílias.

⁶² Este massacre ocorreu no dia 30 de abril de 2017, no município de Viana – MA, no qual os indígenas faziam retomadas de suas terras e foram brutalmente atacados por grupos organizados de fazendeiros daquela região, tendo suas mãos decepadas e muito sangue derramado.

O não-dito racista na instalação desses projetos no Maranhão ocorre quando a falta de acesso à justiça é enfrentada pelas comunidades locais, a consulta prévia não ocorre e lideranças locais são ameaçadas de morte por manifestarem e lutarem para permanecer em seus territórios. Tais projetos modernizadores vêm acompanhados de desigualdades que interferem drasticamente nas condições de moradia, renda, escolaridade e emprego das comunidades locais.

O desenvolvimento posto coloca em questão a possibilidade da existência dos territórios negros no Maranhão, pois na sua forma mais real vem derrubando casas, expropriando terras, assoreando igarapés e, com isso, assassinando famílias inteiras. Não bastando, ocorre também o aumento da insegurança alimentar nesses territórios, retirando dos moradores a possibilidade de manutenção de sua cultura e de seus modos de vida ao provocar grandes danos à natureza.

Esses efeitos são diferentes do anunciado ou pensado pelo desenvolvimento a esses sujeitos, ganhando outras conotações que se diferenciam das formas de uso comum usadas pela maioria desses territórios. Nesse sentido, Santa Rosa atualmente é atravessada: por 05 linhões de energia, sendo 02 da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e 03 da Eletronorte; por 03 linhas férreas, sendo 01 da Transnordestina e 02 da Ferrovia Carajás; e pela BR-135, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que hoje aparece no cerne da questão com a ameaça de duplicar suas vias.

Apesar de serem muitos os impactos causados por tais empreendimentos, aqui me atenho a três específicos: a) BR-135 do DNIT; b) Ferrovia Carajás da Vale e; c) Linhão de energia da Eletronorte. Resolvi falar apenas destes três empreendimentos por motivos de aproximação e maior interesse de pesquisa. Não que os outros não tenham a mesma importância e não causem os mesmos impactos, mas minha definição se deu por conta das entrevistas e informações colhidas.

Quando pensamos na ideia de corredor, ela nos permite visualizar como o acúmulo de riquezas vem se dando no Maranhão, com a expansão das desigualdades e extinção de áreas de reservas de soberania alimentar das comunidades tradicionais, que são: os rios, as matas, os igarapés, o mar, as áreas de roça.

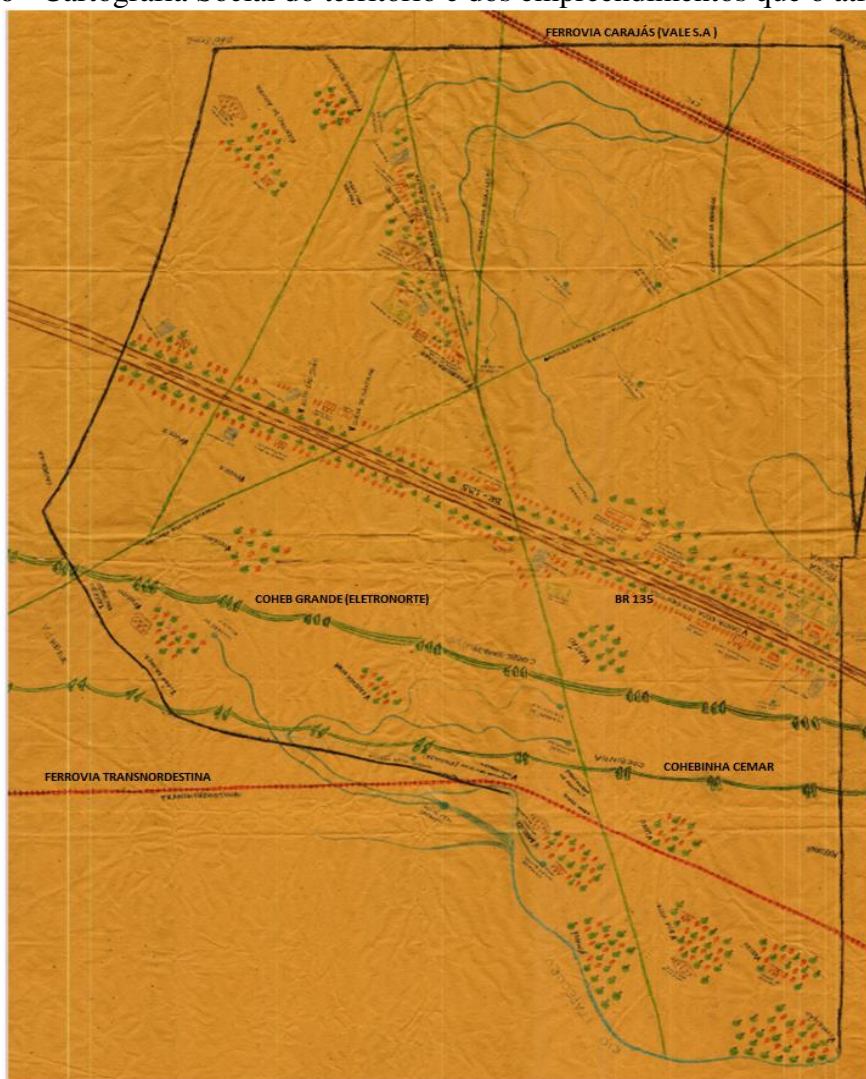
O corredor permite dar forma e conteúdo a uma dimensão do desenvolvimento que não aparece nos documentos oficiais, que geram o fatiamento do território. O que caracteriza o corredor é a imposição de um ideal de branqueamento pela urbanização e empreendimentos que se apresentam como melhoria para o povo, mas que, de fato, não melhora em nada a vida de tais sujeitos.

Contudo, enfatizaremos como está o território nos dias atuais, como os quilombolas se sentem ao ver suas terras atravessadas por tais empreendimentos. No intuito de entender visualmente aquilo que chamamos de corredor, traremos uma cartografia social do território feita por lideranças e jovens do território em reunião da associação comunitária, realizada a fim de entenderem a dinamicidade dos projetos que atravessam suas terras e violam seus direitos.

Os referidos projetos cortam toda extensão territorial do quilombo e, como já colocado, mexe diretamente com a vivências dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, que passaram a conviver com os impactos de tais empreendimentos. Talvez o ato de escrever os impactos não coloque à tona toda sua força, mas é possível ver e sentir através de poucas horas de convívio ali no quilombo.

Os carros que não param, a ferrovia e o trem que geram dor, os linhões que tiram o lugar da roça, são alguns dos impactos vividos diariamente pelos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Na cartografia social do território (FIGURA 6), ilustrada por Zica Pires (2018), busca-se mostrar como tais projetos e empreendimentos cortam as terras dos quilombolas.

Figura 6 - Cartografia Social do território e dos empreendimentos que o atravessam.



Fonte: ilustração de Zica Pires (2018)

Nas duas pontas da figura acima podemos ver linhas vermelhas que estão sinalizando as ferrovias que cortam as terras de Santa Rosa. A mais fina corresponde à Ferrovia Transnordestina e a mais grossa corresponde à Ferrovia Carajás em vias duplicadas. Mais ao meio, próximo à Ferrovia Transnordestina, observamos duas linhas de tonalidade verde com pontos no meio: correspondem aos linhões de energia. A primeira com dois pontos e a mais fina é a chamada Cohebinha, de responsabilidade da CEMAR; e a outra com três pontos, mais grossa, é a chamada Coheb grande, de responsabilidade da Eletronorte.

Observando a parte central do desenho, existe uma pista com tonalidade marrom, corresponde à BR-135, que atualmente ameaça ser duplicada e, com isso, retirar 345 casas de Santa Rosa dos Pretos. Nas linhas que seguem, procura-se descrever de modo mais nítido tais empreendimentos para uma melhor compreensão do processo.

3.2 In Casua Rodovia BR-135

Em princípio e obedecendo as práticas locais de uso específico do território, os mais velhos de Santa Rosa respondiam por essa ação, permitindo ao DNIT fazer a construção da BR em suas terras. Em contrapartida, receberam inúmeras promessas de melhoria de vida. Disseram-lhes que poderiam fazer escoamento de suas mercadorias para a capital e que teriam acesso rápido a lugares. Entretanto, nada ocorreu como prometido. Hoje o DNIT diz ser dono de parte do território e considera os pretos e antigos ocupantes como invasores.

Figura 7 - Dona Maria atravessando a BR-135, Imagem retirada do documentário o mundo preto tem mais vida.



Fonte: Andressa Zumpano (2018).

Apesar de muitos moradores terem trabalhado na Rodovia e apoiado sua passagem quando implantada em meados de 1940, como descrito anteriormente, hoje o discurso de lideranças e moradores mais velhos são acionados como ferramenta política de demarcação histórica e social do lugar frente à duplicação da BR-135:

Aqui não tinha estrada! Eu conheci isso aqui com mata legítima. O barão deixou isso aqui, mas foi na ponta da chibata, não foi de graça não. Ele não teve outro jeito e deixou essas terras para o povo escravizado que trabalhou pra ele. Ele deixou esse terreno de usos e fruto, não tem dívida que dê essas terras em pagamento, não tem quem compre ela, filhos e netos e descendentes era pra tirar o sustento dessa terra. Vocês sim [DNIT], vocês são invasores! Nós não. Vocês querem que nós vamos daqui invadir a casa de vocês? Vocês tão invadindo terra que não é de vocês (Paulo Leonel, entrevista realizada em 10.12.2017 grifos nossos).

Atualmente, os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos se insurgem contra a duplicação da Rodovia BR-135 no Maranhão, porquanto a experiência anterior com o DNIT é

considerada espécie de erro ou ingenuidade cometida, por acreditar que, de fato, as promessas de melhorias pudessem vir.

No entanto, o que se tem hoje é uma tentativa de deslocamento dos moradores. O DNIT traz em seu projeto de duplicação uma série de irregularidades e ameaça fazer a derrubada de 345 casas do território quilombola Santa Rosa dos Pretos. Dentre essas casas estão: a igreja centenária no qual se festeja, em duas etapas, o Divino Espírito Santo ao som das Caixas e das Caixeiras – festejo esse que existe a mais de 250 anos; a casa de forno, lugar onde os quilombolas produzem a farinha; o Terreiro de Mina, Tenda Nossa Senhora dos Navegantes de mãe Severina, espaço onde se cultua a religião de Matriz Africana e; casas de inúmeras lideranças do território. Este impacto será incalculável, pois para nós, quilombolas, não há preço que pague uma vida em quando se fala em derrubar as casas das pessoas, está se falando de tirar vidas, sonhos e sentimentos.

Logo na passagem do primeiro pico, o discurso que os membros do DNIT trouxeram era da velha ilusão do desenvolvimento e do progresso. Como salientado acima, promessas de melhoria de vida, acesso rápido à capital do estado e escoamento de suas produções. Era a chegada do suposto paraíso e essa ideia fez com que os quilombolas concordassem com a passagem da BR-135 por suas terras, como recorda Libânio⁶³ (informação verbal):

Eu era bem novinho quando passou o primeiro pico, mas lembro que teve umas reuniões, aí eles disseram que, depois da estrada passar, tudo ia melhorar, a gente, podia transporta nossa produção pra vender na cidade, nós ia chegar rápido ia ser tudo, um paraíso, mais eles num contaram que agora eles iam dizer que nós invade área deles, como que essa área é deles se quando eles passaram nós já tava aqui?

A construção da Rodovia BR-135 nas terras do território Santa Rosa dos Pretos, em meados dos anos 1940, serviu como fio condutor a um constante processo de expropriação de terras. Essa passagem fez com que grileiros, fazendeiros, e empreendimentos pudessem adentrar os territórios dos quilombolas de maneira brutal, expulsando pessoas, tomando suas terras, derrubando suas moradias e transformando drasticamente suas vidas e seus meios de envolvimento. Fato é que, com esses novos vizinhos, as dinâmicas e os modos de vida das pessoas, bem como as formas de manutenção do território, foram transformados, e o processo de autonomia vivido pelos pretos de Santa Rosa foi se degradando em consequência dessa perda.

⁶³ Entrevista concedida por Libânio Pires, liderança quilombola, ao autor em 02 de fevereiro de 2018.

Seu Libânio⁶⁴ descreve este episódio da seguinte maneira (informação verbal):

Olha aqui hoje a gente tá vendo umas curiquinha passar aqui cantando “querequere”. Meu amigo, quando era uma hora dessa aqui você ficava quase surdo de tanto ver pássaro cantar para tudo quando era lado, mas que maravilha naquela época. Toda hora tava vendo, como é hoje... Pra você tá vendo... comezinho se você não tiver com um dinheiro você não compra. [...] Aqui você fazia uma casa, não tinha necessidade disso. Rapaz bem aí ainda tem um pedaço de pau, por aí... Ele tá bem aí. Não sei nem quantos anos tem esse pedaço de pau. Aqui pra gente fazer uma casa, o esteiro desse que tinha naquela época... Era esteiro para tirar até cem anos, esse pedaço que tá por aí assim.

Quando se perde autonomia alimentar e financeira, perde-se o envolvimento com a natureza, que esteve sempre presente com esses sujeitos. Isso fez com que os quilombolas buscassem outros meios de se manter, outras formas de vivência. No entanto, os problemas só aumentaram aquilo que era externo passou a ser presente para tais agentes e os impactos só aumentaram.

Os espaços de roças foram cercados, os igarapés foram entupidos, as matas derrubadas e os animais desapareceram. Isso enfraqueceu a autonomia destes agentes, a ponto de hoje a BR-135 estar em processo de duplicação, e os quilombolas ameaçados mais uma vez de perderem seu território, pois quando um projeto como esse avança dentro desses territórios, avança todos os seus impactos. A duplicação não vai acontecer somente na via, mas também na vida dessas pessoas através de todos os mencionados impactos.

Quando se fala em derrubar casa, temos que ter em mente que se fala em derrubar vidas, histórias, sentimentos, projetos e planejamentos. A ideia da raiz, da conexão com a terra, com o lugar, com a natureza, é simplesmente apagada por tais agentes externos ao território que simplesmente vivem uma outra realidade e não respeitam as coisas ali envolvidas, como mostra a seguir.

⁶⁴ Entrevista concedida por Libânio ao autor em 2015. A entrevista é uma breve discussão sobre esse momento anterior à chegada dos empreendimentos.

Figura 8 - Trabalhador do DNIT dentro do território, acompanhando o desmatamento de áreas.



Fonte: Sabrina Felipe (2018)

Nesse contexto de desmonte e desrespeito, os quilombolas estão sempre em luta. Denúncias e reportagens foram feitas pelas lideranças quilombolas com ajuda da repórter investigativa Sabrina Felipe, de São Paulo, no que diz respeito aos impactos provocados pela duplicação feita pelo DNIT na BR-135, no trecho de Miranda do Norte à Bacabeira no Maranhão. Destaco que a duplicação, em curso desde o ano de 2017, ocorre sem a execução de procedimentos básicos, como a consulta prévia, procedimento assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No entanto, quando os quilombolas se depararam com a situação da duplicação, as máquinas do DNIT já estavam em seu território, executando trabalhos de terraplanagem e limpeza de áreas para construção de bueiros e, conseqüentemente, duplicar a BR-135. Naquele momento a única coisa que poderiam fazer, e fizeram, foi colocar seus corpos em duelo com as máquinas, defendendo seu território e obrigando os maquinistas a parar tal trabalho. O ato de levar o corpo como instrumento de defesa territorial é algo repetido constantemente nesses processos, que acontecem de maneira irregular e brutal registrada na figura a seguir.

Figura 9 - Máquina do DNIT, desmatando área no território Santa Rosa dos Pretos Quilombo Picos II.



Fonte: Elias Belfort (2017)

Entretanto, observa-se nesse processo de duplicação da BR-135 em curso sobre o território, “atos de estado” (BOURDIEU, 2008) que legitimam tais ações, como os técnicos do DNIT e do INCRA, que continuam prestando desinformação ao povo e agindo de acordo com seus interesses.

Assim, podemos ver na nota da reportagem abaixo do Jornal Vias de Fato, aquilo que tais agentes fazem:

Voltando ao Incra: coordenador geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra do Distrito Federal disse que a duplicação da BR não interfere na titulação das terras quilombolas. O que você acha disso do ponto de vista legal? Do ponto de vista legal, ele deveria ter um esclarecimento melhor dessa fala. É claro que afeta, porque se uma parte [a parte ocupada pela BR duplicada] não vai ser mais regularizada, já afetou. A duplicação pode não extinguir o processo, porque o processo continua na área não afetada pelas desocupações ou desapropriações. Mas se você reduz o tamanho do território a ser titulado, você já afetou (JORNAL VIAS DE FATO, 2018).

Quando se coloca que o segmento da BR-135, em vias de duplicação, não será regularizada, pois o território quilombola a ser titulado foi afetado, impactado, podemos concluir que a não titulação desses territórios faz parte do não-dito racista, no qual, segundo Sales Jr (2006, p. 236), “o racismo tem em geral, o seu próprio léxico, mas o que há de mais ideológico nele são os interesses de poder a que serve e os efeitos políticos que gera”. Assim, quando Sabrina Felipe destaca que “existe uma política de não fazer a regularização”, ela nos

ajuda a ratificar um racismo institucional presente na implantação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão, como vem sendo o caso da duplicação da BR-135, como foi o caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e muitos outros projetos em curso no país. Na reportagem investigativa, Sabrina Felipe nota que:

A titulação quilombola é feita numa área que vai se tornar inalienável [que não pode ser vendida ou cedida], é uma área que vai sair do mercado.... Foi falado claramente que **não tem dinheiro porque existe uma política de não fazer a regularização quilombola**, mas sim a comum, individual, cada um com seu pedaço de terra⁶⁵ (reportagem de Sabrina Felipe, grifos meus).

Contudo, na duplicação feita pelo DNIT, segundo Sabrina Felipe (2018), nem o INCRA, nem o CCN ou a FCP foram consultados. Mesmo com as irregularidades na duplicação, ela está quase pronta, pois iniciaram as obras de uma ponta a outra e deixaram a área das comunidades quilombolas por último.

Novamente, observa-se o racismo mascarado que está sempre presente nestes projetos e serve de alicerce para os grandes empreendimentos. Assim, quando estes projetos passam por uma fazenda, uma área particular de proprietário de terra branco, faz-se todos os trâmites legais e rapidamente se busca a solução para os problemas. Diferente é a situação nos territórios negros, que são brutalmente invisibilizados e silenciados, tendo suas terras usurpadas por tais empreendimentos que expulsam seus povos e que afirmam que ali não existia ninguém, que aquele alguém morador é invasor ou que não são quilombolas. É um racismo estrutural latente.

O empreendimento aqui referido apresenta-se em favor da melhoria dos municípios vizinhos Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Santa Rita e Miranda do Norte; como se fosse para beneficiar o povo, mas mascarando o que de fato está por trás: interesses econômicos de investidores nacionais e estrangeiros.

Atualmente, o DNIT afirma que é dono de 35m de cada lado da BR-135, a contar da faixa central da via, linha amarela, o que totaliza 70m. Para além desta área, existe mais a de proteção, possuindo 15m de cada lado da BR, totalizando 30m.

⁶⁵Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/05/2019.

Figura 10 - Máquina do DNIT após fazer desmatamento e entupir um Igarapé.



Fonte: Elias Pires (2017)

A foto acima foi tirada por Elias Pires, um dos quilombolas que impediu as máquinas de continuar desmatando o território. Mesmo sem deixar qualquer aviso aos quilombolas, o que seria o procedimento legal por parte da empresa, as máquinas entraram no território e foram destruindo tudo.

Realizei ida ao DNIT no dia 06 de dezembro de 2017, localizado em São Luís, para pegar documentos referentes à duplicação da BR-135. Juntamente com Mateus, estudante do IFMA Campus Maracanã-São Luís, e Cíndia, docente da UFMA, ouvimos de um técnico da autarquia que o DNIT considera os quilombolas invasores da faixa de domínio que é da empresa, que é particular. Por isso, eles falam de desocupação e não desapropriação, pois segundo o pessoal do DNIT a construção dentro da faixa de domínio é crime.

Dessa maneira, os quilombolas que vivem há tempos nessa área, que hoje a empresa reivindica como sua, são considerados invasores. Essa postura do DNIT causa muita indignação nas pessoas, que se sentem lesadas com tamanho absurdo, como apontado por Ilario⁶⁶ (informação verbal):

Tenho 74 anos e estive sempre aqui. Isso era um matagal. Aí foi mudando, até quando romperam essa estrada. Vão dizer que somos invasores. Isso é quilombo! E é velho! O DNIT é novo pra nós aqui. Aquele pé de pequi ali, é mais velho do que meu avô. Eles não tiram esse pé de pequi aí não. O tanto de casa que eles querem afastar, você é louco. Eles vão ficar do Pico pra lá e de São Francisco pra lá.

Desde 2017, quando as lideranças de Santa Rosa dos Pretos tomaram conhecimento dos dados e impactos que a duplicação poderia causar, começaram a se mobilizar, fazendo

⁶⁶ Entrevista concedida por Ilario Pires ao autor em 11 de dezembro de 2017.

denúncias ao MPF e à DPU, e também reuniões e enfrentamento⁶⁷. No primeiro momento, participaram do Comitê das Comunidades Ameaçadas pela Duplicação da Rodovia BR-135, criado para defender os territórios das ameaças feita pela empresa e buscar uma solução para o impasse, mas perceberam que as ideias postas por pessoas que diziam representar o comitê divergiam daquelas das lideranças do território Santa Rosa dos Pretos.

Desta feita, os quilombolas de Santa Rosa, como na maioria das vezes, resolveram caminhar, lutar, enquanto território e não mais como Comitê. O fato de não se sentirem representados por quem coordenava foi fundamental para esse desmembramento. O referente Comitê é composto pelos territórios quilombolas de Cariongo, Pedreiras e Vila Fé em Deus, ambos em Santa Rita e Oiteiro dos Nogueiras, localizado no município de Itapecuru-Mirim.

Até o momento registrado, cinco audiências já aconteceram: três ocorreram na Defensoria Pública da União (DPU) e duas no Ministério Público Federal (MPF). Como encaminhamentos das mesmas, foi deliberada a realização de um estudo aprofundado sobre a situação local dos territórios e sobre os possíveis impactos, tendo em conta que o estudo feito pela empresa expressa uma série de irregularidades.

Cabe dizer que em uma dessas reuniões no MPF, o superintendente do DNIT deixou bem claro que o órgão não tem recurso para indenizar ninguém. Com isso, consta na documentação referente à obra que haverá desocupação da área de domínio do DNIT e não indenização.

Esse fato preocupa ainda mais os quilombolas que sofrem intensamente ataques às suas raízes e identidades no espaço onde construíram um legado e foram criados. A pergunta a se fazer é: até quando os corpos negros continuarão sendo objetos descartáveis? O que vemos neste caso é mais um dos que se repetem por todo território nacional que, onde se pretende levar o progresso, as vidas são invisibilizadas e corpos negros são silenciados rotineiramente para garantir o tal desenvolvimento.

A situação atual da obra de duplicação encontra-se suspensa e algumas notícias veiculam de que o Exército brasileiro tem interesse em continuar a duplicação. Por outro lado, o próprio Exército já expressou que irá duplicar somente o trecho de São Luís à Bacabeira, que ainda não está completo, faltando 5% e que tem reparos a fazer por conta de problemas.

Para retirar a suspensão da obra, o DNIT tem que fazer um novo estudo de componente quilombola, para apresentar e fazer a consulta de acordo com a Convenção 169

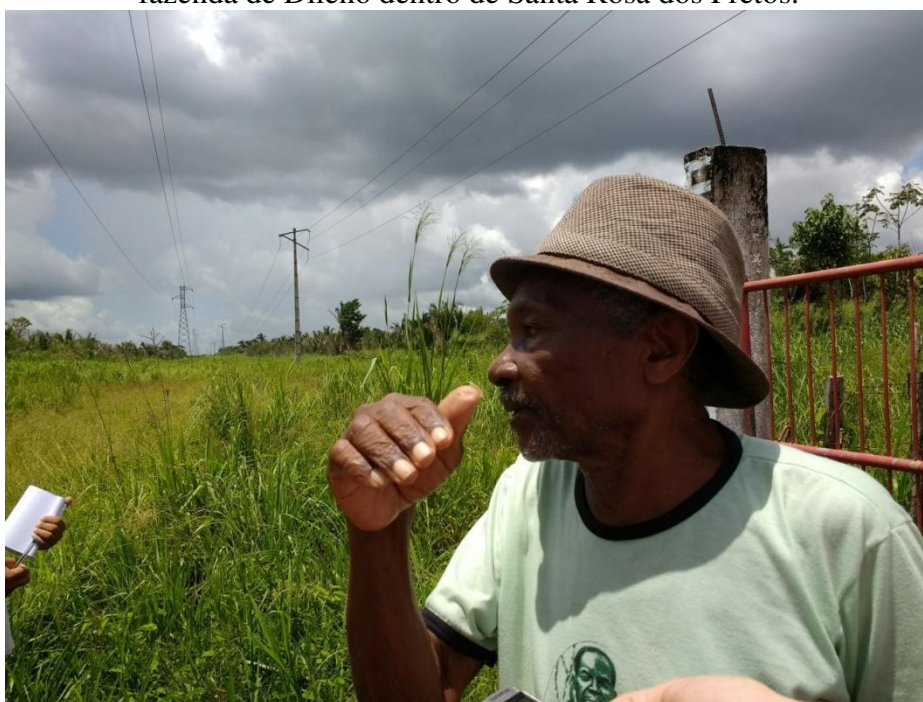
⁶⁷ Referente a ocorrido quando lideranças do território tiveram que parar a máquina que estava trabalhando em suas terras sem consulta prévia.

da OIT. Entretanto, o DNIT ainda não fez e nem apresentou este estudo, não consultou as comunidades que estão no raio de impactos da obra

O DNIT, recentemente em reunião com o MPF, alega que já fez a consulta, mas está acontecendo um retrocesso. Depois de um ano e meio de discussões, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) reconhece que tiveram vícios no processo. Mesmo assim, o DNIT prevalece dizendo que houve consulta, ignorando este um ano e meio de denúncias e mobilizações. Apesar das obras estarem suspensas, a movimentação do DNIT que ignora tais ações foi realizada e as pessoas do território continuam monitorando o seu desfecho.

3.2 O caso dos linhões e seus impactos

Figura 11 - Libânio Pires na antiga área de roça – os linhões de energia da Cohebinha e a fazenda de Dilenio dentro de Santa Rosa dos Pretos.



Fonte: Dayanne Santos (2017)

Os linhões de energia, como mostra a figura acima, começaram a passar pelo território na década de 1970. Foram instalados no território antes mesmo que as pessoas tivessem acesso à energia elétrica. Assim, os quilombolas por muito tempo não usufruíram de um bem que passou por suas terras: a energia.

Também destaco que a energia elétrica só chegou às casas por meio de projeto feito pelos próprios quilombolas, em parceria com o deputado estadual Gasparinho, na década de

1980. Teve sua ampliação somente com o Programa Luz para Todos, do Governo Federal, nos anos 2000, no qual todos puderam usufruir.

Tal instalação também trouxe consequências, o que fez com que quilombolas perdessem espaços de produção, como resgata Anacleto⁶⁸ (informação verbal):

Assim, os linhões passaram cedo em nosso território, bem ali aonde a gente colocava roça, só que eles passaram e nós não tivemos acesso à aquela energia. Aqui tudo era alumiado na lamparina, sabe? O descaso dessas coisas é muito grande, todos esses empreendimentos vêm chegando do mesmo jeito e nós ficamos sempre à mercê dessa situação, sem direito a nada, essa é a verdade.

Até pouco tempo, os linhões não estavam no cerne das questões de Santa Rosa dos Pretos, pois seus impactos permaneciam velados, permaneciam silenciados, mesmo passando por área usada pelos quilombolas para se fazer as roças. Onde foram colocados os linhões, trava-se de lugar fértil e de grande produtividade, com muitas áreas denominadas de baixos, que são espaços propícios para a plantação do arroz, como nos fala Libânio⁶⁹ (informação verbal):

Lembro que ali, naquele lugar, era onde a gente colocava as roças, e ali tinha uns baixos e dava muito arroz, a produção ali era grande, muito grande mesmo, era pouca coisa que a gente fazia e produzia muito, porque ali era um lugar rico e toda aquela extensão de terra nós perdemos, isso é ruim e causa muitos impactos negativos, sabe?

Além de ser ruim pela perda de suas terras e área de lavoura, recentemente os moradores souberam dos impactos que os fios podem trazer a partir da radioatividade: causar câncer. Mesmo sabendo dos riscos de eletrocussão, como já aconteceu anteriormente logo no início da passagem da primeira linha da Coheb grande, os quilombolas viviam tranquilamente até a descoberta deste novo fato. A ameaça de câncer é medo constante vivido pelos quilombolas, gerando muita revolta.

Em conversa feita na casa de sua mãe Dalva, a senhora Maria Luiza [Pixita]⁷⁰ fala que (informação verbal):

agora a gente tem medo até de passar debaixo porque nós não sabia dos impactos que a gente sofria, agora imagina como que a gente fica sabendo que até câncer isso dá. É um medo tremendo! E o ruim é que nós temos que passar por baixo sabe porquê? Porque pra lá que tá nossa roça, pra lá que tiramos madeira e pra lá que vamos pescar, agora temos que correr o risco.

⁶⁸ Fala de Anacleto registrada no caderno de campo em 10 de setembro de 2019.

⁶⁹ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 06 de julho de 2019.

⁷⁰ Entrevista concedida por Maria Luiza [Pixita] ao autor em 16 de novembro de 2018.

Figura 12 - Linhões de energia da Eletronorte, que atravessam o território de Santa Rosa dos Pretos.



Fonte: Zica Pires (2018).

Os relatos sobre tais empreendimentos, por incrível que pareça, repetem-se. Mudam-se os empreendimentos, mas os discursos e as ações são as mesmas. Contudo, com a entrada destes empreendimentos, o medo e a insegurança passam a ser algo presente na vida dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, pois trouxeram consigo as marcas de sofrimento e destruição. A partir de sua entrada, o território perdeu parte de sua autonomia financeira e alimentar, momento este que Seu Libânio⁷¹ descreve da seguinte maneira (informação verbal):

Antes da passagem dessa estrada e dessa Rodovia, a gente mantinha nossa vida pacata, sabe, né? A gente fazia roça e produzia nossa farinha, nosso arroz, a gente pescava caçava e era assim, eles falam de um desenvolvimento e de um progresso, eu quero saber como é esse progresso, por que pra mim foi andar para trás, foi mexido na nossa vida, no começo tava sossegado, agora estamos sofrendo os impactos como nunca, estamos sem saber o que fazer e sem saber pra onde ir, esse desenvolvimento trouxe, medo e injustiça.

A fala de Seu Libânio é uma contra narrativa ao *modo operandis* da sociedade capitalista que se impõe o tempo todo como moderna e melhor. Ele nos chama a atenção para a dimensão do medo e da injustiça presente na instalação de projetos modernizadores em áreas já povoadas por outras lógicas de envolvimento e de cuidado. Assim, toda vez que um

⁷¹ Entrevista concedida ao autor por Libânio em maio de 2018.

projeto é imposto de cima para baixo em áreas já habitadas, uma violência é exercida, uma força antiga faz com que o povo negro rememore o tempo do cativo, andando para trás e ameaçando a liberdade novamente. E logo após os linhões, veio a ferrovia.

3.3 Ferrovia Carajás em terras de Santa Rosa

Figura 13 - Ferrovia Carajás em vias Duplicada dentro de Santa Rosa dos Pretos.



Fonte: Joércio Pires (2018)

O território de Santa Rosa dos Pretos mais uma vez é atravessado e, dessa vez, pela Ferrovia Carajás, que na década de 1980 começou sua implantação naquelas terras. Deste modo, com a passagem da ferrovia em 1985, uma dimensão da vida é violada: o sossego, bem viver, a tranquilidade, a harmonia. Tudo foi perdido e as pessoas passaram a viver com a realidade do trem, o barulho, a poluição e o trauma da morte de parentes.

A empresa Vale S.A, que era uma empresa estatal, foi privatizada em 1997 pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, é uma das maiores empresas de mineração do mundo e responsável pela concessão da Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 1985.

Sobre a Estrada de Ferro Carajás, Coelho (2015) analisa que:

A Estrada de Ferro de Carajás (EFC) tinha em seu projeto inicial uma extensão de 892 quilômetros, transportando 35 milhões de toneladas anuais. Hoje em dia, o trem da EFC é composto por 334 vagões e a estrada tem 3,5 quilômetros de extensão. A

estrada de ferro foi oficialmente inaugurada em 1985, carregando minerais da Serra dos Carajás para o Porto Ponta da Madeira, em São Luís (COELHO, 2015, p. 32).

De acordo com informações da Rede Justiça nos Trilhos e de moradores dos quilombos, os problemas com a empresa começaram logo na sua implantação e, com o passar do tempo, só aumentaram:

Os problemas com a empresa Vale S.A tiveram início a partir da construção e funcionamento da ferrovia que atravessa o território quilombola. Porém, até então, esses problemas apresentaram-se de forma velada, ganhando contornos mais explícitos a partir do momento em que a empresa interpôs recurso administrativo contestando o processo de regularização fundiária do território quilombola, quando da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), em outubro de 2008. Isso criou um embaraço ao andamento do processo, instaurado em 2005. O laudo antropológico já apresentava denúncias dos quilombolas sobre os impactos da Estrada de Ferro Carajás no território. (Fonte: www.justicanostrilhos.org retirado em, 10. 03.19)

A Estrada de Ferro Carajás foi e continua sendo um dos maiores empreendimentos que impacta diretamente vida dos territórios. São muitas as reclamações dos quilombolas contra as ações da empresa, que desde a sua implantação nos territórios, nunca abriu diálogo com os quilombolas, como nos conta Anacleto⁷²:

Isso na época a gente já tentava conversar com a Vale, só que assim, a Vale, ela foi muito complicada, eles não conseguiram, se hoje não é, já no... vamos dizer assim em 2012 ou 2011 que tivemos o primeiro contato com a Vale, um dos primeiros contatos para estar intermediando desde 2005, com a presença do Ministério Público Federal, só agora em 2011 que a Vale se abriu mais um pouco. Passou de 2005 até 2011 o pior dragão da vida, então foi muito tempo, não é? ... de 2005 até 2011 somando dá seis anos pra se ter alguma coisa. Agora com a presença do Ministério Público Federal foi difícil... imagina com nós... há trinta anos atrás... como não era? Aí mesmo que eles não ouviam, então parece que foi pior na época... eles se instalaram dentro da comunidade, fizeram mesmo foi invadir, colocaram esses trilhos aí.

A estratégia usada pela empresa, de não conversar, perpassa pela política do silenciamento dos corpos negros que, segundo José Carlos Gomes dos Anjos⁷³, em entrevista concedida para Brustolin, Cíndia e Santos, Dayane em (2018), destaca “como padrões de relações sociais moldados ainda na colonialidade permitem determinadas ações” por parte de empresas e Estado:

Com que já exista um certo padrão de relação com o território e o corpo negro que é uma relação que pressupõe que os corpos podem ser a qualquer momento objetos de violência, que são corpos que estão dispostos para um exercício arbitrário, como se

⁷² Entrevista concedida por Anacleto ao autor em 2015.

⁷³ Antropólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRJ) e pesquisador sobre relações interétnicas e desigualdade social, que pesquisa em Santa Rosa dos Pretos.

fossem meros prolongamento da natureza a ser explorada pelo homem branco e pelos padrões civilizatórios brancos, então é por isso que as pessoas e as instituições se organizam estrategicamente para invadir esses espaços que são espaços ocupados por corpos negros, territorializados por corpos negros, por vidas negras.

Estas formas de violência são usadas pelos diferentes empreendimentos e o conflito acirrou ainda mais quando houve a interposição de recurso administrativo pela Vale S.A em relação ao RTID da comunidade de Santa Rosa dos Pretos, no ano de 2009. Isso fez com que o processo de titulação ficasse por três anos sem qualquer movimentação e sem que a comunidade fosse informada do motivo da demora. Neste episódio, a empresa chegou até mesmo a alegar que os moradores não eram quilombolas e que não tinham qualquer direito sobre o lugar.

Tal ação gerou revolta dos quilombolas que, junto ao MPF e DPU, ajuizaram ação contra a empresa logo que descobriram o ocorrido. Esse episódio é descrito por BRUSTOLIN, Cíndia; SANTOS, Dayanne da Silva; ANJOS, José Carlos Gomes dos (2018) da seguinte maneira:

Em 2009, o escritório Sávio Dino, representante legal da mineradora, apresentou contestação ao processo administrativo de Santa Rosa, no que se refere ao território delimitado pelo INCRA. A principal alegação foi a de que a exclusão de 7,163 ha do território referentes a estrada de ferro não seria suficiente para o pleno funcionamento da Estrada de Ferro Carajás, pois a mesma estaria iniciando o projeto de expansão das linhas férreas: “a área excluída não é suficiente para salvaguardar o correto funcionamento da Estrada de Ferro Carajás, no pequeno trecho da interseção com a comunidade Santa Rosa, tal como delimitado pelo INCRA -MA, vez que, inadvertidamente, deixou de considerar o processo em andamento de ampliação, duplicação, melhorias da referida linha férrea (Contestação – Processo INCRA 54230.001364/2009-79; p.10).

Quando tratamos estes grandes projetos de desenvolvimento que expropriam terras e matam formas de vida, vale sublinhar de acordo com Mesquita (2010) que:

A disputa por território deve ser vista como um processo em continuo movimento, cuja resultante é produto da correlação de forças que se efetiva entre as partes envolvidas, e, portanto, reflete o confronto instantâneo daquele momento, e, como tal, ele é instável, na medida em que, no momento seguinte, essa correlação de forças pode ser outra, resultando, assim, em um novo perfil para cada um dos envolvidos no ambiente em disputa (MESQUITA, 2010, p. 64).

Neste contexto de disputa, os territórios negros historicamente sofrem os impactos de tal política, mas (re)existem bravamente ao descaso com que são tratados. Assim, resistem às inúmeras tentativas de genocídio que estão sujeitos periodicamente, muitas vezes levando o próprio corpo como arma de luta.

Aparecem nas falas de algumas lideranças as dificuldades que hoje enfrentam devido aos impactos causados pela EFC, como: os entupimentos de igarapés, que eram fonte de alimentação de toda a comunidade; morte nas ferrovias; interrupção das passagens de moradores. Por vezes o trem ficou parado por horas e, às vezes, por dias, fazendo com que alunos perdessem aulas e pessoas que precisassem ir com urgências para o hospital viessem a óbito. Além disso, houve rachaduras nos imóveis, devido à trepidação do solo em virtude da passagem do trem; e poluição sonora e do ar, devido ao transporte e processamento do minério.

Importante ressaltar que, para além do que se vê, a ferrovia interfere no modo de vida das comunidades tradicionais e dos povos que estão às margens do corredor, e também nas suas relações com o território e entre as pessoas. A ferrovia torna-se uma barreira concreta, que acaba distanciando as comunidades de suas formas de vida, impedindo de certo modo sua cultura, e o acesso às outras comunidades, como afirma o senhor Ezequiel⁷⁴, da comunidade Retiro São João da Mata:

A gente ia pra outras comunidades e as outras comunidades vinham pra nossa, aí nós dançava tambor, brincava o coco, o bumba boi, e estávamos sempre juntos, com essa passagem a gente se separou, e a cultura enfraqueceu, hoje aqui quase não tem mais o tambor, as pessoas deixaram de brincar de se envolver isso foi ruim pra gente.

O estar juntos, dialogar com os companheiros, o ir e vir, são elementos fundamentais para as dimensões do ser comunidade, das relações interculturais e das territorialidades presentes nestes territórios e entre seus sujeitos. São dimensões perdidas a partir do processo de implantação destes empreendimentos, como enfatizado pelo senhor Ezequiel. A cultura enfraquece, as brincadeiras vão acabando, pois os empreendimentos são barreiras físicas que se sobrepõem aos modos, tradições e costumes destes sujeitos.

Ainda com relação ao modo de vida das comunidades, os moradores têm os igarapés como um dos lugares sagrados, espaço que serve para a busca de alimentação, como o pescado; da água, para lavar e beber; e até para religião, na qual temos relato de mães de Santo que falam do medo de ocorrer mudanças na Mina, por conta do assoreamento.

Nesse sentido, BRUSTOLIN, Cíndia; SANTOS, Dayanne da Silva; ANJOS, José Carlos Gomes dos, (2018) apontam sobre os prejuízos que esses empreendimentos geram nos respectivos territórios:

⁷⁴ Entrevista concedida por Ezequiel ao autor em 16 de agosto de 2017.

A chegada de grandes empreendimentos dentro do território quilombola causa sérios prejuízos para a manutenção da mina na comunidade, pois atualmente os igarapés estão secando e a mata vem sendo suprimida em prol do desenvolvimento econômico para o Estado do Maranhão e consequentemente do Brasil BRUSTOLIN, Cíndia; SANTOS, Dayanne da Silva; ANJOS, José Carlos Gomes dos, (2018, p. 08).

Entendendo o quão é perverso este sistema colocado nos territórios e esta perspectiva de desenvolvimento adotado pelo Estado é que discutimos criticamente esta noção. Para tanto, referenciamos Josiclêa Silva (2017), que em seu trabalho monográfico intitulado *A riqueza e a pobreza ao longo do corredor Carajás: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo* faz justamente a crítica à essa noção de desenvolvimento:

Aqui faz-se necessário uma reflexão, sobre os territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo e sobre a visão, que estes entendem como um verdadeiro desenvolvimento, ou seja, o envolvimento que estes acreditam ser, não só um progresso mais também, uma evolução do homem.

O que não permite ao homem, perceber, o grande valor que a terra tem, é o *desenvolvimento*, ambição na forma de expansão mineral, onde os ganhos ficam concentrados nas mãos das empresas e os danos são distribuídos aos que vivem nos territórios.

Frente a isto, os territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo são contra essa ou qualquer outra forma de des-envolvimento, porém não repudiam por inteiro o desenvolvimento, estes têm em vista que do desenvolvimento é aproveitável o envolvimento, acreditando que, o desenvolvimento, só é possível quando existe o envolvimento entre os seres.

Os territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo, se constituíram assim, tendo como base o envolvimento, entre si (SILVA, Josiclêa, 2017, p. 49 e 50).

Para a autora, vive-se nos territórios o envolvimento e, quando se coloca o desenvolvimento, coloca-se uma barreira concreta naquilo que tais agentes vivem: os processos simbólicos de trocas e reciprocidade; comer junto o queimado do arroz, que nos fala Libânio; o ir e vir, do qual fala seu Ezequiel.

Todavia, entendo que desenvolvimento é simplesmente o ato de se tirar o envolvimento dos territórios, entre as pessoas que ali vivem e se relacionam. É mudar as formas de uso e trocas presentes no cotidiano dessas pessoas.

4 O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: O TAMBOR É O ALIMENTO DA ALMA, ALGO QUE SUSTENTA O SER, POIS ATÉ QUEM TÁ DOENTE QUANDO ESCUTA O SOM DO TAMBOR, SE LEVANTA E VAI BRINCAR

Muito além da dança, religião e cultura negra, o Tambor de Crioula genuinamente maranhense é feito nos quilombos como forma de afirmação de sua ancestralidade, de sua resistência e, sobretudo, de seus valores e anseios. É onde os quilombolas expressam seus sentimentos, constroem e reconstroem seus vínculos familiares e comunitários em defesa de direitos e do fortalecimento das suas potencialidades.

Figura 14 - Tambor tocado em cima dos trilhos em ocupação de 2014



Fonte: Arquivo de Santa Rosa (2014)

O Tambor de Crioula é descrito pelos quilombolas como: o alimento da alma, algo que sustenta o ser, pois até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar. A partir da fala dos interlocutores entendemos o Tambor como instrumento de fortalecimento, de luta. Como destaca Dona Dalva⁷⁵, sobre comunicação (informação verbal):

O tambor ele mexe com nós. O tambor é uma comunicação que nós se comunica, por exemplo, se nós estamos aqui na Santa Rosa e nós vamos para Filipa, então o povo da Filipa vem para cá, para Santa Rosa, é uma comunicação que nós temos. Se comunicando com outras pessoas chamando na roda, vamos dançar. Punga na mulher, traz para roda e dali em diante a gente fica unido, nós somos unidos por essa forma do tambor, porque o Tambor de Crioula é uma coisa de nós pretos. Aí disso

⁷⁵ Entrevista concedida por Dona Dalva em 08 de julho de 2019.

nasce uma comunicação nossa, porque quando nós dançamos e pungamos, nós estamos chamando outra mulher para roda, certo? E só quem sabe o valor do tambor somos nós quilombolas, por isso que vale para nós muita coisa, é uma comunicação, o tambor é a comunicação. Por exemplo, eu toco tambor lá do outro lado, lá na porta da igreja, mas eu estou com cinco dias que eu não vejo Dinar, quando eu vejo ela eu danço, eu vou lá, e a união agarra.

Figura 15 - Tambor de Crioula RTID de Santa Rosa dos Pretos.



Fonte: RTID de Santa Rosa dos Pretos (2007)

Nota-se que, para nós, quilombolas, o Tambor de Crioula vai para além daquilo que está escrito na maioria dos trabalhos produzidos sobre. Esses trabalhos, em tese, descrevem o Tambor como um folclore, como dança de divertimento (brincadeira) e de apresentação, tal qual podemos ver em notas do IPHAN (2006, p. 19, grifos do autor):

O tambor de crioula ou, simplesmente, o tambor é uma forma de expressão afro-brasileira que envolve música e dança de roda. Sua musicalidade é baseada na percussão de três tambores acompanhada pela percussão de matracas, num ritmo forte e envolvente que acelera o coração e toma conta do corpo e da alma dos brincantes. Brincantes porque, no Maranhão, essa e outras formas de expressão e celebração **são designadas como brincadeiras**, mesmo que tenham forte conotação religiosa, como, aliás, é muito próprio dos festejos de matriz africana no Maranhão.

Figura 16 - Coreiros e Coreiras do Tambor de Crioula em apresentação.



Fonte: RTID de Santa Rosa dos Pretos (2007)

Destacamos que, para além do que está escrito nos livros como mera expressão de cultura e folclore, na perspectiva dos quilombolas, o Tambor é a interligação da ancestralidade e da territorialidade. É a “comunicação e vida, é uma arma de luta e de proteção territorial”, como descreve para nós o senhor José da Conceição⁷⁶ (informação verbal), liderança do Quilombo, Jussara no território Quilombola de Monge Belo:

E sobre os tambores, na nossa concepção, é a nossa resistência de luta, de vida, porque pra nós a cultura também é vida, isso faz parte do nosso cotidiano, é a nossa cultura, nós vive disso, além de vivermos da terra, nós vive da nossa cultura, porque ela que nos traz força, ela que nos traz ânimo e faz por onde a gente não desistir, e a gente não vai desistir, vai continuar nessa luta todo tempo, enquanto vida tiver e negarem os nossos direitos a gente vai cobrar.

Assim, podemos ter uma ideia daquilo que o Tambor representa para os quilombolas. Vale destacar o Tambor como forma de comunicação, pois Dona Dalva⁷⁷ (informação verbal) nos fala de sua importância para construção dos laços de união comunitária:

O tambor é uma comunicação, eu de criança fui escutando o tambor de Crioula, eu não morava aqui mais, mamãe ia cantando pra nós... a primeira vez que vi foi o pessoal daqui eu ainda não tinha 20 anos, eles estavam pagando uma promessa de Juvêncio, eu sai escondida com a saia de mamãe, uma saia rosa; quando mamãe chegou, eu já tava dançando. O tambor, pra nós negros, é uma ansiedade pra nós dançar é uma comunicação, a punça é uma comunicação, nós temos isso na alma e no sangue.

A comunicação presente no Tambor de Crioula, nas músicas, nas rimas e nos versos, permite um diálogo entre os quilombolas, diálogo este que ocorre através de códigos, letras e sinais que são compreendidos apenas pelos sujeitos que vivem tal realidade. É a forma deles falarem entre si sem serem percebidos, reprechidos e compreendidos, como aponta Anacleto⁷⁸ (informação verbal):

O tambor ele é uma comunicação, pelas músicas se diz oh! A gente não poderia usar muito dessa oralidade que o cara compreendia, né? Mas as vezes na música ele não compreende o que a gente tá se comunicando. Ali na caixa, ali no tambor, em nosso boi, tudo isso a gente tá é conversando, através da música tá conversando, tem que diz assim, “*oh abelha não deixa milho, penduar. Aeê abelha não deixa milho penduar*” bis. Eu não podia dizer que abelha não deixa milho penduar, então eu cantava [...] então a gente tá se comunicando através da música é uma doidiça, tem uma que diz assim oh! “*Aeeeeê boi comeu, roçei na mata boi comeu*”, isso doi demais na gente cadê a mata agora. [...] tem uma música que Henzo cantou com 4 anos, que diz assim, “*eu só vou de manhã, eu só vou de manhã, tambor grande tá dizendo, eu só vou de manhã*”. Então nós no tambor, a gente quando diz, eu vou

⁷⁶ Entrevista concedida por José da Conceição Silva [José da Jussara] ao autor em 12.de maio de 2019.

⁷⁷ Entrevista concedida por Dona Dalva ao autor em setembro de 2016.

⁷⁸ Entrevista concedida por Anacleto ao autor. Anotação do caderno de campo em 18 de maio de 2019.

para o tambor, tu pode até não dançar, mais tu só vem quando termina aquele tambor, você não vem antes.

Nesse sentido, discutimos expressões de luta que permitem pensar em processos políticos de enfrentamento frente às expropriações de terra a partir do fortalecimento dos valores que permitem vínculos, relações e busca de caminhos para a reconstrução contínua da conquista de autonomia e da segurança territorial que o testamento, por si só, nunca garantiu.

O tambor aparece dessa forma, como elemento central de análise, por ter se mostrado um dos principais elementos de enfrentamento aos desmontes e às mazelas impostas diariamente aos quilombolas. Mas, como se construiu esse processo na comunidade? É o que procuramos abordar no próximo capítulo, por meio do registro da manifestação acontecida no quilombo Santa Rosa dos Pretos, no dia 17 de maio de 2016, relatados por moradores, e de pesquisa bibliográfica sobre a origem do Tambor de Crioula, sobretudo através da análise das músicas cantadas pelos quilombolas em determinadas ocasiões.

4.1 Santa Rosa dos Pretos, dia 17 de maio de 2016

Resolvemos falar deste dia 17 de maio de 2016 sabendo que este não era um dia qualquer. Neste dia, o coração do Brasil pulsava de maneira diferente. Foi um dia em que mais tarde fechou como um sombrio momento para a democracia do país. Em muitas cidades do Brasil foram feitas manifestações, tanto pelos contrários quanto pelos favoráveis ao processo de impeachment da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

Lembro-me que em Santa Rosa não foi diferente. O dia amanheceu ensolarado, com poucas nuvens e certa tensão no ar. Naquele dia, muitos de nós, moradores de Santa Rosa, acordamos bem antes do comum, entre as 4h e 5h da manhã. O fluxo de pessoas era intenso e fora do comum para aquele horário. As pessoas que ali circulavam eram apoiadoras da permanência da então presidenta Dilma e contra a abertura do processo de impedimento pela Câmara dos Deputados. Frente a isso, nós, quilombolas de Santa Rosa, decidimos manifestar nossa opinião a favor da democracia e do respeito ao nosso voto.

A manifestação teve início às 05:20 da manhã. Ali se encontravam diferentes pessoas manifestando seu apoio utilizando cartazes, bandeiras e gritos de rebeldia. Tudo acontecia na BR-135, que dá acesso à São Luís, capital do Maranhão. Essa manifestação foi um ato organizado em parceria com os sindicatos, movimentos sociais e quilombolas, tendo como objetivo chamar a atenção das autoridades sobre aquilo que viria a acontecer. A manifestação era pró-Governo, em defesa da então presidenta, por isso, durante o dia foram feitas muitas falas em favor da democracia, do respeito ao voto e também à presidenta. A manifestação

permaneceu pacífica durante a maior parte do tempo. Ali, pessoas prosavam, cantavam e se manifestavam, preservando o respeito e a integridade física.

As crianças brincavam no meio da estrada, jogando futebol, tacobol, cola e descola. Corriam, sentindo a liberdade de ir e vir sem ter medo da passagem dos carros, sem medo de atropelamentos. Naquele momento sentiam-se livres e, ora ou outra, encostavam próximo do espaço no qual a BR-135 estava fechada, para entender o que estava acontecendo e marcar presença ato.

As mulheres, força da resistência, seguravam cartazes, panfletos e cantavam palavras de ordem. Cantavam e mostravam solidariedade à presidenta, uma mulher que, naquele momento, sofria forte investida do sistema constituído com base no patriarcado.

Os homens também marcavam presença no local e acompanhavam tudo, com cartazes, faixas e, ora ou outra, cantando músicas de ordem que expressavam seus sentimentos, entendendo o desrespeito deferido ao seu voto.

Figura 17 - Manifestação na BR-135 no dia 17 de maio de 2016. Ato contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Arquivo Fotográfico de Santa Rosa dos Pretos (2016)

Durante a maior parte do dia tudo permaneceu tranquilo, até a chegada do batalhão de choque da Polícia Rodoviária Federal (PRF) por volta das 13:00 da tarde. No início, houve tentativa de conversas entre manifestantes e a polícia, ficando acertados alguns detalhes sobre o término da manifestação, que estava previsto para 16:00 da tarde. No entanto, antes do horário combinado entre a polícia e manifestantes, o batalhão de choque interveio e deu início

aos enfrentamentos que os quilombolas entenderam como um ato de autoritarismo e desrespeito. Como descreve Anacleto⁷⁹:

A gente já tinha combinado tudo certinho, fizemos nossa manifestação e ia parar no horário combinado, não tinha necessidade de ter sido feito aquilo, por que nós temos nossos direitos, e se manifestar é nosso direito, isso causa indignação na gente, sabe porquê? Porque a gente faz tudo certo para não machucar ninguém e somos tratados como não sei nem o quê, eles jogaram bombas e atiraram na gente, eu fiquei ali e até hoje ainda sofro com as lembranças daquele dia, o sofrimento impregnou na alma.

Nessa ocasião, os quilombolas foram atacados pelos policiais, que jogaram contra eles bombas de efeito moral, gás de pimenta e lacrimogêneo, deixando-os em uma situação de perigo, pois ali se encontravam crianças e idosos. Contudo, a correria foi grande, muitos quilombolas estavam reclamando do efeito das bombas em seus olhos. A indignação foi muito forte.

Figura 18 - Crianças se protegendo das bombas de gás lacrimogêneo e Tropa de Choque da PRF lançando bombas nos manifestantes.



Fonte: Arquivo fotográfico de Santa Rosa dos Pretos 2016.

Apesar de todos estarem em enfrentamento, faz-se necessário destacar o papel das mulheres neste momento, abrindo parênteses para falar de quatro delas em especial: Anacleto, Josiane, Maria Luiza e Ivonete. Elas foram as únicas a permanecer na BR-135 após as bombas serem jogadas. Não posso afirmar o motivo, mas é relevante destacar essa centralidade neste momento, sobretudo destacar o papel da mulher na luta de Santa Rosa dos Pretos, pois, como elas mesmas afirmam, elas são as que fazem a resistência e os homens só acompanham. Dentro do tambor não é diferente, elas assumem papel de centralidade na roda, apesar de todo processo de exclusão que existia no começo desta atividade.

⁷⁹ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 20 de março 2019.

Logo que as bombas explodiram, os quilombolas acenderam os fogos e aqueceram suas armas: o Tambor de Crioula. Naquele momento, o Tambor de Crioula tocado, aconteceu de forma tão potente que não há elementos que possam explicar tamanha energia e tanta intensidade. As batidas, os versos, as toadas, o rodopiar das coreiras, cada detalhe foi único!

Figura 19 - Tambores sendo esquentados.



Fonte: Joércio Pires (2015)

Ali estava expresso em cada rosto de quilombola o sentimento de revolta, com um misto de liberdade, liberdade de poder falar o que sentia, sem ser silenciado pela polícia. E a toada que foi cantada naquele momento expressava tudo aquilo, que os quilombolas sentiam:

*Queimei canavial,
Queimei canavial,
No romper da madrugada
Eu queimei canavial.*

(Trecho da toada de Tambor de Crioula queimei canavial de Anacleto Pires)

A letra dessa toada trazia consigo a lembrança de um passado de dor, do qual, mesmo assim, os negros rebelavam-se contra o sistema vigente da época, quando em plena madrugada eles ateavam fogo nos canaviais dos senhores, como ato de insurgência e rebeldia. Aquele tambor tocado em meios às bombas da polícia trazia em si um ato de insurgência. As potências nas batidas dos tambores fizeram com que muitos ali presentes viessem às lágrimas e, no clímax do evento, novamente as armas usadas pelos quilombolas, o Tambor de Crioula, evitou aquilo que poderia se transformar em algo muito mais perigoso.

Outra música tocada ali naquele momento foi:

*Aeê assim
Tambor de Quilombola*

é assim.

Falar que Tambor de quilombola é assim, é mostrar a força presente nas coisas de preto, nas festas, nas brincadeiras e, sobretudo, na luta. É dizer que basta de descaso e que é momento de se pensar um novo, um novo que dialogue com todas as partes, um novo que seja igual, sem distinções raças, classes ou credos, e que os modos de vivência de cada um sejam respeitados, dentro de seus meios de vida.

Figura 20 - Manifestantes na BR-135 protestando contra a votação do impeachment e Elias carregando um tambor para ser tocado naquele ato.



Fonte: Arquivo Santa Rosa dos Pretos (2016)

Trago lembranças deste dia para compreendermos o papel fundamental do Tambor naquele momento de enfrentamento direto entre o choque da PRF e os quilombolas de Santa Rosa.

Figura 21 - Homens da Polícia Federal, em estado de vigilância, circulam entre os manifestantes.



Fonte: Arquivo Santa Rosa dos Pretos (2016).

Um combate desigual, no qual, por um lado se tinha bombas munições e armas letais, e, por outro, se tinha os tambores, o sentimento de revolta e, como descreve Elias Belfort⁸⁰: apenas o “som do Tambor” (informação verbal). Este que evidencia dimensões outras que fazem com que os quilombolas permaneçam de pé e lutando, sobretudo acreditando na força dos espíritos e de suas ancestralidades. Contudo, Elias⁸¹ (informação verbal) aponta que “o som do tambor diz que a gente vai vencer, diz que somos fortes, diz que estamos organizados, né. O som do tambor diz que Deus está com a gente. É que os Orixás estão com a gente”.

Cabe aqui um questionamento: é através desse som do tambor que os moradores de Santa Rosa se organizam? Como resposta a tal questionamento, posso afirmar que não. Não é a partir do som que se organizam, mas é o som que os orienta para as decisões que pretendem tomar. Nesse sentido, Elias⁸² (informação verbal) reflete sobre a importância do som dos tambores e da escuta que eles fazem:

Quando a gente escuta o som dele assim de uns 50 metros, assim de 100 braças, né, um quilômetro, né, de distância, quando você escuta o som do tambor você ver assim o que que ele tá dizendo, você que conhece, você fica logo animado pra ir lá pra pular também pra dançar, porque o tambor ele chama é o tambor chama a gente, então na nossa luta mesmo é eu creio que por isso que a gente permanece forte na Santa Rosa e no nosso município, forte mesmo na luta, porque por causa do som desse tambor, é por causa do som dos tambores, né? **E esse Tambor de Crioula nosso ele nos dá muita resistência muita força o suor que a gente derrama é só da energia que a gente recarrega o corpo** (grifos do autor).

É nesse momento de embate e enfrentamento que o Tambor aparece como elemento central de luta dos quilombolas, pois o simples ato de tocar o tambor traz outro desfecho para aquilo que podia se transformar em uma tragédia, tendo em vista a indignação e falta de respeito sofrido pelos quilombolas.

⁸⁰ Entrevista concedida por Elias Pires ao autor em 24 de setembro de 2019.

⁸¹ Entrevista concedida por Elias Pires ao autor em 24 de setembro de 2019.

⁸² Entrevista concedida por Elias Pires ao autor em 24 de setembro de 2019.

Figura 22 - Roda de tambor ao lado da Ferrovia Carajás em ocupação de 2014.



Fonte: Marcelo Cruz (2014)

Nesse sentido, em meu trabalho monográfico de conclusão do curso de Pedagogia da Terra pela UFMA, em 2017, debrucei-me sobre o Tambor de luta e a centralidade que ele assume, e examinei:

O Tambor de Crioula é fortaleza que se ergue permanentemente na consolidação de espaços de autonomia. É música, é dança, é brincadeira, é pagamento de promessa, é comunicação, é luta. Joia lapidada em processos de resistência e de luta que se forjaram durante os fluxos de irmandades no sistema escravista faz parte dos baús de “riquezas de Santa Rosa”. Como diz Seu Libânio, “a gente tem história, a gente tem a cultura, não desprezou, não largou... morreram, apanharam, mas não largaram. Essa é a riqueza de Santa Rosa, porque também, se não fosse ela, com certeza, não estávamos aqui (SILVA, Joércio, 2017, p. 42).

Quando Libânio⁸³ (informação verbal) destaca “se não fosse ela, com certeza, não estávamos aqui”, aponta a importância das culturas e do Tambor de Crioula para a vida e resistência dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, que sofrem diariamente com o descaso, com a negação de direitos e o tambor aparece como elemento de força e de luta:

Companheiro se não fosse o tambor já teria acontecido morte com certeza, teve dia de chega camburões topados de polícia com mais de cinco camburões, com os policias todos armados com pistolas e tudo mais, quando eles viram, nós estávamos tocando tambor, cantando, dançando quem entende as cantigas sabe o que nós estamos dizendo, nos versos nas rimas; mais acontece companheiro que esse toque desestressa, deixa a gente relaxado, nos tira nossa raiva tocando no tambor ai nós xinga polícia e eles não sabem, e eles veem a brincadeira e não fazem nada, porque a gente não tá bagunçando, não tá quebrando nada, essa é nossa principal arma: a força de Deus e de São Benedito e o nosso tambor⁸⁴.

⁸³ Entrevista concedida por Libânio autor em janeiro, 2017.

⁸⁴ Idem.

Nessa trajetória, entendo que o Tambor de Crioula se constituiu na possibilidade de enfrentamento que foge à lógica posta e pensada para os quilombolas pelas autoridades, especialmente pela polícia. Permite que os quilombolas falem diante dos camburões, do sistema opressor e das injustiças sociais sem se colocar na condição de alvo das armas de fogo.

Não se trata do enfrentamento esperado pelas autoridades. Trata-se do enfrentamento não decifrado enquanto tal pela autoridade. Sem o tambor, com certeza, como diz Libânio⁸⁵ (informação verbal) “já teria acontecido até morte nas manifestações dentro do território”. Para ele, isso parte do respeito:

Eu sou uma pessoa assim que mesmo com meu conhecimento, eu gostaria de fazer as nossas brincadeiras assim com respeito, com respeito, porque tem muitos lugares que fazem uma coisa dessa e taca fogo nas coisas, eu sou uma pessoa que é contra isso, fui e ainda sou contra isso, é temos que fazer os nossos enfrentamentos as nossas coisas, mais com respeito, por aí, por que quem faz com respeito tem respeito.⁸⁶

É relevante destacar que os tambores nesse processo de enfrentamento aparecem como um meio de estratégia para lutar. Na lógica, ao invés dos quilombolas levarem armas de fogo, letais ou cortantes contra o corpo humano e a vida, e que possivelmente agravariam os conflitos, tornando-o perigoso, os quilombolas tocam os tambores como armas letais contra a desumanização do ser humano, contra o desrespeito às suas formas de vida, à terra e a expropriação dos povos.

O ato de tocar o Tambor de Crioula objetiva atingir diretamente a subjetividade das pessoas, rumando para um desfecho do conflito que não agrave as situações e evite o embate direto entre as partes.

⁸⁵ Entrevista concedida por Libânio Pires ao autor em 06 de julho de 2019.

⁸⁶ Idem.

Figura 23 - Foto dos tambores de Crioula, instrumento de luta usado pelos quilombolas de Santa Rosa dos Preto.



Fonte: Joécio Pires (2017)

O Tambor é arma poderosa e toma centralidade nos processos de afirmação identitária e territorial dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Presente em protestos, ocupações, fechamentos de BR e ferrovias, e em enfrentamento direto a autoridades policiais, o Tambor é uma forma potente dos quilombolas falarem sobre seus problemas, expressarem seus sentimentos, para buscar soluções.

O Tambor durante a ocupação da BR-135 do DNIT, em 2016, por quilombolas e pessoas dos movimentos sociais do Maranhão, serviu para mostrar a força que se apresentava nas batidas, nos versos e nas cantigas. Aquele foi um momento ímpar no qual os quilombolas expressavam sua revolta. Elias⁸⁷ (informação verbal) nos conta que, naquele momento, o tambor falou:

Naquele momento, o tambor falou pra nós tudo sobre esse descaso, que era um golpe ao Estado brasileiro, no povo, na nação do Brasil, nas nossas políticas públicas. Aquele tambor chorou como muitos choraram e como muitos estão chorando a falta das políticas públicas, a falta de atenção no Estado brasileiro, a falta da humanidade, porque tá desumano demais, as coisas que estão acontecendo. Então, aquele Tambor de Crioula, ele já mostrava para nós tudo isso, a gente via ali na hora daquelas bombas, na hora daquelas coisas tudo que está acontecendo hoje, e que outras coisas, mas coisas virão né? Mas, que o som dele também nos fortaleceu para a gente permanecer organizado.

⁸⁷ Entrevista concedida por Elias Pires ao autor em 24 de setembro de 2019.

Sobre a importância do tambor para aquele momento para a vida das pessoas, para a luta daquelas pessoas, para um futuro melhor, Elias⁸⁸ (informação verbal) descreve:

Então tudo aquilo, aquela ação daquela hora de bomba, daquela hora, de coisa ali, nos mostrou né? Mas, mostrou para nós que não acabou, que a luta não acabou, que o mundo não acabou, né? Que a esperança não terminou, né? Então a gente vai permanecer firme na Santa Rosa e aguardar, que Deus é o maior, ele vai dá os caminhos vai guiar os caminhos pra gente, mas, aquele Tambor de Crioula ali já nos mostrou, e sempre a gente se fortalece com ele. Graças a Deus que a gente tocamos ele ali, pra animar, para desaparecer, viu? Aquelas bombas, aqueles tiros, aquilo lá, os spray de pimenta, aquela coisa tudo na vista das pessoas da gente. Então o som do tambor, a festa que nós fizemos lá, ela tirou. Tudo aquilo desapareceu no toque do tambor, na dança do tambor; pronto dali nós desaparecemos como se nada tivesse acontecido, nós não ficamos com aquele sombrio com aquela coisa, porque o som do tambor ele mandou tudo para longe. Então eu me espelho nisso, aí é o que me deixou assim, é na minha memória que o Tambor nos fortaleceu naquele momento, porque se a gente não toca ele, se a gente não dança, a gente ia ficar com aquela imagem só dos tiros das bombas, né? Do massacre. Não... graças a Deus não! A gente se reanimamos e recarregamos as energias com o som do nosso Tambor naquele dia. Então eu penso desse jeito assim, aquele tambor deixou essa imagem pra mim como tambozeiro.

Em entrevista e rememorando esse dia, perguntado se lembrava de tal ato, o que foi aquele ato e para que serviu, José da Conceição⁸⁹ (informação verbal) nos conta:

Eu lembro sim, mais uma vez a gente estava aqui, a gente sente tudo isso. Por um lado, a gente tava fazendo o bem pra gente e, por outro lado, eu sei que estava prejudicando outras pessoas, fazendo com que a comida não chegasse rápido até eles, mas a gente só queria que aquele povo entendesse o por causa de que que a gente tava fazendo aquilo. Era reivindicar os nossos direitos que eles continuam negando os nossos direitos e por isso a gente foi atingido por bomba. Muitas pessoas ainda chegaram até a adoecer por causa disso.

O entender o outro talvez não seja algo facilmente compreendido, mas uma forma de ser ouvido é se manifestar. É a forma com que nós, quilombolas, expressamos nossa voz e o elemento do Tambor é a nossa comunicação. É como fazemos para sermos ouvidos e uma de nossas formas de fala.

4.2 Eu só vou de manhã, tambor grande tá dizendo, eu só vou de manhã

O Tambor de Crioula, desde sua origem, sempre foi um elemento de insurgência do povo negro, pois, em seus primórdios, os tambores eram silenciados por uma forte repressão das autoridades policiais. Ferretti (2009) diz que: “na sociedade maranhense, prevalecia o

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Entrevista concedida por José da Conceição ao autor em 12 de maio de 2019.

preconceito. Jornais locais registravam inúmeras reclamações contra os divertimentos de negros”, e os registros que se tinham sobre estas atividades eram apenas nas páginas policiais, era a forma encontrada pela elite para dar fim e acabar com as formas de resistência negra da época.

Os negros não tinham vez nem voz, eram tidos como inferiores, segundo numa visão racista e classista que por centenas de anos sustentou o regime escravocrata, no qual prevalecia o preconceito e o racismo. Assim, o Tambor de Crioula por um longo tempo foi proibido pelas autoridades devido aos processos de marginalização social, econômica, ao preconceito e aos estereótipos atribuídos às pessoas negras.

Entretanto, apesar dos registros e das condições não favorecerem, o Tambor de Crioula sempre foi usado como instrumento de luta pelo povo preto, pois, em certo período da história, quando o tambor estava acontecendo, permitia despistar os senhores para que os escravizados se organizassem e assim conseguissem fugir das senzalas.

Como uma arte bem dinâmica, o Tambor se destacava em diferentes ocasiões. Assim, era tocado pelos negros para comemorar a liberdade em momentos de diversão e felicidade, e também usado como forma de luta com objetivo de derrubar o adversário com uma rasteira. Essa luta era chamada de pernada.

É notório que o tambor sempre esteve relacionado às formas de resistência e enfrentamento ao sistema. Atualmente observo que não é diferente, pois noto que ele é uma forma dos negros manifestarem seus sentimentos e permanecerem conectados com suas raízes identitárias.

Montello (2005), no seu romance *Os Tambores de São Luís*, destaca a força e a pureza que tambores trazem:

Quando saiu, ele não saberia dizer ao certo quanto tempo ali permanecera. Vinte minutos? Meia hora? Ou mais ainda? Mais ainda, certamente. O importante é que, depois de ouvir os tamboreiros e assistir às danças rituais, se sentia preparado para ir ao encontro de seu trineto. Sentado no banco, a olhar as noviches dançando rodeadas de velas, era outra vez o negro puro, filho de sua raça, em contato com as remotas raízes africanas (MONTELLO, 2005, p. 16).

Mesmo com todo processo de discriminação o Tambor resistiu, sendo a forma dos negros escravizados protestarem e manterem vivas suas raízes. Assim, preservavam seus costumes e sua identidade histórica e cultural. Nesse sentido, na década de 1940, o Tambor era frequente nos bairros, como afirma Carlos de Lima, no boletim online da CMF (Comissão Maranhense de Folclore):

Há 50 anos atrás os tambores de crioula eram frequentes nos bairros, divertimento de fins-de-semana, reuniões de ponta de Rua, sem organização ou indumentária (farda), simples ajuntamento de amigos e vizinhos, para se distrair e bebericar. As roupas eram as de uso diário, um chapéu de palha, um lenço na mão, os pés descalços. Pelo carnaval tisnavam-se com carvão rostos e braços, não só para ingressarem no clima da mascarada como para acentuar sua condição de pretos, pois era corrente a expressão tambor de preto para designar a brincadeira. “-lá vem um tambor de negro, dizia-se assim, no Desterro, na Camboa, na Vila Passos, na Madre Deus, na Praia do Caju, faziam-se rodas de tambor, somente de homens, deste que houvesse um aniversário, um batizado, um fato qualquer a comemorar”.

O trecho “lá vem tambor de negro” nos dá embasamento para afirmar que o Tambor de Crioula é uma herança dos negros. Percebe-se isso através da ancestralidade presente no fazer do mesmo, pois ele é uma dança que tem religiosidade quando acontece a promessa para São Benedito. É momento de lazer quando acontece em apresentações ou brincadeira e é um instrumento de luta que é acionado em momentos necessários pelos quilombolas em manifestações, ocupações e enfrentamentos.

4.3 Pensando sobre as origens

Sobre a origem do Tambor de Crioula, existem diferentes narrativas. As pessoas com quem dialoguei não sabiam ou não deram certeza de como iniciou tal atividade. Porém, recorri às pesquisas bibliográficas com o intuito de entender mais. Ramassote (2006, p. 42) destaca que:

As narrativas da origem do tambor de crioula via de regra se referem ou a São Benedito ou ao período da escravidão. São Benedito, o santo protetor dos negros aparece no teatro das memórias como um escravo que foi à mata, cortou um tronco de árvore e ensinou os outros negros a fazer e a tocar o tambor. Outras vezes ele surge como o cozinheiro do monastério que levava comida escondida em suas vestes para os pobres. Mas em muitos casos não há uma narrativa geral sobre o tambor e sua origem ancestral e sim a história específica de determinado grupo de tambor, demonstrando que naquilo que costumamos chamar de cultura popular há espaço para a individualidade, a diferenciação.

O autor citado descreve exatamente as histórias que me foram contadas pelos meus interlocutores, que sempre remetiam a origem do tambor à São Benedito, o cozinheiro que levava comida aos outros pretos presos na senzala.

Não se tem ao certo quando começou o Tambor de Crioula em Santa Rosa dos Pretos. A lembrança trazida pelos anciões é inicialmente a do velho Felipe e da velha Isabel, ambos

escravizados e, na lembrança, foram os que ensinaram a arte do Tambor para os outros pretos do quilombo, como destacado por Juvêncio⁹⁰ (informação verbal):

A lembrança que eu sei, é que foi o velho Felipe, irmão do meu pai, que tocava Tambor aqui. Ele que ensinou para os outros, isso é uma coisa boa, cultura boa que Deus deixou pra nós, sabe? E com isso a gente não larga. Eu gosto de Tambor, minha festa é Tambor, ando esses lugares tudinho no Tambor. Eles vêm aqui me buscar pra cantar Tambor e isso começou daí, do velho Felipe.

Vejo que remeter às origens sempre é válido quando se tem a pretensão de entender o novo. Deste modo, conversar com os anciões e com os quilombolas sobre as origens do Tambor de Crioula, sobre como aprenderam a tocar, a dançar, sempre me animou enquanto jovem com intuito de conhecer a própria história.

Nessa caminhada de aprendizado, em um momento muito remoto, deparei-me com a seguinte situação: a centralidade que essa atividade cultural assume dentro do território. Assim, não tive nenhuma dúvida sobre o que queria pesquisar e descrever, tendo em vista que o Tambor de Crioula está relacionado com o cotidiano das pessoas e ele é um elemento que está relacionado com toda a historicidade desse território negro, seja nas brincadeiras, seja nas apresentações, na comunicação ou na luta, como aqui enfatizo.

Assim, fazendo uma análise sobre a situação que se encontra Santa Rosa e dos empreendimentos que a cortam e destroem seus modos de vivência e de vida, Anacleto⁹¹ (informação verbal) aponta:

Vivemos hoje sobre ataque constante, estamos num chamado corredor da morte, se vai pra frente tem essa estrada, se vai pra traz tem a ferrovia. Mais pra frente tem linhões e mais adiante outra ferrovia. Não temos mais pra onde ir, sem contar as fazendas dentro de nosso território. As áreas de produção foram destruídas, nossa lavoura diminuiu, na hora que nosso povo cresceu, o que vamos fazer? Estamos à mercê da situação, tá difícil!

Cabe dizer que essa não é uma preocupação atual dos quilombolas, pois, como já salientado, desde o início da década de 1950, quando os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos perderam o domínio das terras deixadas em testamento pelo Barão para os moradores que lhe serviram como escravos, deu-se início a um processo crescente de expropriação territorial e fazendeiros se estabeleceram no território.

Essa expropriação foi acompanhada por uma série de estruturas logísticas de escoamento de produtos para exportação: estradas de ferro, estradas rodoviárias, linhões de

⁹⁰ Entrevista concedida por Juvêncio Pires ao autor em 20 de setembro de 2016. Anotação em caderno de campo.

⁹¹ Entrevista concedida por Anacleto Pires ao autor em 17 de junho de 2017.

energia foram instalados no local e provocaram a expropriação de boa parte do território negro. As áreas expropriadas correspondiam a espaços de roça, lugares de pesca, caça e outras formas de extrativismo comunitário e práticas religiosas. Essa entrada de fazendas e de estruturas ligadas às grandes empresas no território geraram perdas irreparáveis para a reprodução social e cultural das famílias negras.

Contra estes empreendimentos e contra essa invisibilização do corpo negro, o Tambor de Crioula é pensado aqui como parte das expressões artísticas, como a música e a dança, que emergiram da cultura dos escravizados, permitindo a abertura de espaços para as liberdades políticas formais constantemente negadas no cotidiano e silenciadas nos documentos.

De acordo com Gilroy (2012), “a arte se tornou a espinha dorsal das culturas políticas dos escravos e de sua história cultural”. Quando pensamos o tambor mais profundamente, sem dúvidas, podemos analisar as relações entre arte e política que estão presentes no seu acontecimento, desde o fazer até a forma do brincar e protestar, passando por uma série de espaços da comunidade e das esferas públicas, permitindo a expressão nas músicas e danças da liberdade e dos direitos negados.

O Tambor de Crioula é um instrumento poderoso nas lutas sociais dos quilombolas e é acionado em defesa de direitos e de cidadania que a eles são negados. É forma de expressão que permite romper silêncios em prol das demandas sociais. Assim, como já salientado anteriormente, é parte principal de um todo, ou como afirma diz vô Libânio ele é “a cereja do bolo”. Ou seja, elemento fundamental no processo de enfrentamento e luta dos territórios e comunidades quilombolas, como Santa Rosa dos Pretos.

Podemos pensá-lo como arte negra que possui um potente elemento antidiscursivo e de liberdade de fala. Se constitui, ainda hoje, como pensamos ter se expressado nos tempos da escravidão formal, na qual Santos (2019) considera como importante aliada nos processos de luta, rumo à emancipação, à cidadania e à autonomia negra.

Ao salientar a importância do Tambor de Crioula nos processos de territorialização das comunidades e territórios negros, aquele aparece como espaço de socialização e comunicação entre os quilombolas de comunidades diferentes, como podemos ver na fala de senhor Juvêncio⁹² (informação verbal), mestre de Tambor do Quilombo Santa Rosa dos Pretos:

O Tambor era onde nós se encontrava, batia e conversava. Era nele que se via, a gente junto, Felipa, Oiteiro, Santa Maria e Santa Rosa. Era no Tambor que falávamos as mesmas coisas: era do trabalho, do quilombo e da luta. Que nossas

⁹² Entrevista concedida por Juvêncio ao autor em 15 de novembro de 2018.

lutas não é diferente, então no Tambor que a gente se encontrava para sorrir e brincar, mas se tivesse o negócio feio era com o Tambor que nós brigava sabe, né?

Figura 24 - Crianças esquentando tambores, um dos meios de aprendizagem da arte.



Fonte: Joécio Pires (2017)

Quando o Tambor é tocado em uma manifestação, assume formas distintas do Tambor em uma brincadeira. Seus toques, suas cantigas e os versos expressam a revolta e a indignação a partir de uma linguagem que é compreendida por cada participante e recodificada pelas autoridades. Nesse sentido, Justo Evangelista⁹³(informação verbal), quilombola, grande liderança sindical de Itapecuru-Mirim e do movimento negro, afirma que:

Dá de ver que onde existe um Tambor de Crioula forte, existe um povo forte. Onde há uma Mina [religião de matriz africana] forte, existe um povo forte. Onde a cultura resiste, o povo resiste. Então nossa cultura é nossa resistência, é nossa força, é nosso alimento. Onde ela prevaleceu, o povo prevaleceu e se sobressaiu, não foge da luta e sempre que é preciso tá junto para lutar e briga por nossos direitos. Por isso Santa Rosa é referência.

É importante ressaltar a importância que o Tambor de Crioula assume nesses processos de luta e resistência dos quilombolas, pois, para além de tudo, é um combustível de ânimos que serve aos manifestantes. Ele traz o sentido do coletivo, traz a alegria para o povo presente.

O Tambor é de uma força inexplicável, algo que dá sentido às falas e que anima as pessoas. Ele tem uma força natural que se apresenta num todo. Quando Anacleto nos fala que “o tambor é alimento da alma”, que “ele sustenta o ser”, ou quando outros nos falam que “até

⁹³ Entrevista concedida por Justo Evangelista, entrevista concedida, janeiro de 2017.

quem tá doente quando escuta o som do tambor, levanta e vai brincar”, entendemos o Tambor como instrumento de fortalecimento e luta dentro do território.

O IPHAN sinaliza que o tambor:

É uma dança marcada por fortes traços africanos, na qual uma roda de mulheres baila diante da parelha de três tambores (grande, meia e crivador) tocados por homens. O canto é tirado pelo solo, como uma toada, e acompanhado pelo coro formado pelo resto do grupo. Na coreografia, destaca-se a punção, umbigada que as mulheres dão uma na outra, antes de sair da roda, seguindo o ritmo dado pelo tambor, que é uma constante em inúmeras danças de origem africana. Essas dançantes, também chamadas coureiras, vestem saias rodadas muito coloridas e blusas de cores fortes; a cabeça enfeitada por flores, colares e outros adornos. Os homens usam camisas coloridas e chapéus de palha. Embora Domingos Vieira Filho considere que não há nenhum elemento ritual nesta dança, caracterizada pela espontaneidade do simples gingado diante de um tambor, pode-se destacar seu aspecto religioso, expresso no louvor a São Benedito e na demanda às apresentações em outras datas do calendário litúrgico popular, como o São João ou os pagamentos de promessa.

Concordo em várias partes com o trecho acima, mas é notório que, para os quilombolas, o Tambor é força, é arma, é vida, é comunicação, é alimento da alma, é um elemento de dimensões outras que faz com que os quilombolas permaneçam de pé reivindicando seus direitos, lutando pela vida, enfrentando o sistema e garantindo a voz que é silenciada por séculos de maldades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa caminhada, a partir das narrativas de meus interlocutores sobre os mais diferentes assuntos relacionados com a vivência no quilombo, entre conversas, prosas e entrevistas, construí um entendimento sobre a historicidade de Santa Rosa dos Pretos. Desse modo, notei que, diferente daquilo que se tem propagado e escrito nos livros e estudos aos quais tive acesso, o Tambor de Crioula assume múltiplas faces. Além de ser brincadeira e dança, também é arma de luta usada pelos quilombolas para reafirmar suas identidades e manifestarem pelos seus direitos que são violados e negados cotidianamente.

O Tambor de luta se faz presente em momentos de fortes ameaças e é a forma usada pelos quilombolas para se defenderem e manifestarem. Por meio do tambor de luta, eles se comunicam, lutam e reafirmam sua existência.

Os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos viviam grande autonomia no seu território até meados de 1950, quando perderam domínio do testamento deixado pelo Barão. Com isso, sua terra já atravessada pela BR-135, começou a ser grilada e fazendeiros começaram a entrar, seguidos de grandes empreendimentos desenvolvimentistas, como ferrovias e linhões de energia, que começaram a usurpar terras de Santa Rosa.

Assim, houve a necessidade dos quilombolas se organizarem para defender a sua terra, seus modos de vida, seus costumes e tradições. Com isso, as memórias dos anciões, junto de suas culturas ancestrais passadas por gerações, foram acionadas como elemento de afirmação identitária, como força de garantir seu pertencimento.

O Tambor de Crioula em Santa Rosa dos Pretos constitui instrumento importante na insurgência dos escravizados e, conseqüentemente, de seus descendentes, pois assume um papel central no processo de manifestações dos quilombolas. Torna-se tambor de luta ao permitir a constituição de espaços de liberdade de expressão, garantido aos pretos o lugar da fala, mesmo diante de todo um sistema opressivo que é presente frente aos corpos pretos.

O Tambor de Crioula como culto aos seus valores ancestrais, à natureza e à vida, fortalece os processos contraculturais e enfatiza a importância da coletividade existente entre os quilombolas, mantendo-os firmes e resistentes, mais uma vez como afirma Justo Evangelista⁹⁴ (informação verbal):

Dá de ver que onde existe um Tambor de Crioula forte existe um povo forte, onde há uma Mina forte existe um povo forte, onde a cultura resiste o povo resiste. Então nossa cultura é nossa resistência é nossa força é nosso alimento, onde ela prevaleceu

⁹⁴ Entrevista concedida por Justo Evangelista ao autor em janeiro de 2017.

o povo prevaleceu e se sobressaiu, não foge da luta e sempre que é preciso tá junto para lutar e briga por nossos direitos, por isso Santa Rosa é referência.

A existência do Tambor, por si só, garante a permanência desses quilombolas dentro de suas terras, pois nele está presente dimensões outras que se diferenciam das formas de adestramento posto pelo Estado e os permitem viver em conjunto com o outro, coletivizando e trocando saberes, experiências, alimentos e vida.

Foi fundamental neste trabalho conhecer a história do meu quilombo, que é também minha história e de meus ascendentes. Há um provérbio africano que diz que “até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Assim, compreender a historicidade de Santa Rosa dos Pretos a partir das narrativas de anciões e do Tambor de Crioula é algo que me permite mostrar a sua potência e importância como fonte de energia espiritual e corporal, porque o Tambor é uma arma que foi e sempre será utilizada em defesa da vida e da consciência do cuidar do espaço enquanto algo sagrado frente ao desenvolvimento posto pelo estado, que assola os territórios.

Neste sentido de defesa, o Tambor toma uma representatividade que dá equilíbrio aos quilombolas e garante sua permanência em seu território.

Como destaca Anacleto em entrevista em 2018:

O tambor é a sustentabilidade da vida, porque sem o tambor a gente não vive. Ele é a luz do espírito que move o corpo, a mente e a alma, por meio dos movimentos, dos toques e das cantigas que alimentam nossa alma e expressam a fortaleza da nossa ancestralidade.

Cantiga: Deixa couro caminhar, deixa couro caminhar

Tambor grande tá dizendo deixa couro caminhar

Verso: Vou parar com essa toada que de noite eu tenho medo minha Mãe é mulher velha fecha a porta e dorme cedo.

Cantiga: Deixa couro caminhar, deixa couro caminhar.

Tambor grande tá dizendo, deixa couro caminhar

Verso: Colega eu me ajoelho e faço o pelo sinal, eu vou dá minha despedida e já vou me arretirar.

Cantiga: Deixa couro caminhar, deixa couro caminhar

Tambor grande tá dizendo deixa couro caminhar

Verso: Eu já dei a despedida que o dia vai amanhecer, se não escrevi a seu gosto outra vez posso escrever.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi, **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Palestra proferida no TED Talk, 2009. Publicado pelo canal Charles Darwin, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>> Acesso em: 23 nov. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: **Terras de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”. Vol.2. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford). Manaus, 2006

_____. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A casa kabyle**. Cadernos de campo, vol. 8, pp. 147-159, 1999.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 77-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/5248>> Acesso em: 02 out. 2019.

BRUSTOLIN, Cíndia; SANTOS, Dayanne da Silva; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Um Corredor para Exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Org.). **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2018, v. 1, p. 213-248.

COELHO, Tádzio Peters; organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate - Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

CURY, Isabelle (Org.) Cartas Patrimoniais. 3ª Edição. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FERRETTI, Sergio. A punça resiste. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.40, p. 74-79, jan. 2009.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano IX – N° 17, 2007.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

LUCCHESI, Fernanda. **Relatório Antropológico de identificação de Santa Rosa, Itapecuru-mirim, MA**. São Luís; 2008.

MATTEI, Ugo, NADER, Laura. **Pilhagem**: quando o estado de direito é ilegal. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MAURI MARTÍNEZ, Mónica. Cuando el territorio no es solo tierra. La territorialidade y el mar kuna (Panamá). In: **Resistencia y territorialidade**: culturas Indígenas e Afroamericanas. 1ª ed. Barcelona, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido el gobierno privado indirecto**. Madrid: Melusina, 2011.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. A nova intervenção governamental, a dívida pública e o impasse no desenvolvimento regional da Amazônia brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. esp., p. 85-94, 2010.

MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís**. Josué Montello. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

RAMASSOTE, Rodrigo (org) Tambores da Ilha. São Luís: IPHAN, 2006. HTTP: //www.com Folclore. Ufma.BR/htmls/ boletim% 2003.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e Amílcar Cabral. **A descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Dayanne da Silva. **Não se pode entrar em terra de Encantado sem permissão**: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim/MA. 2019. 218 p.

SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Anacleto Pires da. **Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola Santa Rosa dos Pretos**. 2017. 115f. Monografia – Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra - Territórios da Cidadania, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal/MA, 2017.

SILVA, Joércio Pires da. **Tambor não é só tradição, é também força e resistência**: o Tambor de Crioula no território quilombola Santa Rosa dos Pretos. 2017. 66f. Monografia – Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra - Territórios da Cidadania, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal/MA, 2017.

_____. **Esses pretos são danados**. [Cordel]. Itapecuru Mirim, 2015.

SILVA, Josicléa Pires. **A riqueza e a pobreza ao longo do corredor Carajás: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo.** 2017. 63f. Monografia – Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra - Territórios da Cidadania, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal/MA, 2017.

SILVA, Sislene Costa da; RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais no espaço amazônico maranhense: a duplicação dos trilhos da estrada de ferro Carajás e os impactos socioambientais nas comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo em Itapecuru-Mirim.** São Luís, 2011.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais.** São Luís: EDUFMA, 2018.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1977.

Sem participação quilombolas perdem protagonismo. **JORNAL VIAS DE FATO.** São Luís, 2018. Disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15 abr. 2019.